

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO - MESTRADO

CRISTIANE FERNANDA KLEIN

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL

TOLEDO

2017

CRISTIANE FERNANDA KLEIN

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* de Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre.

Orientador: Jandir Ferrera de Lima, PhD.

TOLEDO

2017

CRISTIANE FERNANDA KLEIN

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* de Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.
Universidades Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Orientador

Prof^a. Mirian Beatriz Schneider
Universidades Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof^a. Cláudia Cristina Wesendonck
Instituto Federal Farroupilha, *Campus Santo Augusto* – IFF

TOLEDO

2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais Neiva e Volnei, a quem devo todas as minhas conquistas, pois estas são reflexo de tudo que foram para mim até hoje.

Aos meus irmãos Gustavo, Emanuele e principalmente a Vivian, que mesmo com tantas batalhas diárias a enfrentar jamais desiste e sempre esteve ao meu lado, como parceira e exemplo de superação e vivencia.

Ao meu orientador Jandir Ferreira de Lima, por todo o conhecimento transmitido, pela PACIÊNCIA e principalmente pela confiança em minha capacidade como pesquisadora para a realização desta pesquisa.

Ao meu companheiro de sempre Thiago, por todo o apoio, paciência, parceria, ajuda e compreensão durante esse período.

Aos colegas da 13^a turma de mestrado, em especial ao Cleber, Débora, Tiago, Hermes e Sandro, a parceria e apoio em todas as horas.

As minhas sempre amigas Cláudia, Márcia, Raquel e Daniele, que levo da graduação para a vida toda.

A professora Augusta Peliski Rhaier e ao Cadu pela ajuda fornecida na parte metodológica.

A CAPES pela bolsa concedida para a realização da pesquisa.

Por fim, mas de grande importância, a todos os professores do PGDRA por transmitirem este conhecimento tão valioso a tantas pessoas.

Não há nada melhor do que despertar o prazer e o amor pelo estudo, caso contrário só se formam bons carregadores de livros.

Michel Eyquem de Montaigne

KLEIN, CRISTIANE FERNANDA. **O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL**. 2017, 135f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar o estágio de desenvolvimento econômico dos municípios da Região Sul do Brasil e seus desdobramentos regionais. O período de análise são os anos de 2005 e 2015, haja vista a disponibilidade de dados. A problemática da pesquisa se fomentou nas disparidades intra-regionais que surgiram durante o processo de desenvolvimento da Região Sul do Brasil. Para a obtenção dos resultados, foram coletados dados que representassem a dimensão social e econômica do desenvolvimento, e a partir dali, se utilizou uma metodologia no qual se constrói um indicador de crescimento e desenvolvimento regional. Esse indicador fornece um sistema de informações quantitativas sobre a espacialidade do subdesenvolvimento e o dinamismo dos municípios do Sul do Brasil. Os resultados apontaram que, apesar da melhora no Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER), da maior parte dos municípios de 2005 para 2015, ainda persistem desigualdades gritantes no estágio de desenvolvimento dos municípios da Região Sul do Brasil. Os municípios em estágio Desenvolvido apresentaram bons resultados nos índices parciais ligados à dimensão social do desenvolvimento, inclusive com melhorias e bons resultados na dimensão econômica, principalmente ligada a indústria. Já os municípios em Transição ou considerados de Baixo Dinamismo, apresentaram deficiência em alguns fatores específicos ligados a particularidade de cada município. Ademais, os municípios Estagnados mostraram melhoras nos indicadores parciais, mas com deficiências significativas nas variáveis das duas dimensões do desenvolvimento, dificultando a melhora de variáveis sociais e econômicas. Constata-se que, para a melhora desse quadro, faz-se necessário uma análise do perfil, potencialidades e falhas de cada município, para se obter melhor instrumental de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Região Sul; Desenvolvimento Regional; Desigualdades.

KLEIN, CRISTIANE FERNANDA. **REGIONAL ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL**. 2017.135 f. Master Dissertation (Regional Development and Agribusiness Master Program) – Western Parana State University, Toledo, 2017.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the stage of economic development of the municipalities of the Southern Region of Brazil and its regional developments. The period of analysis is the years of 2005 and 2015, given the availability of data. The research problem was fostered in the intra-regional disparities that emerged during the development process of the Southern Region of Brazil. To obtain the results, data were collected that represented the social and economic development dimension, and from there, was used a methodology in which it builds an indicator of growth and regional development. This indicator provides a quantitative information system on the spatiality of underdevelopment and the dynamism of the municipalities of southern Brazil. The results pointed out that, despite the improvement in the Regional Economic Development Index (REDI) of most municipalities from 2005 to 2015, there are still striking inequalities in the development stage of the municipalities of the Southern Region of Brazil. The municipalities in the Developed stage presented good results in the partial indexes linked to the social dimension of development, including improvements and good results in the economic dimension, mainly linked to industry. On the other hand, the municipalities in Transition or considered of Low Dynamism, presented deficiency in some specific factors related to the particularity of each municipality. In addition, the Stagnant municipalities showed improvements in the partial indicators, but with significant deficiencies in the variables of the two dimensions of development, hindering the improvement of social and economic variables. It is observed that, in order to improve this situation, it is necessary to analyze the profile, potentialities and failures of each municipality, in order to obtain better development tools.

Keywords: Economic Development; South Region; Regional Development; Inequalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Funções, Dimensões e Retroalimentação no Planejamento Regional.	54
Figura 2 - Municípios da Região Sul do Brasil destacando o município polo de cada microrregião.	58
Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Econômico Regional dos municípios da Região Sul do Brasil 2005-2015.....	78
Figura 4 - Variação do IDER dos municípios da Região Sul do Brasil de 2005 para 2015.	80
Figura 5 - Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) na Faixa de Fronteira da Região Sul do Brasil 2005-2015.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Etapas do Desenvolvimento Econômico de Rostow.	40
Quadro 2 - Formas de Capitais Intangíveis de determinantes do processo de desenvolvimento regional.....	53
Quadro 3 - Variáveis e Dimensões e Fatores dos Determinantes do processo de desenvolvimento regional.....	59
Quadro 4- Classificação do Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) no ano de 2005 e 2015.	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de municípios em cada estágio de desenvolvimento nos Estados da Região Sul do Brasil no anos de 2005-2015.	69
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

CEPAL: América Latina e Caribe

FPM: Fundo de Participação Municipal.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

IDEB: Índice de desenvolvimento da educação básica

IDER: Índice de Desenvolvimento Econômico Regional

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPVA: Imposto sobre a propriedade de veículos automotores

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social

MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

ONU: Organização das Nações Unidas

ONU; Organização das Nações Unidas.

PIB: Produto Interno Bruto

PR: Paraná

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

RMs: regiões metropolitanas

RS: Rio Grande do Sul

SC: Santa Catarina

SEAEB: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação de Dados

SNIS: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	15
2.1.1 Autores clássicos do desenvolvimento econômico	15
2.2 NOVOS AUTORES DESENVOLVIMENTISTAS.....	26
2.3 ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	38
2.4 FATORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	48
2.4.1 Fatores de desenvolvimento exógeno.....	48
2.4.2 Fatores de desenvolvimento econômico endógeno	51
3. PROCEDIMENTO METODOLOGICO	57
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	57
3.2 OBJETO DE ESTUDO	58
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	59
3.3.1 Cálculos dos índices Fuzzy	64
3.3.2 Os pesos dos Indicadores	66
3.3.3 ANÁLISE DE DADOS.....	67
4. RESULTADOS E DISCUSSOES.....	69
4.1 LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DESENVOLVIDOS.....	77
4.1.1 Fatores que influenciaram o desenvolvimento dos municípios do Sul do Brasil	79
4.2 DESENVOLVIMENTO DOS POLOS E SEU ENTORNO	81
4.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NAS REGIÕES METROPOLITANAS.....	83
4.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NAS CIDADES MÉDIAS	84
4.5 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO DE FRONTEIRA.....	88
4.6 LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTAGNADOS	92
5. CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICE A	111
APENDICE B	122

1. INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar o estágio de desenvolvimento econômico dos municípios da Região Sul do Brasil, bem como seus desdobramentos regionais. O período de análise são os anos de 2005 e 2015, haja vista a disponibilidade de dados.

Na região Sul do Brasil, entre as décadas de 1970 e 1990, houve o processo de fortalecimento industrial, resultante da desconcentração da indústria brasileira, em que se teve a reversão da polarização do Sudeste em direção ao Sul do país. Nesse período, a participação do Sul na produção industrial do país foi de 12% para 17%. Assim, a Região passou a possuir um crescimento estável da produção industrial, uma vez que fortaleceu e modificou sua estrutura produtiva.

Nesse contexto, os três Estados da Região Sul passaram por uma mudança econômica, que se reflete hoje em estruturas no setor produtivo, relativamente semelhantes entre si. De uma base eminentemente agrícola, ao acompanhar o processo nacional, sobreveio a agroindustrialização em cada um dos estados, resultando em economias fortemente fundamentadas nas atividades dos setores primário e secundário (MARTINIE; DINIZ, 1991; DINIZ, 1995; MONTIBELLER FILHO; GARGION, 2014).

No final do século XX, o Rio Grande do Sul passou por um processo de desconcentração industrial interno, ou seja, a produção industrial que se concentrava na região de Porto Alegre e em municípios tais como: Caxias do Sul (polo metal-mecânico), Canoas, Pelotas (agroindústria alimentar), São Leopoldo, Sapiranga (calçados) e Novo Hamburgo (calçados). Dali passou-se a se espalhar nas regiões periféricas que disponibilizavam terrenos, mão de obra barata e em maior quantidade, o que beneficiou o interior do estado (DINIZ, 1995; SOUZA, 1990).

O estado de Santa Catarina se beneficiou de sua dupla base industrial: de um lado, a indústria frigorífica no Oeste, especializada em aves e suínos, potencializada com o crescimento do mercado interno e das exportações. Do outro, a região de Blumenau-Joinville no leste do estado, com produção de têxteis, instrumentos musicais, motores, fundição e bens eletrônicos. A expansão industrial

desse estado sustentou-se, fundamentalmente, no capital local e regional, voltado para o mercado nacional e internacional (DINIZ, 1995).

O estado do Paraná, que até então concentrava, tradicionalmente, indústrias ligadas ao complexo da madeira, teve grande expansão das agroindústrias processadoras de insumos agrícolas e proteína animal, no interior do estado. A partir da década de 1990, ocorreu a afirmação do polo de transportes na Região Metropolitana de Curitiba e da agroindústria no Oeste do Estado (DINIZ, 1995).

Mesmo passando por uma reestruturação das atividades produtivas, a Região Sul apresentou uma maior concentração de renda ao se comparar as outras regiões do país. Além disso, seu espaço interno ainda apresenta disparidades intrarregionais. Dessa forma, mesmo em áreas consideradas mais avançadas pelo critério do Produto Interno Bruto per capita, o subdesenvolvimento econômico se faz presente no Sul brasileiro, fortalecendo um mosaico de atraso e avanço no seu interior (MIN, 2007; EBERHARDT, 2013).

Frente às disparidades econômicas, que se configuraram entre os municípios da Região Sul do Brasil ao longo do tempo, e dos potenciais produtivos de cada um deles, questiona-se: como os municípios se comportaram em termos de estágio de desenvolvimento econômico na região sul do Brasil? Os municípios periféricos se beneficiaram no seu conjunto ou apenas os polos regionais se fortaleceram?

Para responder aos questionamentos supracitados e atender ao objetivo dessa pesquisa, se pretende de forma específica:

- a) Estimar o Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) dos municípios da Região Sul do Brasil.
- b) Classificar os municípios da Região Sul do Brasil, de acordo com o seu IDER.
- c) Analisar o perfil de desenvolvimento econômico entre os municípios periféricos e os seus polos regionais.
- d) Apontar os fatores que influenciaram a mudança, ou não, no perfil de desenvolvimento econômico dos municípios da região Sul do Brasil.

A contribuição desse trabalho, diferenciando-se de demais trabalhos, se dá no sentido de verificar, se no espaço da Região Sul, o desenvolvimento se apresenta concentrado em determinados municípios, e se essa concentração resulta

em maior ou menor nível de desenvolvimento nos municípios em seu entorno. Outro aspecto é sua contribuição, no sentido de as lideranças municipais poderem visualizar, se o desenvolvimento de determinado município se dá por fatores endógenos ou exógenos e, se o município necessita de mais atenção na área econômica ou social. A partir destes resultados, tem-se a possibilidade de buscar o fortalecimento de setores que possam estimular o desenvolvimento local.

Para atender a esses objetivos específicos, na sequência será apontado o marco teórico, com os conceitos ligados ao estágio e os fatores de desenvolvimento econômico. Esses conceitos serão usados para construir a abordagem metodológica, apresentada no capítulo subsequente. Os resultados de pesquisa e suas conclusões sumarizam essa pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria do crescimento e do desenvolvimento econômico vem passando por modificações significativas em seu conceito, resultado dos avanços recentes nesse campo do conhecimento. Desse modo, nessa seção são apresentadas as principais ideias e teorias, o que se iniciou pelos autores clássicos da economia e, conforme seu desenvolvimento, pelos autores desenvolvimentistas e, por fim, com autores que relacionam os conceitos de desenvolvimento endógeno e exógeno.

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De modo geral, a teoria do desenvolvimento econômico busca explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade, bem como a maneira como esse processo se reflete na produção e a forma com que se distribui no produto social. No entanto, não existe uma definição universalmente aceita quanto ao conceito de desenvolvimento.

2.1.1 Autores clássicos do desenvolvimento econômico

A preocupação com o desenvolvimento se deu, efetivamente, no início do século XX, visto que, anteriormente, a preocupação era voltada apenas para as finanças públicas e o aumento do poder militar econômico e soberano. Dificilmente se tinha uma preocupação com as condições de vida da população, mesmo com condições de saúde precárias, dificuldade de transporte, principalmente em longas viagens, e com segurança, que muitas vezes encontrava-se ameaçada. Desse modo, surgiram as primeiras teorias do crescimento econômico (SOUZA, 1990).

O processo de transformação estrutural das economias é uma questão central, para entender a dinâmica evolutiva das mesmas. As primeiras teorias do desenvolvimento econômico se iniciam com autores da economia, inicialmente fisiocratas e em seguida os clássicos. O objetivo inicial estava centrado em descobrir por que algumas regiões são ricas, e, também, as explicações voltadas para o desenvolvimento de uma nação (CANDIDO, 1999).

Essas teorias fazem parte da primeira fase dos estudos, relacionadas à concepção desenvolvimento econômico, que vai até meados da década de 1950,

levando em consideração os termos desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos. Isso porque, o crescimento de uma economia, provém da capacidade produtiva do trabalho, sendo a acumulação de capital, o único e verdadeiro fator que conduz ao crescimento econômico (THWEATT, 1971; CANDIDO, 1999).

Os autores fisiocratas acreditavam em um livre comércio, com o mínimo envolvimento do Estado, sendo a sociedade regulada por uma ordem natural, que rege a natureza física. Ao mesmo tempo, centram a sua análise em torno do produto líquido ou excedente, ao destacar que o único setor a gerar esse excedente era a agricultura, considerada centro da geração de riqueza na sociedade, tornando-se responsável pelo crescimento da economia (FREITAS, 2006).

Os autores clássicos tinham como base para a sua teoria o liberalismo, ou seja, os mercados tendem a encontrar um equilíbrio a longo prazo, ajustando-se a determinadas mudanças no cenário econômico. Entre seus principais precursores estão Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, os quais baseavam seus estudos na lei de Say¹, que afirma ser a oferta geradora de sua própria procura (MORETTO; GIANCCHINI, 2006).

Para os autores clássicos da economia, a ideia de desenvolvimento está diretamente ligada a discussão sobre o crescimento econômico, sendo que este depende da capacidade produtiva do trabalho, ou seja, o trabalho é considerado a única fonte de valor. Dessa forma, viam o capitalista como empresário central do crescimento, porque a acumulação de capital, – que só se dá mediante a certo nível de poupança –, era vista como único fator que conduz ao crescimento econômico (LEITE, 1983).

Adam Smith (1772-1823), considerado um dos principais precursores da escola clássica. Em sua obra intitulada *Wealth of Nations* (Riqueza das Nações) ², destaca os aspectos responsáveis pelo crescimento econômico nacional, como a acumulação do capital, o crescimento populacional e a produtividade da mão de obra, introduzindo a ideia da divisão do trabalho como forma de promover o progresso econômico. A divisão do trabalho seria uma forma de viabilizar o aumento

¹ A lei de Say assume que haveria sempre demanda suficiente, para absorver a produção corrente, qualquer que seja o nível desta.

² Adam Smith publicou a primeira versão do Livro a Riqueza das Nações em 1776, o que deu início a Escola Clássica. Porém neste trabalho se utilizou uma versão traduzida desta obra.

da produção e essa, por sua vez, depende do aumento dos mercados, que se realiza pelo resultado das condições econômicas, que leva ao aumento da quantidade de capital disponível como forma de investimentos, ou ainda, na forma de máquinas e instalações.

Smith (1983) ressalta sua preocupação com o progresso econômico rompendo o equilíbrio estático das economias de diferentes países, ressaltando as principais diferenças entre “países pobres e países ricos”. Para o autor, os países ricos têm vantagens inerentes sobre os países pobres, pois esses falham na aplicação de políticas corretas. Ao mesmo tempo, essa desigualdade entre os países seria um incentivo ao trabalho e enriquecimento dos países pobres.

Ao apontar uma solução para o progresso econômico, Smith leva em conta a questão do egoísmo e do individualismo, ao ressaltar a liberdade de valores ou virtudes que ressaltem esse individualismo. O autor adota uma defenda a mínima atuação no Estado, tendo este somente exercer três funções principais: manutenção da segurança militar, administração da Justiça e erguer e manter certas instituições públicas, como por exemplo, a educação, considerada de extrema importância ao processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento de uma nação seria algo previsível, isso porque dadas as pré-condições, aumentaria a produtividade e conseqüentemente a divisão do trabalho. A união do livre comércio, a liberdade das unidades produtoras, resultaria em uma “mão invisível” que proporcionara o desenvolvimento social, a partir dos desejos e vontades individuais, que estariam ligadas a questão do egoísmo e individualismo citados anteriormente (SMITH, 1983).

A “mão invisível” definida pelo autor se define como uma sociedade que mesmo sem uma entidade que coordenasse seus interesses seria capaz de por meio de sua interação, resultar em uma determinada ordem. Nos dias atuais este “fenômeno” é conhecido por “oferta e demanda”. Ou seja, a “mão invisível” atuaria como o regulador da economia, com resultados favoráveis a esta.

Como Adam Smith era favorável a interferência mínima do Estado e instituições, este limita o crescimento, já que esse está ligado, às leis (instituições), ao clima, solo e aos altos salários. Além disso, o autor não relaciona o aumento da produtividade às inovações tecnológicas, visto que sem a especialização e aperfeiçoamento das técnicas já utilizadas, o resultado é como um fator limitante ao

crescimento. Desse modo, para se ter um crescimento seria necessário um aumento nos investimentos.

Já David Ricardo (1772-1823), uma das maiores figuras da escola clássica, destacou a importância das inovações tecnológicas para o desenvolvimento. Em sua principal obra – *Principles of Political Economy and Taxation* (Princípios de economia política e tributação)³, publicada em 1817, o autor destaca ideias relacionadas a política monetária, teoria dos lucros e da renda da terra, teoria do valor e da distribuição e teoria do comércio internacional. O autor se preocupava, tanto com a distribuição da riqueza nacional, como com a distribuição entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terras (SILVA, 2003).

Quanto à ideia de desenvolvimento econômico, David Ricardo considera o crescimento e desenvolvimento econômico sinônimos. Do mesmo modo que Adam Smith, Ricardo leva em conta a importância do investimento para o crescimento de uma economia, pois um aumento nos investimentos faz com que a produção cresça, aumentando, a produção de bens e, conseqüentemente, o lucro do capitalista. Ricardo também assume o papel do capitalista na economia, portanto, quanto maior a taxa de lucro do capitalista, maior a taxa de reinvestimento.

Ricardo (1996) considera a existência de uma taxa de lucro elevada, implicando em um maior crescimento econômico, que por sua vez leva a existência de uma poupança mais abundante, permitindo sua canalização para o investimento. De modo a se manter a taxa de lucro elevada para assegurar o crescimento da economia. O lucro, por sua vez, depende, substancialmente, do preço dos salários, que devem estar com seu valor de mercado acima do seu valor natural, visto que seria esse salário o necessário para manter um trabalhador em condições mínimas, sendo o componente mais importante os alimentos (cereais).

Sendo assim, não se leva em conta somente a importância do capitalista e da acumulação de capital no processo de desenvolvimento. As condições de vida dos trabalhadores também são importantes, desse modo o trabalhador pode desfrutar de grande quantidade de bens de primeira necessidade e dos prazeres da vida, e, portanto, sustentar uma família saudável e numerosa.

³ Após a publicação de panfletos sobre a questão do preço do ouro, protecionismo na agricultura e os seus efeitos sobre os preços agrícolas, os lucros do capital e o crescimento econômico nos anos de 1809 e 1815, o autor dedicou-se a escrever um tratado teórico geral sobre a economia, que foi publicado em 1817 *Princípios de economia política e tributação*. Neste trabalho foi utilizada uma versão traduzida para base teórica.

O autor desenvolveu a Teoria da Renda da Terra, no qual assume que terras mais férteis e mais favoravelmente localizadas serão cultivadas primeiro, e o valor de troca de seus produtos será ajustado da mesma forma que o de todas as demais mercadorias. Quando a terra de qualidade inferior começa a ser cultivada, o valor de troca dos produtos agrícolas aumenta, pois torna-se necessário mais trabalho para produzi-los. Portanto para se ter o crescimento de uma economia deve-se assegurar o crescimento da população. Além disso, a Teoria da Renda da Terra transmite a importância da agricultura para o processo de crescimento econômico, em contrapartida, o comércio assume pouca importância. Sua importância justifica a da teoria das vantagens comparativas, pois permite que com a maior exportação, possa-se importar mais e mais barato (RICARDO, 1996).

O crescimento, a longo prazo, estava condenado por Ricardo, pois a sua “Lei dos Rendimentos Decrescentes” colocava certa estagnação do investimento e, portanto, do crescimento, uma vez que quando fossem explorar terras de qualidade inferior, o acréscimo de renda, que fosse pago para a utilização dessa, faria com que os lucros dos capitalistas decaíssem.

John Stuart Mill (1806-1863), considerado o último grande economista da escola clássica, tem como principal obra *Principles of Political Economy* (Princípios da Economia Política)⁴, dividida em cinco obras, nos quais aborda assuntos como produção, distribuição, troca, influência do progresso na sociedade na produção e distribuição e, o último, a influência do Governo. O autor assume que a ideia de desenvolvimento não está ligada somente ao crescimento da produção, mas também variáveis não econômicas, que deveriam ser o objetivo das políticas públicas. Os requisitos dessas políticas deveriam ser a proteção do indivíduo por parte do Estado, eficácia da produção, assegurar uma democracia que não fosse opressora, e principalmente, gerar cidadãos mais educados e melhor preparados, para assumirem responsabilidades nas instituições sociais.

Alguns aspectos levados em conta no processo de desenvolvimento são a felicidade do indivíduo, liberdade, principalmente a liberdade política, individual e, mais especificamente, a liberdade econômica. Outro aspecto relevante no processo de desenvolvimento seria a igualdade entre homens e mulheres na sociedade,

⁴ Esta obra foi publicada pela primeira vez em 1848 e reimpressa nos Estados Unidos em 1920, foi o principal compendio na área, pelo menos até a publicação de *Principles of economics*, de Alfred Marshall, em 1890. Neste trabalho se utiliza uma tradução da Obra para base teórica.

principalmente nas horas trabalhadas durante o processo de produção, visto que para a sua formação da ideia de desenvolvimento (MILL, 1996; 1952).

No processo de crescimento da economia, o autor aponta um excesso na oferta, no qual a divisão do trabalho causaria uma capacidade ociosa crônica (diferença entre o tempo do produto pronto e a sua venda) e devido ao cálculo dos produtores e comerciantes quase nunca serem iguais, resultaria em uma oferta em excesso. Além disso, o processo de crescimento de uma economia não é contínuo, os seus ciclos econômicos estão ancorados na teoria das expectativas irracionais, as quais se dividem em três formas: Projetos fraudulentos, subestimar o tempo necessário para um “retorno adequado” do investimento e especulação de mercadorias (commodities) ou “over- trading”.

O aumento dos três fatores de produção – Terra, Trabalho, Capital – são fundamentais para a produção, assim, para que ocorra um aumento da produção se faz necessário um aumento de um desses três fatores ou da produtividade desses. Ainda, o controle populacional também é importante no processo de desenvolvimento, porque um aumento no PIB *per capita* poderia ser conquistado, a partir de um maior número de inovações e com uma estabilização do crescimento populacional. Isto é, o progresso técnico retardaria a vinda do estado estacionário, mas mesmo assim, esse não poderia ser evitado, pois a pressão para a baixa dos lucros seria cada vez maior (MILL, 1996).

Outra Linha de pensamento foi a escola marxista, em que Marx utilizou-se da doutrina dos autores clássicos, para sugerir a inevitabilidade da luta de classes e a destruição do capitalismo (LEITE, 1983).

Karl Heinrich Marx (1818-1883), considerado o líder do “socialismo científico”, sua abordagem defende que o capitalismo apresenta contradições internas, as quais garantiam o seu fim. E juntamente com seu compatriota Friedrich Engels (1820-1895), defendeu a ideia de que os trabalhadores de todo o mundo deveriam se unir para antecipar esse evento, estava descrito na obra O Manifesto Comunista publicada no ano de 1848. Mais tarde Marx publica o primeiro volume a obra O Capital (1867, e o segundo volume em 1894)⁵.

⁵ Para obras O Capital e o Manifesto Comunista neste trabalho foram utilizadas em forma de tradução.

Marx foi o primeiro autor, que partiu de uma posição filosófica, para análise econômica, principalmente como base para fundamentar uma teoria da história. O impacto de suas ideias foi tão representativo, que influenciou um grande progresso para o desenvolvimento da análise econômica em sua época, principalmente em relação aos instrumentos de análise da única ciência social, que alcançara certo rigor metodológico (FURTADO, 1986).

Marx em seu conjunto⁶ de obras descreve o processo de desenvolvimento no qual atribui um critério de classificação por etapas ou estágios, assumindo que toda história obedece a um ciclo construído por revolução progressiva, resistência à modificação institucional, como parte de um progresso, degeneração e, novamente, revolução. Nesse processo qual um estágio criaria a própria contradição socioeconômica para o próximo (LEITE, 1983).

Estes estágios obedeceriam quatro sistemas sociais na história, o primeiro destes seria o comunismo primitivo, em que não havia classes antagônicas, exploração, nem conflito de classes. As pessoas possuíam suas propriedades e cooperavam para ter da natureza o sustento básico, a partir de um baixo nível tecnológico e de eficiência, o que não permitia a escravidão (essa forma de escravidão se passou na antiguidade, como entre os hebreus, egípcios, gregos e romanos), nem exploração do trabalhador, visto que não precisavam dos trabalhadores para produzir mais do que deveriam consumir para sobreviver (MARX, 1996; DE PAULA 2014).

O segundo estágio, dado pelo aumento da eficiência e aumento da produção foi denominado de escravismo, caracterizado pelo trabalho escravo, lucrativo aos donos das terras. Este escravo passou a ser um impasse ao progresso, o que causou o disparo para o conflito de classes. A escravidão por sua vez foi derrubada pelo feudalismo, definido como a terceira etapa. Neste sistema também se apresentava uma forma de exploração mais visível, no qual os servos podiam trabalhar algumas horas nas terras que lhe foram designadas, mas nos outros dias eram forçados a trabalhar para o seu senhor (MARX, 1996; MARX; ENGELS, 2006).

Mesmo trazendo um maior desenvolvimento para a sociedade, esse foi substituído pelo capitalismo, porque também limitou o progresso. O capitalismo considerado de caráter necessário para o desenvolvimento, ou seja, só seria

⁶ Crítica da Economia Política, A Ideologia Alemã, Grundrisse e O Capital.

possível ocorrer a evolução de qualquer formação social para um patamar mais avançado de desenvolvimento, incorporando a ciência e a técnica ao processo de produção, se esta formação social passasse pelo estágio capitalista (DE PAULA 2014).

Mas apesar de o aumento da produtividade, melhores técnicas de produção e propriedade privada Marx e Engels (2006), apontam uma luta de classes como resultado desse sistema social. Levando ao aumento do desemprego e empobrecimento da classe trabalhadora, que se revolta contra o sistema e ganha a luta contra o estado burguês.

A luta de classes traria então as próximas etapas definidas pelo autor. O socialismo, caracterizado pela propriedade privada das mercadorias e produção, mas as terras seriam de posse do governo. Haveria uma ditadura do proletariado, como organizações de trabalhadores, em que os alimentos, bens, serviços e lucros seriam redistribuídos de forma justa, de acordo com a necessidade. Nessa realidade, as classes médias promoveriam a propriedade comunal, como superior à propriedade privada e a economia seria descentralizada e planificada. Os vales de trabalho substituiriam a moeda, tornando as instituições financeiras obsoletas (MARX, 1996; MARX; ENGELS, 2006).

Assim surgiria o comunismo, a sexta e última etapa, definida como o “Estado Natural”, no qual a propriedade, a moeda e o Estado não seriam mais necessários e a sociedade seria sem classe, isso por que todos teriam o mesmo direito a tudo, mediante a abolição da propriedade privada. A partir do momento que todos os países chegassem a essa fase, a concorrência e a guerra se tornariam passado (MARX, 1996; MARX; ENGELS, 2006).

Portanto, para Marx, o desenvolvimento econômico só ocorre enquanto há uma luta constante entre as classes, e quando esse conflito acabasse todos os valores que o capitalismo criou seriam destruídos.

Após a teoria de Marx, fez-se necessário a criação de um instrumento analítico novo para reformular uma série de conceitos. Iniciou-se, assim, o pensamento neoclássico, que foi o abandono das teorias do salário que prevaleceram na época, em que se apoiavam em observações empíricas, que demonstravam ser a mão-de-obra um fator de oferta elástica a um dado nível de salários, que se admitia suprir as necessidades de subsistência (FURTADO, 1986).

Os autores neoclássicos, caracterizaram um período no qual se deu mais atenção às questões relacionadas a repartição do produto social, a variação dos níveis de preços, e ao aumento da capacidade produtiva do que ao desenvolvimento propriamente dito. Outrossim, contribuíram com a teoria do crescimento e desenvolvimento, ao demonstrarem que não é necessária a acumulação de aumento da força de trabalho, para que se tenha formação de capital (LEITE, 1983).

Alfred Marshall (1842-1924), uma das principais figuras neoclássicas, em sua principal obra *Principles of Economics* (Princípios de Economia)⁷, publicada no ano de 1890, enfatizou conceitos como a teoria da oferta e da procura e a utilidade marginal dos custos de produção. Marshall foi um crítico da ideia de desenvolvimento ligada ao socialismo, assim não seguiu as mesmas ideias de Marx, se aproximando mais às ideias de Mill, uma vez que mesmo reconhecendo as falhas do sistema capitalista, não assumia ações revolucionárias e socialistas para acabar com o círculo vicioso da pobreza e, da mesma maneira, visava o bem-estar no processo de desenvolvimento, sendo função do Estado dispor disso para população.

O sistema capitalista e de liberdade econômica, apesar de ter tido impactos excelentes, também apresentaram impactos negativos na questão social, já que um grande número de pessoas, tanto nas cidades, como no campo, estariam vivendo em condições de moradia, alimentação e vestimentas insuficientes e, por muitas vezes, interrompiam seu processo de educação, em troca de salários com longas jornadas de trabalho, tendo como consequência pessoas com saúde física e mental debilitadas (MARSHALL, 1996; MARSHALL, 1966).

De acordo com o autor, o capitalismo não estaria dando conta de equacionar adequadamente esse problema, isto é, admitia o quadro de pobreza e degradação moral, mas rejeitava a ideia de medidas revolucionárias, socialistas e coletivas para resolver esse quadro, porque isso colocaria em risco as ações dos empresários, que não teriam mais liberdade de aplicar inovações, e limitaria a produtividade, o que seria fundamental ao dinamismo da economia (MARSHALL, 1996).

Para alterar esse quadro de pobreza e rumar para um processo de desenvolvimento da economia, apesar de defender a liberdade econômica, Marshall não se mostrava um adepto da *laissez-faire*, assim como eram os autores clássicos, visto que para quebrar esse círculo vicioso da pobreza, assumia o papel do Estado

⁷ Utilizando-se uma versão traduzida desta obra para a elaboração deste trabalho.

no sentido de melhorar as condições sociais, agindo diretamente nas questões de pobreza e das pessoas em péssimas condições de vida.

Nesse mesmo sentido, para Marshall, o Estado deveria ainda intervir na questão da educação, de maneira a regulamentar e oferecer, gratuitamente, educação as crianças, para tirá-las do trabalho infantil, uma vez que considerava a educação como fator essencial ao processo de desenvolvimento, porque a mesma proporcionava aumento da eficiência do trabalho e impactava na geração de poupança, que resultaria na elevação dos investimentos e aumento da riqueza dentro do país. Além disso, deveria se fazer um controle populacional, para melhorar a condição de saúde e habitação, que se encontrava precária, assim como construir locais para lazer, tornando a arte e a cultura acessível a todos (MARSHALL, 1966; 1996).

Enquanto isso, a produção ficaria por conta da iniciativa privada. Para Marshall (1996), o avanço econômico e social, bem como um sistema de liberdade econômica seria de responsabilidade do empresário inovador, porque a sua criatividade e disposição a assumir riscos, garantiriam o dinamismo da economia.

Assim como alguns autores clássicos, Marshall (1966; 1996), também sugere que, a longo prazo, ocorreria uma estagnação do crescimento da economia. Visto que o aumento da população, a demanda por matérias primas e alimentos aliados a potencialidades da ciência, iriam reverter esse quadro, freando a economia em uma escala global. O autor assume a existência de ciclos na economia, caracterizado por expansões, tensões e crises, depressão e, por fim, a retomada do ciclo.

Em meados do século XX, ampliou-se a preocupação com a pobreza e, como consequência, o interesse em compreender o subdesenvolvimento, o que proporcionou a das teorias do desenvolvimento, ligadas principalmente ao campo da sociologia. Assim, a partir da grande depressão de 1929, John Maynard Keynes (1889 – 1946), em um cenário de desemprego e crise, apresentou um conjunto de ideias, que propunham a intervenção do Estado na vida e na economia do país, com o objetivo de se alcançar um pleno emprego (KEYNES, 1996⁸; CANDIDO, 1999).

Keynes vivenciou a instabilidade econômica, a crise e as incertezas, bem como a inflexibilidade nos salários e nos preços, o que proporcionou a formulação

⁸ Obra traduzida de Keynes.

de suas teorias, porque para os Keynesianos, os salários tendem a serem inflexivelmente decrescentes. O autor, ao mesmo tempo, assume que o desemprego involuntário⁹ acontece quando a um dado aumento de preços, a oferta de mão de obra, como a demanda por trabalho a um determinado salário aumentam mais do que o volume de emprego disponível e, por último, mas não menos importante, considera as políticas fiscais e monetárias ativas, em que o governo deveria intervir diretamente (KEYNES, 1996).

Para sair do quadro de crise e promover o crescimento da economia, Keynes (1996) assume que se deveria manter o crescimento da demanda alinhado ao aumento da capacidade produtiva da economia, a fim de que se pudesse garantir o pleno emprego, mas sem excesso, o que provocaria o aumento da inflação. Para tanto, o Estado deveria intervir na economia, por meio de uma política, em que o nível de produção nacional seria mantido pela demanda efetiva, ou seja, a demanda geraria a oferta.

Nesse sentido, as ideias intervencionistas vêm no sentido contrário dos autores clássicos, que assumiam o *laissez-faire*, no qual a economia se regularia por mecanismos automáticos. Para Keynes (1996), a longo prazo não existem mecanismos, que regulariam a economia capitalista, isto é, para que se voltasse o equilíbrio do mercado, seria necessária uma intervenção coletiva e governamental. Os estadistas da época seguiram a ideia e Keynes e a economia se desenvolveu.

Vários economistas dos Estados Unidos passaram a sugerir políticas, que mais tarde ficaram conhecidas como Keynesianismo, apresentadas na mais conhecida obra de Keynes: *A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*, (*General theory of employment, interest and Money*), com sua primeira versão publicada em 1936. As ideias de crescimento econômico de Keynes assumem pressupostos ligados à macroeconomia e orientação pelo lado da demanda, ou seja, a demanda efetiva (gastos agregados¹⁰) é responsável pela renda da economia, produção e emprego, contrariando as escolas clássica e neoclássicas, segundo as quais os limites ao desenvolvimento econômico são postos pelo lado da oferta da economia.

⁹ Desemprego involuntário se define como

¹⁰ Gastos agregados consistem na soma dos gastos de consumo, de investimentos, do governo e da exportação líquida.

2.2 NOVOS AUTORES DESENVOLVIMENTISTAS

No período pós Segunda Guerra, iniciou-se a discussão da problemática regional por vários teóricos, que tinham como principal intuito esclarecê-la e indicar possíveis soluções para o subdesenvolvimento em escala regional. E assim, na década de 1950, surgiram as primeiras teorias, que diferenciavam o crescimento do desenvolvimento econômico, marcada pela preocupação dos pensadores com relação à distribuição de renda e à qualidade de vida das pessoas (CANDIDO, 1999).

Os autores que iniciaram as discussões nesse período se caracterizaram como desenvolvimentistas, que tinham como principais características de suas ideias: 1) a industrialização era a via de superação da pobreza e subdesenvolvimento; 2) os impulsos de mercado não são capazes de promover a industrialização, portanto a industrialização se dá por meio da intervenção do Estado; 3) o planejamento estatal define quais os setores que devem se expandir e os instrumentos necessários para isso; 4) a participação do Estado na economia se dá meio a captação de recursos e o investimento destes, onde setor privado for insuficiente (PEREIRA, 2011).

Os autores desenvolvimentistas do pós-guerra fundamentavam a ideia do crescimento do produto por habitante, ou seja, um país ou região se desenvolvia quando apresentava, durante um período de tempo, um incremento do produto ou renda real *per capita*. A partir da década de 1970, essa ideia passou a ser questionada por alguns economistas, ao defenderem que esse crescimento do produto deve ser acompanhado de outros elementos, que possam dar importância as demais dimensões econômicas, ou seja, devem ocorrer mudanças na estrutura econômica e, também, social (LEITE, 1983).

Nesse sentido, surgiram as teorias do desenvolvimento desequilibrado, as quais destacavam que o desenvolvimento não ocorre em todos os lugares ao mesmo tempo, mas favorece as regiões cujas aptidões são voltadas para os setores mais dinâmicos da economia, como é o caso do setor industrial, por exemplo. Assim, a dinâmica do desenvolvimento econômico, em especial, a do desenvolvimento regional, tornou-se objeto de estudo bastante complexo, em função das peculiaridades existentes entre diferentes países e/ou regiões.

Um dos principais defensores da teoria do desenvolvimento desequilibrado é Albert Hirschman (1915 – 2012), em seu trabalho *The Strategy of Economic Development* (Estratégia de Desenvolvimento Econômico) o autor realiza uma crítica ao modelo de desenvolvimento equilibrado. Assumindo que nas estratégias de desenvolvimento da época se dava muita ênfase à modelos de planejamento e industrialização de países desenvolvidos, como por exemplo, na União Europeia. Essas teorias assumiam que os países subdesenvolvidos necessitavam de um “grande impulso” ao desenvolvimento, o qual era visto como uma grande quantidade de investimentos simultâneos com o mesmo objetivo: a industrialização. (SIMÕES; LIMA, 2010).

Hirschman (1961) admite o desenvolvimento como um processo a ser alcançado por meio de investimentos que vão de acordo com as prioridades e possibilidades financeiras e tecnológicas disponíveis em cada país de forma sequencial. De modo que nos países subdesenvolvidos a dinâmica do desenvolvimento é mais complexa do que nos países desenvolvidos, pois nesses países os principais obstáculos são estruturais¹¹. Outro aspecto característico destes países é uma economia dependente da exportação de bens primários, que por sua vez geram poucos efeitos de encadeamento.

Desse modo o cenário dos países subdesenvolvidos mostra a necessidade de um maior grau de intervencionismo por parte do Estado ao se comparar com países desenvolvidos. Pois não possuem meios de implantar indústrias de bens finais transformadoras de matérias primas, que foram as utilizadas nos países pioneiros da industrialização. Exigindo um maior grau de intervencionismo e a elaboração de uma estratégia, para desencadear o processo de desenvolvimento econômico (HIRSCHMAN, 1961).

A solução que o autor propõe seriam mecanismos de intervenção, para se induzir a efetivação de oportunidades de investimentos locais e, ainda, estimular a indústria nacional a produzir os bens intermediários, geralmente importados pelos demais setores. Ou seja, nos países subdesenvolvidos os altos custos inviabilizariam o investimento em setores de atividades mais modernos, ou seja, para se desencadear um processo de desenvolvimento seria necessário estimular

¹¹ O que exige maior grau de medidas deliberativas, já que obstáculos estruturais são aqueles ligados a composição da região, devido à escassez de recursos.

atividades rotineiras, isto é, atividades que demandam menos recursos de inovação (SIMÕES; LIMA, 2010; HIRSCHMAN, 1997).

Este processo deveria ser feito de forma sequencial e gradativa, para evitar situações adversas que poderiam prejudicar o processo de desenvolvimento. Desse modo, após a escolha da atividade a ser implantada em determinada região, deve-se escolher a melhor sequência de execução, ou seja, estabelecer um *ranking* de preferências de projetos de acordo com retorno social. Essas preferências poderiam ser *Social Overhead Capital (SOC)*, que são gastos gerais, os quais englobam saúde, educação, transporte, energia, saneamento, instalações portuárias, rodovias, hidrelétricas, etc., sem os quais as atividades produtivas não podem funcionar, ou seja, são praticamente pré-requisitos do desenvolvimento econômico e estimulam o investimento no segundo grupo de preferências. O segundo grupo de atividades são os *Directly Productive Activities (DPA)*, ou seja, um grupo de atividades produtivas, primárias, secundárias e terciárias. (HIRSCHMAN, 1961).

Após as contribuições das atividades de SOC, deve-se introduzir mecanismos de indução de investimentos no setor produtivo (DPA). Esses mecanismos são os *backwards linkages effects* (efeitos de encadeamento para trás), que correspondem a enviar estímulos para setores que fornecem insumos requeridos por uma determinada atividade e os *forward linkage effects* (efeitos de encadeamento para frente), que induzem o desenvolvimento de novas atividades se utilizando do produto da atividade proposta. Através destes efeitos, a implantação de uma indústria ou uma atividade indutora pode induzir o surgimento de várias outras atividades, chamadas satélites, com características de forte vantagem locacional devido à proximidade da indústria indutora, seu principal *input* é um *output* da indústria indutora ou seu principal *output* é um *input* da indústria indutora; e sua escala mínima de produção é menor do que a escala da indústria mestre (HIRSCHMAN, 1961).

Uma vez que se alcança o desenvolvimento, esse transfere-se de uma região para outra ou de um país para outro, sugerindo que o progresso econômico não se manifesta em toda parte ao mesmo tempo. Uma vez que desenvolvimento surge em uma área, ele tende a promover a concentração espacial do desenvolvimento em volta dos pontos originários iniciais. Para uma economia atingir níveis de renda mais elevados é necessário, primeiro, promover seu

desenvolvimento interno, com polos ou pontos de desenvolvimento. Assim, indica que a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento faz parte da natureza do processo de desenvolvimento econômico, mas se essa desigualdade permanecer por muito tempo, em uma mesma área privilegiada de crescimento, as forças que transmitem o desenvolvimento de uma região para outra, se tornam peculiarmente fracas (HIRSCHMAN, 1997).

Dessa forma, a tendência de crescimento ocorre em um período de tempo e em determinada área, implicando no atraso de outros lugares, o que resulta na divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e a divisão de um país em regiões progressistas e atrasadas, ou dentro de uma área temos a subdivisão de grupos humanos e atividades econômicas distintas que convivam lado a lado (HIRSCHMAN, 1961; 1997).

Outro autor, que vem de encontro com a teoria do desenvolvimento desequilibrado, é François Perroux. Assim como Hirschman (1961), Perroux, (1967; 1977) assume que o processo de crescimento e desenvolvimento econômico é irregular, pois o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, ele se manifesta com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento e se propaga segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

O crescimento econômico impacta em mudanças estruturais dadas pelo surgimento e o desaparecimento de empresas e pelo desenvolvimento desigual dos setores e das regiões “atingidas”. Além disso, o desenvolvimento se inicia por meio de polos e crescimento, com intensidades variáveis se expandindo por diversos canais e com efeitos variáveis sobre toda a economia (PERROUX, 1977).

Perroux (1967) foi um dos primeiros autores a utilizar a noção de espaço em suas análises, pois até a década de 1950, a noção de espaço utilizada nas análises econômicas era inexata e resultava em recomendações imprecisas de políticas econômicas. Iniciou, dessa forma, uma reformulação da noção de “Espaço Econômico”, colocada por autores como Von Thunen, Weber, Losch, entre outros, na qual se preocupavam em explicar como era a localização das atividades econômicas e como essas se organizavam no espaço geográfico. Perroux assumia que o espaço geográfico agia como condicionante a evolução dinâmica das forças econômicas, e assim, definiu o espaço geoeconômico, que diz respeito à relação e

distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico e, o espaço econômico, que corresponde à noção abstrata do espaço matemático, que se define por um conjunto de propriedades independentes do espaço geográfico.

Uma empresa, como unidade de produção, por exemplo, ocupa um espaço vulgar, que está relacionado com as atividades humanas, onde se situam seus meios materiais e pessoais. Definem-se, assim, três espaços econômicos: 1) o espaço definido como conteúdo plano, como o conjunto das relações estabelecidas entre a empresa e seus fornecedores (input) e compradores (output), que pode mudar ao longo do tempo; 2) o espaço como campo de forças, formado por centro (polos) de “distribuição” de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas, no qual as forças de atração e repulsão tem seu próprio campo, sem interferência dos outros centros e onde a empresa é considerada o centro que liberta as forças centrífugas e centrípetas; 3) o espaço como conjunto homogêneo, que compreende as unidades e sua estrutura ou as relações entre essas unidades, que diz respeito às relações de homogeneidade e às unidades ou às relações entre essas unidades.

O autor também definiu a concepção de espaço polarizado, caracterizado por uma noção de polo ligada a noção de dependência, no qual existem um centro, e em seu entorno uma pequena periferia, composta de vários espaços que circulam o seu campo de influência econômica e política. Esse espaço se caracteriza como heterogêneo, pois as cidades ou espaços que estão em seu entorno possuem características de desenvolvimento diferenciada dos centros, porém em uma relação de dependência, onde cada um destes possui um papel específico no espaço, na divisão social de trabalho e na produção dos bens e serviços (PERROUX, 1977; FERRERA DE LIMA, 2003).

Dessa forma, observando a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale da Ruhr, propôs a ‘teoria da unidade econômica dominante’, que após várias elaborações passou a ser chamada de “teoria dos polos de crescimento”. Os polos de crescimento econômico são gerados pelas interdependências do tipo *input-output*, em torno de uma indústria líder e inovadora. O aparecimento de uma indústria nova (ou grupo de indústrias) ou o crescimento de uma indústria existente possui efeitos de propagação na economia, por meio de preços, fluxos e antecipações (PERROUX, 1977).

Nesse meio se define a indústria motriz¹², que é a líder do complexo de atividades, formando o polo industrial e apresentando as seguintes características: taxas de crescimento superiores à média de crescimento do produto industrial e do produto da economia nacional; apresentação de inúmeras ligações locais de insumo-produto, por meio de compras e vendas de insumos; apresentação de uma atividade inovadora e geralmente de dimensão oligopolista; grande poder de mercado, sendo capaz de os preços dos produtos e insumos, de forma que a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; e produção, geralmente, para o mercado nacional e, para o mercado externo, ou seja, caracterizada como de grande porte. As indústrias motrizes normalmente atraem as empresas satélites, fornecedoras de insumos ou utilizadoras dos produtos das primeiras como insumos, desencadeando o crescimento local e regional (PERROUX, 1967).

Assim, as indústrias motrizes são aquelas que, mais cedo que as outras, se desenvolvem segundo as formas da grande indústria moderna. Essas indústrias exercem ações específicas sobre as demais e sobre a economia como um todo, pois seu lucro também é influenciado pelo volume de produção e compra de serviços de outras empresas. O que caracteriza economias externas e evidencia a importância das inter-relações industriais. Dessa forma, o polo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades que exercem efeitos de expansão sobre outras unidades com as quais se relaciona (PERROUX, 1977).

A implantação destas indústrias pode transformar a estrutura econômica de uma economia, o aparecimento destas é resultado dos preços fluxos e expectativas existentes. A longo prazo, o crescimento de uma indústria ou de um grupo de indústrias implica em novas inovações, que por sua vez, dão origem a novas indústrias (PERROUX, 1977).

Um polo de crescimento passa a se efetivar, a partir do momento que provoca mudanças estruturais e expande a produção e o emprego no meio em que

¹² Também existe o conceito de indústria-chave, definido por Souza (2005) como uma indústria com efeitos encadeamento pela compra e venda de insumos acima da média da economia. Portanto o conceito de indústria motriz mostra-se, portanto, mais amplo do que o de indústria-chave, uma vez que toda indústria motriz é considerada indústria-chave, mas nem toda indústria-chave é uma indústria motriz. Isso por que a indústria motriz possui efeitos de encadeamentos superiores à unidade, do ponto de vista da matriz de insumo-produto, caracteriza-se pela efetiva dimensão de seus efeitos de encadeamento, exercendo, impulsos motores significativos sobre o crescimento local e regional.

está inserido. Portanto, Perroux (1977), assume que polo de desenvolvimento se define como uma unidade motriz ou um conjunto de unidade motrizes, que exercem efeitos de encadeamento sobre outros conjuntos, definidos no espaço econômico e geográfico. De modo que, uma economia nacional se caracteriza como uma combinação de conjuntos relativos, formados por unidades motrizes, polos de indústria e de atividades geograficamente aglomerados, e de conjuntos relativamente passivos, representados pelas indústrias e regiões dependentes dos polos, em que os conjuntos ativos transmitem o crescimento aos conjuntos passivos. O que pode impactar em conflitos entre os espaços econômicos e políticas nacionais ultrapassadas, gerando desperdícios e provocando atrasos no desenvolvimento.

Além de benefícios como o aumento do emprego, da renda e o desenvolvimento da região, a implantação de um polo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, uma vez que pode distribuir salários e rendimentos adicionais sem aumentar, necessariamente, a produção local de bens de consumo, concentra o investimento e a inovação sem, necessariamente, aumentar a vantagem de outros locais, nos quais o desenvolvimento pode ser retardado (PERROUX, 1967; 1977).

Esse processo pode resultar no surgimento de um espaço polarizado, que consiste em um campo de forças ou de relações funcionais. Este corresponde às interdependências ou intercâmbios entre espaços homogêneos, ou seja, consiste em centros (polos ou nós) dos quais emergem forças centrípetas (de atração), e centrífugas (de repulsão). Dessa forma, define-se espaço ou região polarizada como lugar onde há troca de bens e serviços, do qual a intensidade de intercâmbio no interior é superior, em cada um dos seus pontos definidos, em comparação ao exterior (PERROUX, 1982; FERRERA DE LIMA, 2003).

Por esse motivo, o desenvolvimento só pode ser alcançado por meio da organização dos meios de propagação dos efeitos dos polos de desenvolvimento e da realização de transformações de ordem mental e social na população, o que possibilitaria o aumento cumulativo e duradouro do produto real (PERROUX, 1967).

Dois importantes autores, os quais foram influenciados por Perroux e que ajudaram a desenvolver o conceito de polos de crescimento foram Boudeville (1969) e Paelinck (1977).

Jean Paelink assume que o surgimento de um polo de crescimento pode ser constituído e pela indústria, caracterizada pelos fluxos de produtos e de renda, se dá a expansão e o crescimento das indústrias tecnicamente ligadas a essa indústria motriz. Chega a seguinte definição de polo de crescimento:

Constitui um polo de crescimento uma indústria que, pelos fluxos de produtos e de rendas, que pode gerar, condiciona a expansão e o crescimento de indústrias tecnicamente ligadas a ela (polarização técnica), determina a prosperidade do setor terciário, por meios das rendas que gera (polarização das rendas), e produz um aumento da renda regional, graças à concentração de novas atividades numa zona determinada, mediante a perspectiva de poder dispor de certos fatores de produção existentes nessa zona (polarização psicológica e geográfica) (PAELINCK, 1977, p.163).

Dessa forma, uma empresa motriz, ao se desenvolver, é capaz de gerar externalidades positivas para toda a região em que se instala, assim, grandes estratégias de desenvolvimento regional estão ancoradas em políticas de atração dessas empresas, com objetivo de aumentar a renda e o emprego.

Já Boudeville, diferente de Perroux e Paelink, não utiliza uma indústria e sim um conjunto de indústrias, deixando implícita a ideia de complementariedade entre essas: “um polo de crescimento regional consiste num conjunto de indústrias em expansão numa área urbana e com a propriedade de induzir o desenvolvimento de atividades econômicas na sua área de influência” (BOUDEVILLE, 1969, p.11).

Boudeville (1969) trabalha a questão do espaço num caráter mais operacional e uma ênfase territorial. Para o autor, o espaço seria uma realidade concreta, ao mesmo tempo, material e humana, ao distinguir três noções de espaço: o espaço homogêneo, que se caracteriza do ponto de vista econômico; o espaço polarizado, do ponto de vista das dependências hierárquicas; e o espaço como um programa/plano, em vista do centro de decisão. Porém, diferente de Perroux, define região no aspecto de proximidade da superfície, no qual se define três formas de região: a região é homogênea quando se refere a um espaço contíguo em que uma das partes possui características semelhantes; a região é polarizada, ao se considerar a interdependência das aglomerações urbanas; a região é uma região-plano, ao se ter um espaço contínuo, onde as diversas partes estão sob a mesma decisão.

Defende, ainda, que para o desenvolvimento urbano são necessários instrumentos de política regional como meio de orientar os polos e a cooperação para o crescimento harmonizado das regiões e dos diversos centros de decisão do

espaço econômico. Diferentemente de Perroux, que considerava o plano de ação como constituído de unidades produtoras, referindo-se exclusivamente a possibilidade dessa unidade ser estatal (BOUDEVILLE, 1969).

Enquanto isso, em um período mais atual, Santos (2003) assume que uma região que busca o seu desenvolvimento por meio de polos de crescimento cria dois circuitos distintos: o superior e o inferior. No qual o superior é resultado direto da modernização tecnológica, e no circuito inferior forma-se uma marginalização da sociedade, passando a se tornar mais pobre. Isso ocorre, porque as indústrias chave dos polos de crescimento não possuem uma dinâmica suficiente para oferecer empregos o bastante para criar um ambiente de desenvolvimento de toda a região. De modo que, o crescimento via empresas de alta tecnologia não seria capaz de eliminar a pobreza de uma região.

No mesmo sentido de se ter um desenvolvimento a partir da industrialização, logo após a Segunda Guerra Mundial, na América Latina o pensamento econômico e a discussão do desenvolvimento adquiriram força, a partir da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

A CEPAL foi criada logo após a Segunda Guerra, pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo por objetivo realizar estudos relacionados ao desenvolvimento dos países Latino-americanos América Latina. Os primeiros trabalhos da Cepal foram no sentido de diagnosticar problemas de cada país em particular, para detectar os obstáculos ao desenvolvimento. Por meio dessa instituição passou a se realizar pesquisas e relatórios que colaborariam na solução para os problemas econômicos da América Latina e na cooperação necessária para a recuperação e estabilização destes países via industrialização para viabilizar o desenvolvimento econômico (HAFFNER, 2002).

Os autores cepalinos, principalmente Prebisch (1949) no entendimento da visão ricardiana do desenvolvimento, afirmavam que os países deveriam especializar-se na produção dos produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo, de modo que a América Latina produziria somente alimentos e matérias-primas. Enquanto os países desenvolvidos (centrais) produziam os produtos de importações, que incluíam o progresso técnico, uma vez que o aumento do preço dos produtos agrícolas não acompanhava o aumento dos produtos industrializados, que eram importados.

Uma solução apontada por Prebisch (1949), para a industrialização dos países subdesenvolvidos, seria a substituição das importações, a fim de visar os mercados constituídos para produtos específicos, até então importados dos países ricos. Desse modo, inicialmente as substituições deveriam acontecer, de preferência, naqueles bens provenientes da zona do dólar, para se maximizar os saldos das divisas mais escassas.

A estratégia de Prebisch (1986), para o desenvolvimento latino-americano consistia em alguns pontos específicos: a) restrição do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, pelo uso de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações; b) incentivo ao ingresso de capitais externos, na forma de governo a governo, com objetivo aumentar os investimentos, principalmente na criação de infraestrutura básica; c) realização da reforma agrária, para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, assim como a demanda de produtos industriais, por meio da expansão do mercado interno; d) aumentar a participação do Estado na captação de recursos e na criação da infraestrutura básica, como energia, transportes e comunicação.

Essa estratégia recebeu várias críticas, tanto no contexto internacional, de pessoas contrárias à industrialização de países subdesenvolvidos, como de grupos nacionais ligados oligarquia agroexportadora e de outros segmentos. Os grupos de esquerda afirmavam que as estratégias da Cepal eram muito conservadoras, ou seja, ligadas ao grande capital. Enquanto os grupos de direita consideravam a reforma agrária e intervenção do Estado no planejamento da economia, como influência do socialismo da União Soviética. No entanto, os autores cepalinos reconheciam esses desafios e as dificuldades do processo, resultante de fatores internos, principalmente a dependência de países periféricos em relação aos países centrais, resultante da concentração fundiária, da reduzida dimensão do mercado e da elevada taxa de crescimento demográfico. (PREBISCH, 1963; CARDOSO, 1995).

As ideias da Cepal direcionaram boa parte das políticas de desenvolvimento de países latino-americanos, como o Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, principalmente. No debate do desenvolvimento da América Latina, outro ator que se sobressai é Furtado, que acompanhando as ideias de Prebisch, também desenvolveu e publicou suas ideias estruturalistas da CEPAL. Retratando problemas no desenvolvimento latino americano e principalmente no Brasil, ao assumir a

importância do papel do Estado e do processo de modernização, para se alcançar um quadro de desenvolvimento econômico (FURTADO, 1986).

Celso Furtado tinha como principal objeto de estudo as desigualdades regionais brasileiras. Destacando o aumento das desigualdades regionais ao longo do tempo, como consequência da industrialização concentrada no estado de São Paulo e o atraso no desenvolvimento do Nordeste. Em suas análises, buscou tratar os problemas referentes ao atraso acumulado, assumindo que “o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico no autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançara o grau superior do desenvolvimento” (FURTADO, 1974. p. 161). E para se entender a essência do problema, seria necessário captar as peculiaridades da economia, levando em conta o nível de mão-de-obra, do salário real médio e da totalidade dos impostos pagos.

Nesse sentido, Furtado (1974; 2000), assume que o desenvolvimento está intimamente ligado ao processo de modernização, ou seja, produção e inovação tecnológica, com objetivo de gerar maior oferta de bens e serviços à disposição da população, mas também fortalecendo as condições de mobilidade entre as classes sociais através da distribuição da renda, uma vez que por meio desse método, que as nações centrais cresceram e o modo como a periferia foi introduzida no mercado mundial, privou-a de tal capacidade.

Ao propor uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, assume-se a adoção de uma política que vise utilizar a capacidade produtiva já existente.

O desenvolvimento se realiza sob a ação de algum fator exógeno, tal como o impulso de uma procura externa em expansão, uma ação estatal deliberada ou simplesmente tensões estruturais que abrem caminho à substituição de importações. Seja que se comece por um esforço visando a elevar o coeficiente de exportações, seja que se pretende antecipar um processo de substituição de importações sempre será necessário modificações estruturais que exijam uma complexa política de tipo qualitativo (FURTADO, 1986, p. 201).

Segundo o autor, essas mudanças podem trazer uma diversificação no setor exportador, bem como diversificar a produção destinada ao mercado interno. Essa mesma estratégia poderia ser usada em nações, em que se prevalece alguma forma de dependência, podendo ser comercial, financeira, tecnológica, entre outras, e

necessitam de alguma modificação na estrutura para se adquirir alguma forma de desenvolvimento.

Para outros autores, como Myrdal (1968) e Sen (2000), além dos elementos apontados por Hirschman (1961) e Perroux (1967), o desenvolvimento econômico não se alcança apenas com melhorias na distribuição de renda e na ampliação da produção, mas também com a garantia ao acesso a serviços públicos de qualidade, em especial aqueles que mantêm os níveis de vida e têm reflexo nos indicadores sociais. Isso demonstra que o desenvolvimento econômico é um processo histórico complexo, que depende de fatores econômicos, mas também de elementos relacionados à qualidade de vida o desenvolvimento econômico é um processo por meio do qual se obtém melhorias no nível de vida em caráter cumulativo das pessoas.

Para Sen (2000), o desenvolvimento se caracteriza como um processo de expansão de liberdades, no qual as pessoas reais desfrutam. O autor chega a essa conclusão, após a constatação de que a população mundial, muitas vezes, é privada de certas liberdades, quais sejam: a liberdade de alimentos, de nutrição adequada, cuidados de saúde, saneamento básico e água potável, educação eficaz, emprego rentável, segurança econômica e social, liberdade política e direitos cívicos.

Muitas vezes o desenvolvimento é ligado ao crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O que, de fato, tem sua importância no meio de expansão das liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade, porém essas liberdades dependem de outros fatores, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). Para se alcançar o desenvolvimento, o autor lista alguns instrumentos, incluindo, remover as principais fontes de privação de liberdade, que seriam a questão da pobreza e tirania, carência a carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e a intolerância de Estados repressivos, como mencionado anteriormente (SEN, 2000).

A liberdade para Sen (2000) tem papel central no processo de desenvolvimento, por dois motivos: primeiramente, pela razão que essa tem no processo de avaliação do progresso, que deve ser realizada, verificando-se se, de

fato, ocorreu o aumento das liberdades das pessoas. Já a segunda razão, está ligada a eficácia, em que se deve observar as relações empíricas relevantes, em particular as relações mutuamente reforçadoras entre diferentes tipos de liberdade.

As pessoas conseguem alcançar a sua liberdade influenciadas por oportunidades, sendo estas de ordem econômica, política, poderes sociais, além de boas condições de saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. A conquista dessas liberdades são os meios principais do desenvolvimento, pois estão ligadas umas às outras, por exemplo, liberdades políticas (como liberdade de expressão) ajudam a promover maior segurança econômica, oportunidades sociais (como saúde e educação) facilitam a participação econômica, já facilidades econômicas (oportunidades no comércio e/ou produção) induzem ao aumento de renda individual, que por sua vez facilita ao acesso de outras liberdades. Para se alcançar essas liberdades, devem existir disposições institucionais, que por sua vez, são influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, com a participação da escolha social e da tomada de decisões públicas, que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2000).

De modo geral, para Sen (2000), uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos podem desfrutar das suas liberdades individuais, para atender seus desejos, associada ao comprometimento social institucional. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade.

Ao se tratar do processo de desenvolvimento econômico existem outras visões, o que inclui a questão do desenvolvimento que se alcança através de estágios, que será apresentado no próximo tópico.

2.3 ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Embora os estudos do desenvolvimento econômico tenham obtido destaque a partir do século XX, a preocupação com a natureza da riqueza e do crescimento econômico se apresenta, nos principais países da Europa, desde o século XVIII.

Adam Smith já iniciara a ideia de uma concepção fraseológica de desenvolvimento, ao afirmar que a economia humana passa por uma sequência de fases: a caça, a criação, a agricultura, o comércio e a indústria. Sendo essas evoluções de ordem psicológica do homem, as fases alcançadas estariam ligadas ao reflexo da complexidade alcançada pela divisão do trabalho (FURTADO, 1986).

Assim, Adam Smith (1996), assume que o desenvolvimento econômico segue uma ordem “natural”, com um aumento constante da produtividade na agricultura, indústria e comércio exterior, o que propicia um crescimento econômico. Dessa maneira, os países estão em patamares diferentes, os quais não seriam, necessariamente, estágios de desenvolvimento diferentes, isso porque as “vantagens inerentes” pressupõem vantagens previamente estabelecidas, ou seja, não ocorrem mudanças que alterem esse estágio no curto prazo, pois “inerente” é algo naturalmente estabelecido.

Uma análise mais profunda dos processos de transição da economia, classificando-a em estágios de desenvolvimento econômico foi elaborada já no século XX por Rostow (1971; 1978). As etapas de desenvolvimento elaboradas por esse autor baseiam-se no princípio de que a sociedade evolui de uma forma primitiva, de subsistência, até alcançar uma forma mais avançada, com altos níveis de consumo. Diferente de Smith, Rostow desenvolve seus estágios de desenvolvimento baseado em sociedades modernas, enquanto as etapas de Smith foram baseadas na Ásia, mais precisamente a China, a Grécia e a Roma antiga.

Esse autor desenvolve sua teoria entre as décadas de 1950 e 1960, período em que a ideologia comunista era forte. Assim, sua teoria surge como uma alternativa aos países comunistas, sendo a última fase – a era do consumo em massa –, uma síntese do momento que os Estados Unidos viviam na época, onde se tinha uma alta renda *per capita*, que proporcionava maior lazer às famílias e permitia ao Estado maior planejamento, para se construir o chamado Estado de bem-estar (EBERHARDT, 2016).

Além da perspectiva histórica, Rostow (1971; 1978) utiliza conceitos da teoria da produção (consumo, investimentos e poupança), para destacar alguns fatores que deveriam estar presentes nas economias dos países, para avançarem em seu processo de desenvolvimento. Em relação à oferta e demanda, a oferta é analisada a partir de uma perspectiva principalmente tecnológica, sendo a tecnologia

um fator vital para a passagem para o estágio posterior, enquanto a demanda é vista pela necessidade de aumento e distribuição de renda.

Para o Rostow (1971; 1978), as transformações da sociedade se dividem em cinco etapas, nas quais ocorrem várias modificações sociais e políticas na sociedade. As etapas históricas elaboradas pelo autor são: a fase de sociedade tradicional, a das condições prévias para a decolagem, a da decolagem, a da marcha em direção à maturidade e a era do consumo de massa, por fim, a etapa que classificou para além do consumo. Essas etapas estão expostas no Quadro 1.

Quadro 1- Etapas do Desenvolvimento Econômico de Rostow.

ETAPA	CARACTERÍSTICA
A Sociedade Tradicional	A estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas. Existe um teto no nível alcançável do volume de produção <i>per capita</i> .
As Pré-condições para o Arranco	Ocorrem modificações na sociedade tradicional que afetam e alteram fortemente a estrutura social e o sistema político, bem como as técnicas de produção.
O Arranco	As obstruções e resistências ao desenvolvimento são superadas. Surgem novas indústrias com altas taxas de crescimento, que geram efeitos de encadeamentos em atividades produtivas.
A Marcha para a Maturidade	Crescimento econômico continuado, no qual a economia assimila a tecnologia moderna, fazendo aumentar a exportação de bens manufaturados.
A Era do consumo em Massa	Os setores de maior crescimento da economia são os que produzem bens duráveis de consumo e os serviços suscetíveis de aumentar o bem-estar da população. Os preços declinam e os salários aumentam, permitindo o consumo em massa.
Para além do consumo	Estágio em que as pessoas não se sentirão motivadas para aumentar ainda mais sua renda.

Fonte: Elaboração própria a partir de Rostow (1978; 2010); Eberhardt e Ferrera de Lima (2015).

A sociedade tradicional é caracterizada pela insuficiência de recursos, como baixos níveis de ciência e tecnologia, o que resulta em uma produção limitada. Rostow (1978) descreve o modo de produção nesse estágio como pré-newtoniano, ao associar às dinastias da China, às civilizações do Oriente Médio e Mediterrâneo e o mundo da Europa medieval.

As condições prévias para o arranco constituem uma etapa transitória, em que a sociedade se prepara para "prosseguir seu crescimento num ritmo regular". Esse estágio engloba sociedades em pleno processo de transição, isto é, o período no qual as condições para o arranco se estabelecem, posto que se levasse algum tempo para uma sociedade tradicional de molde a poder levar ela explorar os

frutos da ciência moderna, para afastar os rendimentos decrescentes e assim, desfrutar as bênçãos e opções abertas pela acumulação dos juros compostos (ROSTOW, 1978).

Para se alcançar o arranco das precondições não se precisa, necessariamente, uma iniciativa da sociedade, uma vez que essa pode ocorrer mediante a uma iniciativa externa, fazendo com que surja um desejo por parte da sociedade de se ter uma transformação da sociedade antes tradicional. Quando a iniciativa acontece por parte da sociedade, este ocorre de modo endógeno, ou seja, há suficiente disposição das elites agrárias para aceitar a mudança de uma economia predominantemente agrícola para uma economia industrializada, onde a criação e a capacidade de absorção de tecnologia são maiores, assim como traz maior dinamismo à economia como um todo (ROSTOW, 1978).

O arranco é o intervalo das antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular, afinal são superadas. É importante o aumento do investimento como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) no estágio do arranco. O desenvolvimento passa a ser, assim, sua situação normal. No decurso do arranco, as novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais, grande parte é reinvestido em novas instalações, e essas novas indústrias estimulam, por sua vez, estimulam, graças às necessidades crescentes de operários. Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda na mão daqueles que não só economizam as taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que acham empenhados em atividades do setor moderno. A classe empresarial se amplia e dirige fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então aproveitados (ROSTOW, 1978; 2010).

Esse aumento da produção e do desenvolvimento de vários setores da economia se dá por meio da evolução da ciência e tecnologia, que viabiliza a evolução dos métodos de produção, que por sua vez aumentam a produtividade. O que leva ao aumento da produtividade, o setor manufatureiro passa a se consolidar, consolidando a presença das instituições formais e informais para avançar para o estágio seguinte. Nesse estágio, a região deverá se utilizar do mercado internacional para elevar as suas exportações, o que deve ser feito por meio do aumento no número de países com quem transaciona ou a melhora nos termos de troca. Além

disso, a questão da infraestrutura também é de suma importância nesse estágio, para reduzir os custos de transporte, descoberta de novos produtos e regiões para transações, o que leva a ampliação dos mercados (ROSTOW, 1978).

No estágio da marcha para a maturidade, há um longo período de consolidação da atividade econômica e intensificação do comércio internacional. Nesse, a barreira tecnológica não é mais obstáculo na produção de bens e serviços. A região deve aproveitar essa tecnologia para agregar valor aos recursos naturais de que dispõe. Esse é o momento em que a tecnologia se desenvolve por completo, pelo menos até avançar para o próximo estágio. As sociedades estão preparadas para avançar em seu processo de desenvolvimento, sempre que o foco for os setores dinâmicos existentes na economia, o qual, aliado ao desenvolvimento tecnológico, resultará no aumento das inovações (ROSTOW, 1978; EBERHARDT e FERRERA DE LIMA, 2015).

Na era do consumo em massa, a sociedade deixou de aceitar a expansão da tecnologia moderna como objetivo supremo. A taxa de aumento da renda ultrapassa a taxa de crescimento da população e as pessoas passam a consumir diariamente mais do que o mínimo necessário. A prioridade é o investimento em assistência social, já que, como a população consome mais do que o mínimo necessário, o crescimento econômico não é mais o objetivo principal, sendo substituído pelo desejo de melhora nos indicadores de qualidade de vida. Nessa fase, a sociedade pode alcançar o Estado de bem-estar (*Welfare State*), com distribuição de renda e aumento do lazer, dentre outros (ROSTOW, 1978).

Rostow (2010) define uma era pós consumo em massa, em que idealiza uma sociedade na qual a renda é alta o suficiente e as pessoas não possuem incentivos para aumentá-la ainda mais. Expõe uma situação, em que o problema não é mais a ingestão mínima de alimentos que uma pessoa necessita diariamente, mas o oposto, a ingestão demasiada, em que o problema se torna outro, a obesidade. Nessa fase, também os problemas de moradias estão totalmente sanados, isto é, problemas básicos não existem mais, portanto, Rostow pensa que os indivíduos dessa sociedade passarão a sofrer de tédio, pois não há estímulo para eles melhorarem ainda mais seu bem-estar.

Para Rostow (2010), somente a indústria é capaz de transformar a estrutura econômica e promover o crescimento, nesse sentido autores da CEPAL

desenvolveram um modelo de desenvolvimento para a América Latina. Tais autores criticavam a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, isso porque, de acordo com esta teoria, a América Latina deveria produzir para o mercado externo matérias-primas e produtos agrícolas com baixa incorporação de tecnologia. O que segundo os autores da Cepal, resultou em uma relação de troca desigual em países do subcontinente, que exportava produtos cada vez mais baratos, e em troca comprava produtos industrializados com maior valor agregado e mais incorporação de tecnologia e como coloca Prebisch (1949), aumentou a “distância” entre países pobres e ricos, já que nesta troca não havia transferência de tecnologia.

Desse modo, Prebisch (1949) assume que a industrialização seria a única forma de desenvolvimento para a superação da contradição entre o crescimento e o desenvolvimento econômico, o que ocorreria no âmbito da substituição de exportações, a partir da entrada de capital externo via empréstimos e de uma política protecionista. Segundo os autores cepalinos, esse processo traria além do aumento da produtividade de produção, que produziria efeitos multiplicadores para a economia como um todo, acompanhado pela melhoria socioeconômica. Isso porque ideia de desenvolvimento econômico refere-se a um processo de transformação que conduz a melhorias de renda, mas também nas estruturas sociais.

Prebisch (1949) desenvolveu em suas obras, etapas nas quais busca compreender inicialmente os motivos que levaram a Argentina e, posteriormente, a economia da América Latina, ao desequilíbrio de contas. Inicialmente, as principais explicações encontradas para justificar o problema foram o ciclo econômico, a elasticidade-renda da demanda e o baixo coeficiente de importações dos Estados Unidos. Após identificar os problemas, o autor passa a elaborar as etapas no qual aponta possíveis soluções ao problema do subdesenvolvimento nos países da América Latina. A principal obra que expõe essas etapas foi elaborada em 1982, intitulada: “*Cinco etapas de mi pensamiento sobre El desarrollo*” (Cinco etapas em meu pensamento sobre o desenvolvimento).

A primeira etapa se inicia no ano de 1943 (ano de sua saída da Direção Geral do Banco Central da Argentina) e vai até o ano de 1949 (ano em que entra na Cepal) e é caracterizada pela sua aceitação do ciclo econômico e do repúdio as teorias do equilíbrio. Nessa etapa, o autor faz críticas à teoria Marxista e a teoria de

Keynes, ao argumentar que as teorias já dominantes eram insuficientes para explicar os problemas da realidade e agir sobre eles.

O principal aspecto abordado nessa etapa foram os ciclos econômicos, que segundo ele, o ciclo se manifestava em um movimento alternado de rendas, que não se limitava à esfera interna de um país, caracterizando-se como um fenômeno internacional que se contraía e se dilatavam em um processo circulatório, sendo o ciclo econômico a base de onde se desprende o sistema centro-periferia. Desse modo, pode-se dizer a primeira etapa serve de ascendente para a segunda etapa (PREBISCH, 1949; 1982).

A segunda etapa, iniciada no ano de 1949, com a entrada de Prebisch na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal, e encerrada no ano de 1950. Essa etapa se caracteriza pela abordagem do tema centro-periferia (conceito mais difundido de Prebisch) e pela industrialização da América Latina, abordado através do conceito de deterioração dos termos de intercâmbio. O termo centro-periferia foi abordado inicialmente pelo autor na sua obra 1946 “*Memoria de la Primera Reunión de Técnicos sobre Problemas de Banca Central del Continente Americano*”, no qual assumia os Estados Unidos como um centro cíclico devido aos movimentos de impulsos de expansão e contração na vida econômica mundial e especialmente na periferia latino-americana. Frente a isso, pode se dizer que o ciclo econômico constitui a base de onde se desprende o sistema centro-periferia (COUTO, 2007).

Entende-se por centro, os países desenvolvidos produtores de bens manufaturados, e por periferia, os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, produtores de bens primários. Para o autor, a América Latina pertencente à periferia da economia mundial, isso porque o centro-periferia era resultado histórico da maneira como se propagou o progresso técnico na economia mundial, dando lugar a diferentes estruturas produtivas. Assim, o progresso técnico dos centros se distribuiria para a periferia pela baixa nos preços dos produtos manufaturados, e os produtos os produtos primários da periferia, de menor produtividade, teriam um maior poder de compra, conforme evoluísse a técnica nos centros, não cabendo a industrialização da periferia do sistema. A deterioração dos termos de intercâmbio, que ocorreu no século XIX, em que o os preços dos produtos primários vêm se deteriorando em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros e o

próprio processo de industrialização (que necessitava de importações) eram os motivos apontados por Prebisch, que levavam os países periféricos a desequilíbrios em seus balanços de pagamentos. Nessa fase, o autor destaca a deterioração dos termos de intercâmbio, como consequência dos movimentos cíclicos da economia (PREBISCH, 1982).

Para “controlar” o desequilíbrio externo, Prebisch não via outro caminho senão a industrialização da América Latina, por meio do processo de substituição de importações, mas esse processo de substituição de importações contava com algumas limitações, como a baixa escala de produção e a baixa poupança interna para inversões. No entanto, outra alternativa seria o desestímulo as importações, em que pese outro papel importante da industrialização seria absorver a mão de obra resultante do desemprego estrutural, resultante do progresso técnico, empregando estas pessoas à medida que houvesse capital disponível para absorver esta população em outras atividades. Apesar de todo incentivo a industrialização, o autor também levava em consideração a importância da agricultura, tanto que mais à frente defende a reforma agrária, por ser contra a posse do solo e o enriquecimento dos proprietários de terras (PREBISCH, 1982).

Nesse contexto, Prebisch leva em conta a questão do comércio exterior um dos elementos propulsores do desenvolvimento econômico, porque a industrialização exigia novas importações de bens de capital e insumos que, para pagá-los, necessitava de exportações. Assim, no ano de 1950, o autor começa a defender medidas protecionistas como estímulo a industrialização periférica devido ao seu maior custo de produção (COUTO, 2007).

A terceira etapa, situada entre 1959 e 1963, engloba o mercado comum latino-americano e a insuficiência dinâmica do sistema. Nessa fase, atribui a deterioração dos termos de intercâmbio passa a ser explicada como consequência da elasticidade-renda da demanda e da densidade tecnológica, “esquecendo” a antiga explicação. O autor passa a expor mais as suas posições sociológicas, e demonstra em sua defesa pública a criação de um mercado comum latino americano que tinha por objetivo assegurar a industrialização racional dos países da América Latina, principalmente em razão do fim da etapa fácil de substituição das importações, assim a industrialização passaria a contar com maiores mercados e ganhos de escala. Ao mesmo tempo, lança o conceito de insuficiência dinâmica da

economia, caracterizado pela incapacidade do sistema de absorver o crescimento da população ativa e a desocupação provocada pelo progresso técnico (PREBISCH, 1963; COUTO, 2007).

A quarta etapa tem duas abordagens: 1) formular uma nova política comercial em prol do desenvolvimento econômico, que visava evitar o seu estrangulamento externo. Além disso, afirmar a necessidade de novos e maiores mercados para suprir a fase difícil do processo de substituição de importações, uma de suas soluções era de que a substituição deveria atingir o frete (através de uma frota marítima própria) e os seguros, posto que estes dois elementos constituíam um déficit virtual no balanço de pagamentos. 2) Uma estratégia global de desenvolvimento econômico, ou seja, estender a periferia a nova ordem do comércio internacional, no qual só países industrializados faziam parte. Essa estratégia resolveria problemas como desequilíbrio externo, déficit de poupança e vulnerabilidade externa, que impediam o desenvolvimento econômico e social (PREBISCH, 1982).

Por fim, em sua quinta e última etapa, encontra-se o conceito dominante do excedente econômico, que trata-se da parte dos frutos da produtividade que não é transferida proporcionalmente a força de trabalho, e decorre da baixa de preços, mas é absorvida pelos proprietários produtivos. Além disso, nessa última etapa, reconhece a sua teoria centro-periferia como importante a incorporações de poder na análise do desenvolvimento dos países e assume que a industrialização, por meio de substituições de importações, não é estática, pois a diversificação da demanda impõe substituir novos produtos (PREBISCH, 1982; COUTO, 2007).

Outro autor que descreve o processo de desenvolvimento, a partir da industrialização, é Kaldor (1966). Para ele, uma economia imatura se torna madura a partir da expansão da demanda agregada. Assim, a acumulação de capital, materializada no processo de industrialização, é a variável chave para o processo de desenvolvimento econômico, pois é através deste processo que a taxa de mudança tecnológica se acelera beneficiando toda a economia. Tais benefícios ocorrem devido à redução de custos unitários e melhoria na qualidade de produtos exportáveis, permitindo que desta forma os produtores locais disputem mercados estrangeiros. Desse modo, Kaldor elaborou quatro estágios de desenvolvimento, semelhantes ao processo dos países da América Latina.

Os estágios iniciais são voltados a abastecer a demanda doméstica, e desse modo, antecedem a produção industrial voltada para a exportação. No primeiro estágio, surge uma indústria local para a produção de bens de consumo, em que algumas máquinas e equipamentos começam a ser produzidos domesticamente, uma vez que a expansão na demanda por bens de consumo estimularia uma elevação na oferta de algumas máquinas as quais a produção interna já seria dotada de condições tecnológicas para produzi-las, porém nem toda a tecnologia de última geração seria exportada pelos países mais desenvolvidos. Um exemplo dessa experiência se deu no processo de industrialização da maioria dos países da América Latina e, esse estágio, teria a finalidade de diminuir a dependência da importação das máquinas e equipamentos. Essa fase se esgota quando se finaliza o processo de substituição de importações (KALDOR, 1966).

O segundo estágio do processo de industrialização proposto por Kaldor, é quando a indústria de bens de consumo deveria começar a exportar o seu excedente. Esse dá sustento para uma especialização da economia, ou seja, a economia começa a se especializar na produção de bens de capital (o único empecilho ao desenvolvimento nesta fase seria a dependência de capital externo). De tal modo que, a economia passa a entrar no seu terceiro estágio, que se iniciaria, quando o país desse início a um esforço para promover a substituição de importações de bens de capital. Nesse momento, é necessário um esforço para desenvolver tecnologia própria a ser incorporada em máquinas e equipamentos nacionais, consolidando a participação desse setor na produção nacional.

O quarto estágio corresponderia ao momento em que o país se tornaria um exportador de bens de capital. Aqui, o setor produtor nacional de bens de capital teria atingido um amadurecimento tecnológico compatível com o dos países industrializados. Segundo Kaldor (1966), é nesse estágio que o crescimento econômico se tornaria explosivo, uma vez que passaria a ser induzido tanto pela demanda interna quanto pela externa por bens de consumo e de capital.

A análise dos estágios de desenvolvimento de Kaldor é complementada pelo que a literatura denomina de as “Leis de Kaldor para explicar a dinâmica de crescimento econômico”. Em resumo, para o autor a acumulação de capital incorporado de modernas tecnologias, leva a considerar um contínuo processo de transformação industrial, e assim, permitir mudanças expressivas na estrutura

produtiva, levando a economia a realizar o *catching-up* em relação àquelas com níveis de produtividade mais alta. As economias em desenvolvimento deveriam adotar uma política de acumulação de capital como forma de acelerar o crescimento, já que o desenvolvimento de um setor industrial avançado tecnologicamente é essencial para sustentar o crescimento de longo prazo (LAMONICA e FEIJÓ, 2009).

Alguns autores vêm no sentido oposto ao modelo dos estágios de desenvolvimento, isto é, defendem que somente a indústria seria capaz de proporcionar o crescimento de uma economia. Assim, Bulhões (1960) afirma a existência de uma força propulsora, que impulsiona o desenvolvimento econômico, e assume que além da indústria a agricultura também é capaz de promover o desenvolvimento econômico. Outro aspecto em que o autor critica as etapas de desenvolvimento de Rostow, seria de que o modo de se interpretar o arranco, assim como seus impactos, serão diferentes entre cada sociedade, pois depende do modo como à sociedade reagirá a essas mudanças. Já Furtado (1986), argumenta que dividir o desenvolvimento em estágios ou fases trata-se de uma abordagem meramente descritiva. De modo a não existir uma receita para todas as nações seguirem para atingir tal nível de prosperidade.

Frente ao colocado pode se observar a importância da indústria para o processo de desenvolvimento econômico, dado pela maioria dos autores desenvolvimentistas, e principalmente aqueles que destacam o processo e forma de etapas. Coincidindo com o processo de industrialização e desenvolvimento da América Latina que se deu via substituição de importações.

2.4 FATORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico das regiões (o que pode ser uma nação, estado ou município) se dá a partir de fatores exógenos ou endógenos. Assim sendo, surgem duas correntes teóricas baseadas nestes aspectos:

2.4.1 Fatores de desenvolvimento exógeno

As teorias da evolução recente do desenvolvimento regional vêm mostrando a importância do papel do Estado e de suas políticas, em especial às políticas industriais e do comércio exterior. Segundo Boisier (1996), o processo de

desenvolvimento exógeno seria estimulado a partir do exterior da região. Assim, surgem as teorias do desenvolvimento exógeno, ou seja, aquelas teorias que apontam um desenvolvimento, a partir de fatores externos a região, seja por meio de intervenção do Estado ou pelos investimentos de grupos externos a região.

Após evidenciar disparidades econômicas no desenvolvimento econômico dos países, Myrdal (1968) desenvolveu em sua obra¹³, uma teoria para explicar a dinâmica econômica regional baseada em um processo de *causação circular cumulativa* (C.C. C), em que o sistema econômico é algo eminentemente desequilibrado. A causação circular cumulativa pode tanto agir de forma positiva, quanto negativa, de tal forma que uma situação de pobreza e exclusão social se reforça cumulativamente. Enquanto uma situação favorável com condições de vida plena também se reforça mutuamente, isto é, o processo de causação circular cumulativa pode tanto reforçar o círculo vicioso da pobreza, assim como avançar na melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano desde que se rompam os mecanismos de exclusão social e se fortaleçam os mecanismos de inclusão social.

Para que se que haja uma ruptura nesse círculo vicioso e uma diminuição das disparidades entre as regiões, o Estado deve utilizar suas políticas públicas como instrumento para melhorar a estrutura social e econômica de uma região. O que deve ser feito a partir de um plano de desenvolvimento e integração regional, para intervir nas forças de mercado e impedir que elas se concentrem, e dessa forma condicioná-las para impulsionar o progresso social.

Desse modo, são necessárias medidas compensatórias para os efeitos de polarização do comércio inter-regional, em um plano que englobe diferentes setores, econômico e social, como, a instalação de novas plantas industriais, a viabilização de compra de máquinas e equipamentos, investimentos na infraestrutura de transportes, aumentar a produtividade agrícola, além de investimentos na saúde e educação, estimulando o crescimento equitativo (MYRDAL, 1968).

No mesmo sentido, Hirschman (1961) assume que o papel do governo no processo de desenvolvimento deve ser de prover a infraestrutura social necessária, para impulsionar a atividade produtiva (serviços públicos, infraestrutura logística,

¹³ *Economic theory and under-developed regions*, com versão lançada em português no ano de 1968.

etc.) e elaborar uma estratégia de desenvolvimento, induzida e indutora, com a determinação das áreas prioritárias para o desenvolvimento.

Segundo Hirschman (1961) e Myrdal (1968), se o desenvolvimento se inicia em uma região, surgem encadeamentos, e as regiões que a circundam recebem efeitos impulsores, iniciando um processo cumulativo, com difusão do desenvolvimento para áreas circunvizinhas. Ao mesmo tempo, como coloca Myrdal, se um município inicia um processo cumulativo negativo, as regiões contíguas também podem sofrer influência desse processo, iniciando-o na região.

Assim sendo, a intervenção do Estado torna-se iminente necessária, principalmente para romper qualquer círculo vicioso negativo que impeça o desenvolvimento econômico de uma região. Nesse caso, a ação do Estado pode controlar tal processo e promover efeitos propulsores que encadeiam o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido Raiher e Ferrera de Lima (2009), indicam a importância dos investimentos do Estado no desenvolvimento dos municípios e regiões periféricas. Quanto maior o investimento, maiores serão as disponibilidades de recursos para o município se desenvolver economicamente. Porém, o montante investido atinge um nível no qual o município se desenvolve a taxas decrescentes. Isso significa que quanto mais desenvolvida a região, maiores quantias de capital gerarão cada vez menores taxas de crescimento econômico e desenvolvimento.

Para Lima (2012), o papel do Estado surge no âmbito institucional, visto que as instituições não são neutras no processo de desenvolvimento econômico, e também, na ação direta nas regiões, por meio de investimentos e políticas públicas diferenciadas, atuando no incentivo à criação de indústrias, melhorias na produção agropecuária, fortalecimento de redes de inovação e fomento às externalidades positivas regionais.

O Estado pode articular a sociedade civil, para que os empresários locais encontrem condições e estímulos a investir, melhorando os aspectos sociais, propiciando melhores condições de vida para que a sociedade tenha níveis mais elevados de competência técnica e de organização social (CARDOSO, 1995).

Consta-se a existência de um papel para o Estado no desenvolvimento regional, a partir da sua intervenção, tanto no ordenamento territorial, como na regulação das externalidades negativas produzidas nas regiões mais dinâmicas da

economia, quanto na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento das regiões mais atrasadas, seja preferencialmente, na forma como propõe a teoria do desenvolvimento endógeno, ou aproveitando as “janelas de oportunidades”, que surjam no quadro de investimentos (LIMA, 2006).

Paiva (2002) assume que o Estado deve estimular todas as formas possíveis (financeiras, fiscais, legais, técnicas, etc.), para a emergência de novas empresas nos mais diversos setores, como condição necessária e suficiente para inviabilizar a inércia das firmas maiores e consolidadas.

Para Cardoso e Ribeiro (2002), o processo de desenvolvimento parte de alguns fatores. Em primeiro lugar, as políticas públicas de desenvolvimento regional deveriam orientar-se não tanto por incentivos “externos”, no sentido de ir ao encontro das motivações intrínsecas dos agentes econômicos, estimulando o empresário a buscar reconhecimento social e realização pessoal mediante a criatividade, a transparência nos negócios, a qualidade do trabalho que oferece e dos bens que produz, perseguindo o bem comum. Em segundo lugar, além de incentivos financeiros e fiscais diretamente associados às empresas, o sucesso sustentado de uma região também se baseia na comunidade nela instalada, mediante a valorização dos recursos locais e de todos os componentes ligados à teoria do desenvolvimento endógeno. Em terceiro, recomenda-se o incentivo a empresas que estabeleçam relações interpessoais positivas.

2.4.2 Fatores de desenvolvimento econômico endógeno

A transformação de uma região subdesenvolvida em desenvolvida se apresenta como um processo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e humana internas. As políticas de desenvolvimento endógeno dão ênfase aos fatores internos à região, capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade, o que representa um fator diferencial para o crescimento de uma região. O Chamado paradigma “desde baixo” ou “de baixo para cima” (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

Assim sendo, a teoria do crescimento endógeno tem como objetivo principal investigar e compreender a ação recíproca entre conhecimento tecnológico as várias características estruturais e da economia e da sociedade, e esta atuação recíproca resulta em crescimento econômico, uma vez que a principal contribuição da teoria

edogenista é a de identificar quais os fatores de produção atualmente decisivos (capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento (P&D), inovação e informação), que são identificados dentro da região. E assim as regiões denotadas desses fatores possuem melhores condições, para atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado (AMARAL FILHO, 2002; AGHION; HOWITT, 1998).

A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região. O papel do desenvolvimento endógeno, segundo Barquero:

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade (BARQUERO, 2001, p. 39).

O que destaca a capacidade de organização de toda a comunidade, para se ter um resultado positivo quanto ao objetivo a ser alcançado, de modo a beneficiar todos que vivem nesta região. Nesse sentido a preocupação do autor não se dá somente com os fatores econômicos, mas também com aspectos sociais que devem ser acessíveis a toda a população.

O desenvolvimento econômico ocorre em consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente. Dessa maneira, o desenvolvimento endógeno ocorre quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural. Também requer a existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante o uso de recursos disponíveis e a introdução de inovações, garantindo criação de riqueza e melhoria do bem-estar (BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento endógeno origina-se na própria região, em uma situação de endogenia. Para o autor os governos regionais além de conduzir o processo de desenvolvimento devem ser capazes de estimulá-lo, como agentes catalizadores com capacidade de gerar uma sinergia a partir do encontro de agentes individuais. Essa capacidade pode atuar como uma vantagem estratégica das regiões, à medida que se intensifica a mobilidade espacial do capital (BOISIER, 1996).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento de uma região depende fundamentalmente de sua capacidade de organização social e política associada ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões, do aumento da capacidade de reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo seu processo de crescimento regional a um crescente processo de inclusão social (inclusive digital), aliado a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional. Tal capacidade de organização regional é um fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional (BOISIER, 1992).

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma região ou localidade, no longo prazo, depende essencialmente da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro, ou seja, do processo de desenvolvimento endógeno, o que se relaciona, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais (Quadro 2) intangíveis na região ou localidade (BOISIER, 1992).

Quadro 2 - Formas de Capitais Intangíveis de determinantes do processo de desenvolvimento regional.

Formas de Capital	Especificação
Capital Institucional	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
Capital Humano	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-los.
Capital Cívico	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas, etc.
Capital Social	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
Capital Sinérgico	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Fonte: BOISIER, 2000; HADDAD, 2009; PIACENTI, 2009.

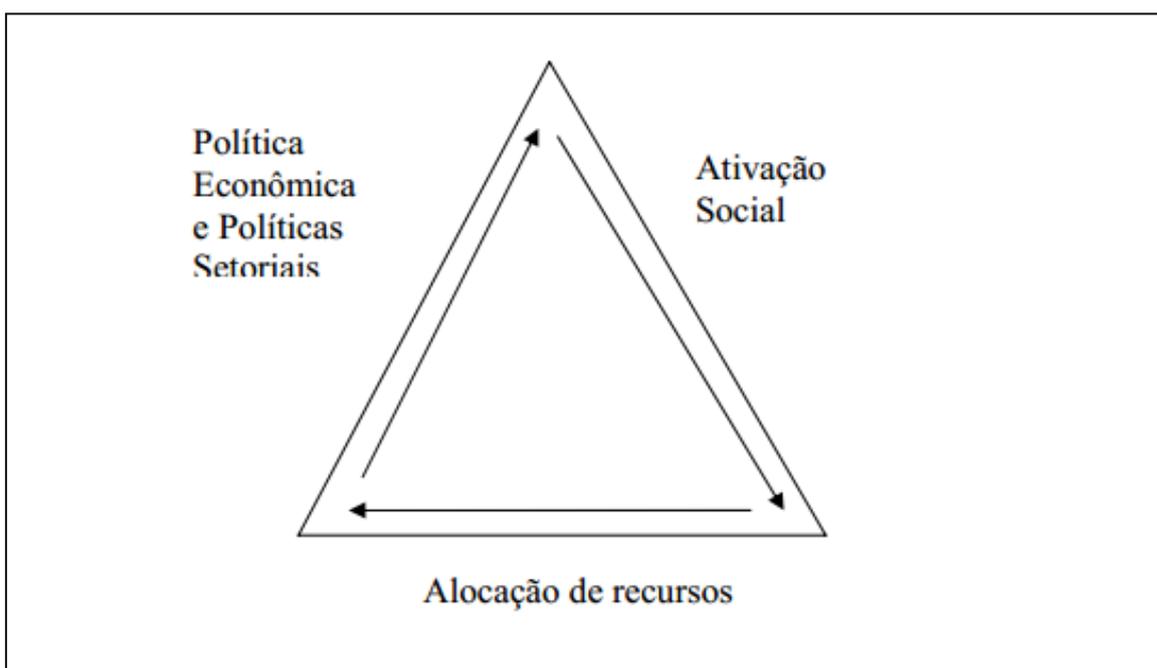
Com base no Quadro 2, se assume que a atuação dos agentes econômicos da própria região, caracterizados pelos capitais humano e social, estimulam o desenvolvimento econômico e social.

O processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade de que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região. O processo de desenvolvimento de uma região depende fundamentalmente da sua capacidade de organização social e política para modelar seu próprio futuro. O desenvolvimento ocorrerá quando se manifestar de forma endógena uma energia capaz de estruturar recursos tangíveis e (capital físico, capital natural) e intangíveis (capital social, capital humano e capital institucional), que se encontravam latentes ou dispersos (HADDAD, 2009).

Haddad (2009), propõe etapas de um processo de desenvolvimento endógeno, que ocorre a partir da mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região. A primeira etapa é a estruturação de um inconformismo, porque o processo de desenvolvimento não se desencadeia em um cenário de conformismo. A segunda, consiste em diagnosticar técnica e politicamente, as razões e causa do desempenho dos indicadores regionais. A terceira etapa, envolve a transformação de uma agenda de mudanças em um plano de trabalho de mudanças (Plano de Ação). A quarta, consiste no processo de implementação das etapas anteriores, por meio da criação de mecanismos de controle e avaliação, formados por um conjunto de indicadores de processos e de resultados.

Já Boisier (1989), sugere que para entender o processo de desenvolvimento regional deve-se dar atenção a um conjunto de elementos macroeconômicos que delimitam o processo de desenvolvimento regional em termos de organização econômica. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma região é explicado como resultado da inserção de três forças: alocação de recursos, política econômica e ativação social. Como é apresentado na Figura 1.

Figura 1- Funções, Dimensões e Retroalimentação no Planejamento Regional.



Fonte: BOISIER, 1989.

Na primeira força está a alocação de recursos, em que o desenvolvimento está associado à disponibilidade de recursos disponíveis e depende da participação regional no uso dos recursos nacionais e estaduais. Esse fator tem a ver com o processo de alocação inter-regional dos recursos e relaciona as decisões que pertencem ao âmbito exclusivamente controlado pelo Estado. E, por assim dizer, é fundamentalmente exógeno à região e tem características predominantemente centralizadas.

A segunda força está relacionada aos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais, ou seja, depende da ação do governo central, que pode afetar positiva ou negativamente a região. A política econômica pode agir como coadjuvante do processo de crescimento econômico, indo na mesma direção ou pode vir na direção oposta e freá-lo. Semelhante ao processo anterior, essa força depende de decisões iniciais tomadas pelo Estado, força que é exógena à região.

Por último, mas não menos importante, o desenvolvimento econômico regional depende da ativação social da população local, isto é, da capacidade da região em criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais suficientes para direcionar o crescimento, desencadeado por forças exógenas, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra. Essa terceira força, ao contrário das duas primeiras, é completamente endógena e está associada: ao

aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida); e à preservação do meio ambiente.

Após a explanação do aporte teórico, a próxima seção apresentará a abordagem metodológica, que alinhada aos conceitos teóricos será utilizada para atender os objetivos propostos nessa pesquisa.

3. PROCEDIMENTO METODOLOGICO

Essa pesquisa visa mostrar o estágio de desenvolvimento dos municípios da Região Sul do Brasil, nos anos de 2005 e 2015. Para atender a esse objetivo se propõe a abordagem metodológica exposta a seguir.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Essa pesquisa se classifica como quantitativa, que se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. Essa técnica é frequentemente aplicada nos estudos descritivos (aqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis), os quais propõem investigar “o que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal (RICHARDSON, 1989).

Entre os estudos quantitativos podem ser citados os estudos de correlação de variáveis ou descritivos (os quais por meio de técnicas estatísticas procuram explicar seu grau de relação e o modo como estão operando), os estudos comparativos causais (onde o pesquisador parte dos efeitos observados e assim descobrir seus antecedentes) e os estudos experimentais (que proporcionam meios para testar hipóteses) (DIEHL, 2004).

Para indicar o estágio do desenvolvimento das regiões será estimado um Indicador de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER). A estimativa e classificação do IDER se alinha à teoria de Rostow (1978). Segundo esse autor, para uma região alcançar o desenvolvimento econômico ela passa por estágios, que implicam em modificações sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, para se aplicar os métodos de análise se utilizaram variáveis que representam a estrutura econômica e social dos municípios do Sul do Brasil.

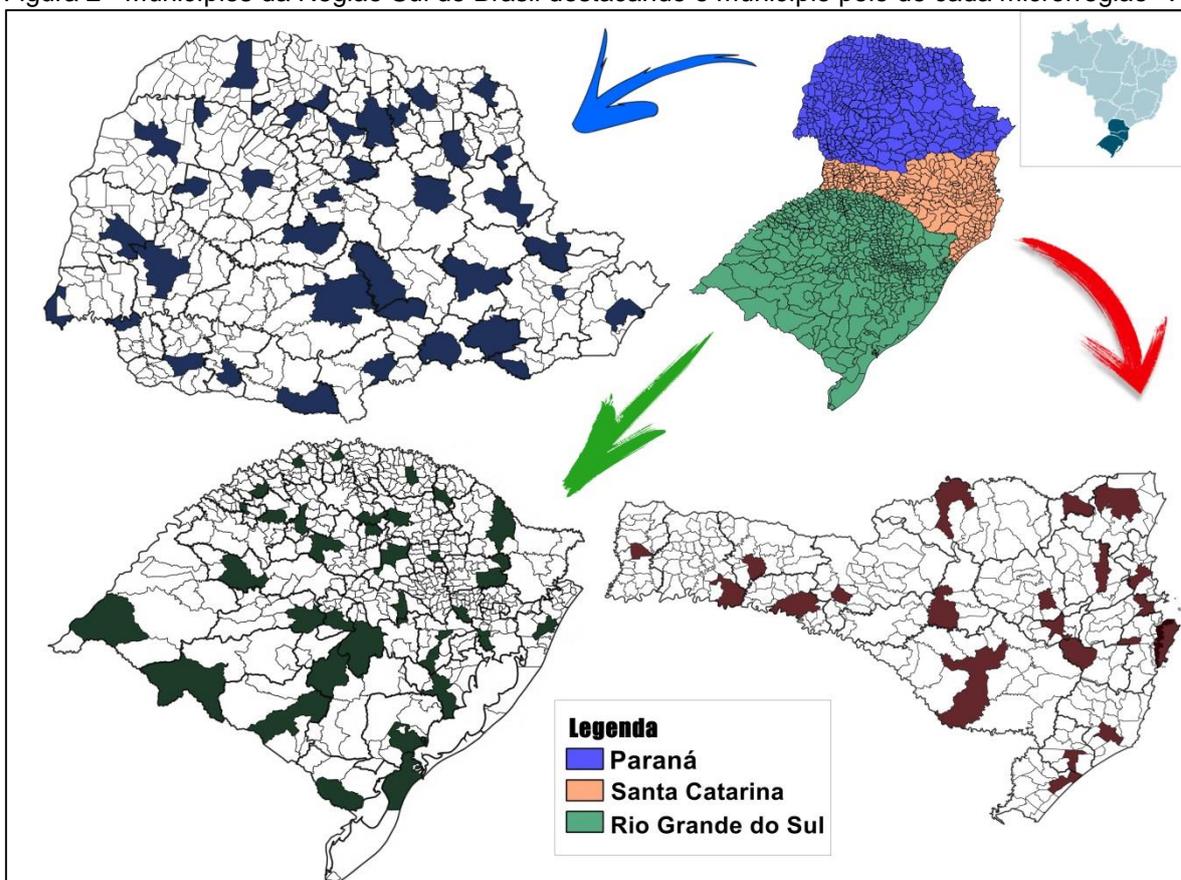
Para a análise dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento dos municípios baseou-se nas teorias de autores, que apontam os fatores exógenos apontados por Hirschman, (1961); Myrdal, (1968); e mais recentemente Cardoso, (1995); Lima, (2012) como importantes para promover o processo de desenvolvimento; e também em autores Barquero, (2001); Boisier (1996); Amaral

Filho, (2002), que apontam os fatores endógenos como essenciais para a transformação de uma região subdesenvolvida em desenvolvida.

3.2 OBJETO DE ESTUDO

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a Região Sul do Brasil, abrangendo seus 1.191 municípios¹⁴, e suas 94 microrregiões, expostos na Figura 2.

Figura 2 - Municípios da Região Sul do Brasil destacando o município polo de cada microrregião¹⁵.



Fonte: Elaboração própria, 2017.

A Região Sul do Brasil abrange, segundo o IBGE, uma área de 576.773,368 km², que estão divididos em três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses estados se dividem em 23 mesorregiões, 96 microrregiões (destacadas na Figura 2), que, por sua vez, abrangem os 1.191 municípios.

¹⁴ No ano de 2005, ainda não existiam três municípios, que foram emancipados após 2012: Balneário Rincão e Pescaria Brava em Santa Catarina, e Pinto Bandeira No Rio Grande do Sul.

¹⁵ A localização nomeada das Microrregiões e Mesorregiões está no Apêndice A.

Essa Região, segundo o Censo de 2010, possuía 30 milhões de habitantes, o que representa 14% da população nacional. A urbanização alcança 85% da população, nível semelhante ao do país. O Produto Interno Bruto (PIB) regional representa 16% do PIB brasileiro, e tanto a renda *per capita*, quanto o IDH está entre os mais elevados do Brasil e são superiores à média do país.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Após a coleta de dados foram aplicados os procedimentos para o tratamento dos dados, explicados na sequência.

Para a estimativa do IDER e do perfil do estágio de desenvolvimento econômico foram utilizados dados sociais e econômicos para os municípios da Região Sul do Brasil, referente aos anos de 2005 e 2015¹⁶. Os dois períodos de tempo são utilizados para tornar possível mensurar o estágio de desenvolvimento econômico regional e comparar as regiões, sendo possível identificar se os municípios retrocederam ou permaneceram no mesmo estágio de desenvolvimento.

A justificativa ao uso de variáveis sociais e econômicas se dá pela similaridade na estrutura econômica e nos indicadores sociais dos três Estados que compõe a Região, além disso, esse conjunto de dados é representado por variáveis que influenciam diretamente ou indiretamente o desenvolvimento econômico de uma região. Buscou-se, também, classificar as variáveis de ordem endógena ou exógena.

Quadro 3 - Variáveis e Dimensões e Fatores dos Determinantes do processo de desenvolvimento regional.

Indicador	Ajuste	Período	Dimensão	Fonte	Fator	Influencia no desenvolvimento/Fórmula
Taxa de Urbanização	População total/População urbana = Taxa de Urbanização	2005/2015	Social	IBGE	Endógeno	Direta (1)
Bolsa Família	Valor repassado por município	2005/2015	Social	MDS	Exógeno	Indireta (2)
Abastecimento de Água	Economias residenciais ativas de água	2005/2015	Social	SNIS	Endógeno	Direta (1)
Nota do IDEB	Nota do IDEB (observado) na rede estadual do 8º/9º ano	2005/2015	Social	INEP	Endógeno	Direta(1)
Exportações	Valor das exportações	2005/2015	Econômico	MDIC	Exógeno	Direta (1)
Emprego formal no setor	Total do Emprego Formal no setor primário	2005/2015	Econômico	RAIS/MTE	Endógeno	Direta (1)

¹⁶ Para as variáveis que não estavam disponíveis no período de análise, foi escolhido o período mais próximo possível.

primário						
Emprego formal no setor secundário	Total do Emprego Formal no setor secundário	2005/2015	Econômico	RAIS/MTE	Exógeno	Direta (1)
Emprego formal no setor terciário	Total do Emprego Formal no setor terciário/Emprego total = %de empregos no setor terciário	2005/2015	Econômico	RAIS/MTE	Endógeno	Direta (1)
VAB primário	VAB da agropecuária a preços corrente	2005/2014	Econômica	IBGE	Endógena	Direta (1)
VAB secundário	VAB indústria a preços correntes	2005/2014	Econômica	IBGE	Exógena	Direta (1)
VAB terciário	VAB serviços a preços correntes	2005/2014	Econômica	IBGE	Endógena	Direta (1)
PIB <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto/População Total	2005/2014	Econômica	IBGE	Endógena	Direta (1)
Cota-parte do fundo de participação	Registro das transferências referentes ao FPM/receita tributária = % do FPM na receita tributária	2005 e 2015	Econômica	Ministério da Fazenda /Secretaria do Tesouro Nacional	Exógena	Direta (1)

FONTE: Elaboração própria com base em: Klein (2014) e Eberhardt (2013).

Como mostra o Quadro 2, foi realizado um ajuste/intensificação das variáveis, para se evitar que os municípios que possuem maiores populações, e assim, possuem maior produção e despesas em áreas sociais. Além disso, as variáveis que são contabilizadas em unidades monetárias foram ajustadas para o ano mais recente. A seguir, se apresenta a descrição de cada uma das variáveis apresentadas no Quadro 3 e a justificativa da utilização de cada uma delas:

Urbanização: é classificada como de ordem endógena e representa a população residente na área urbana. Como os anos de análise escolhidos não disponibilizam dados de população urbana realizou-se um ajuste para sua aplicação ao método de análise, a partir das estimativas da população urbana dos anos de 2000 e 2010 e da estimativa da população total para os anos de 2005 e 2015.

Desde os autores clássicos, já se destaca a importância da população no processo de desenvolvimento, no entanto alguns autores indicam o aumento da população como benefício, porém o freitamento do crescimento populacional também pe evidenciado em alguns estudos. Desse modo, quanto maior a taxa de urbanização, mais externalidades serão causadas aos moradores da área urbana. Em contrapartida, maiores deverão ser os investimentos em transporte público, saneamento básico, saúde, entre outros, ou seja, maior deverá ser a infraestrutura urbana. Pois uma população urbana maior gera impactos como maior poluição, maiores filas, aumento da violência, enchentes, entre outros problemas.

Bolsa Família: representado pelo número de Benefícios do programa bolsa família. Instituído por Lei no ano de 2004 é um programa de transferência de renda com condicionantes, resultante da unificação de diferentes programas, focalizado em famílias pobres cadastradas em cada município do país. O valor do benefício, reajustável por decreto, varia conforme a renda domiciliar per capita da família, o número e a idade dos filhos (MDS, 2016). Para este trabalho foi utilizado o valor repassado para cada município nos anos de 2005 e 2015. Essa mostra uma variável relevante ao mostrar um parâmetro da quantidade de famílias que necessitam desse dinheiro. Na relação com o desenvolvimento, se espera que quanto mais desenvolvida a região, menos se gaste por habitante.

Abastecimento de água: essa variável está representada pela população total atendida com abastecimento de água economias residenciais ativas de água, sendo coletada para os anos de 2005 e 2015. Para eliminar seu efeito tamanho, esta foi dividida pelo número de domicílios particulares permanentes de cada município nestes anos, disponível nos censos de 2000 e 2010. Segundo a OMS¹⁷, representam algumas das medidas municipais adotadas para melhorar a vida e a saúde dos habitantes impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico mental e social. Tais variáveis foram divididas pelo total de domicílios para resultando no percentual de domicílios com acesso a estes serviços.

Nota do IDEB: representa a educação dos municípios nos anos de 2005 e 2015. A variável ligada à educação se insere no cálculo, representando a importância que vários autores, desde Smith, passando por Marschall e autores mais atuais, assumem para essa, ao considerarem a educação como fator essencial ao processo de desenvolvimento, o que permite o aumento da eficiência no trabalho. O IDEB se define como um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^a série do ensino médio) –, com informações sobre rendimento escolar (aprovação). O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames

¹⁷ Retirado de <https://www.saneamentobasico.com.br/portal/index.php/tag/oms/>, acessado em 17/02/2017.

padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho utilizadas são as do Saeb (INEP, 2017).

Alguns municípios acabaram por não apresentar dados para essa variável, o que pode ser resultante de alguns fatores: número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados; estava sem média na Prova Brasil 2015; não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado. Outros municípios apresentaram dados, mas foi calculado a partir da proficiência média dos alunos nas avaliações estaduais, em decorrência do extravio de provas e impossibilidade do cálculo da proficiência para a Prova Brasil. Calculado a partir da proficiência média dos alunos na Prova Brasil, com participação inferior a 50%, em decorrência do extravio de provas (INEP, 2017).

Mortalidade infantil: essa entra como variável que influencia indiretamente no desenvolvimento, ou seja, é desejável que este valor seja o menor possível. Para fins de análise, esta variável foi dividida pelos nascidos vivos durante o cada ano, todos os dados foram coletados segundo a residência do ocorrido. Seu cálculo é dado da seguinte maneira: divide-se o número de óbitos de residentes com menos de um ano de idade pelo número total de nascidos vivos de mães residentes, esta divisão é multiplicada por 100.

Exportações: originalmente os dados de exportação são em US\$ FOB. A transformação para R\$ foi feita segundo a cotação do dólar do dia 31/12 nos períodos de análise, (R\$ 2,34 no ano de 2005 e R\$ 3,48 em 2015) e em seguida ajustados para o ano de 2010 conforme o PIB utilizado na metodologia. North (1955), trata da importância das exportações no crescimento econômico regional. Quanto maior o nível de exportações atingido pela região, maior será seu crescimento, dado os efeitos de difusão e de encadeamento que a renda advinda das exportações gera na região.

Emprego Formal: o tema emprego recebe atenção, desde os autores clássicos, no qual se coloca a importância do emprego no processo de acumulação capitalista e por consequência no desenvolvimento. A escolha da análise do emprego e PIB por setores se dá devido à importância dada a cada setor no processo de desenvolvimento, por meio de excedente gerado por meio destes setores.

Desse modo para a representação do emprego foram utilizados o **Emprego formal no setor primário, secundário e terciário**, ou seja, total de indivíduos empregados formais (com carteira assinada) nas atividades que se agrupam no cada um dos três setores.

O Valor Adicionado Bruto (VAB), segundo o IBGE representa o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Sendo assim, se utilizou o VAB para os três setores da economia.

Valor Adicionado Bruto (VAB) primário: na agropecuária foi dividido o VAB deste setor pelo PIB total, dessa forma pode-se visualizar a importância do setor para o crescimento de cada município. Esta variável se mostra como um fator endógeno ao desenvolvimento, visto que o setor primário ainda se destaca pela importância de: a) Fornecer alimentos para população; b) Capital para a expansão do setor não agrícola; c) Dispor de mão-de-obra para o crescimento e diversificação de atividades na economia; d) Fornecer divisas para a compra de insumos e bens de capital necessários ao desenvolvimento de atividades econômicas e por fim e) Constituir-se mercado consumidor para produtos do setor não agrícola (BACHA 2004).

Valor Adicionado Bruto (VAB) secundário: como uma variável de ordem exógena (assim como o emprego secundário) por representar um investimento de capital externo nos municípios, além disso, atrai bens e serviços para a população.

Valor Adicionado Bruto (VAB) terciário: sendo dividido o VAB deste setor pelo PIB total de cada município. A variável de ordem endógena possibilita visualizar a representatividade das atividades relacionadas aos serviços, para o PIB total, e conseqüentemente para o crescimento da região.

PIB per capita: essa variável é a soma do valor de tudo que é produzido em bens e serviços de uma região dividida pela população total da mesma região. Esta variável tem sua importância ao ser usado como indicador de qualidade de vida, de modo que os cidadãos se beneficiariam da produção da sua região. Mas há um viés, pois uma má distribuição de renda pode fazer com que o PIB aumente, mas a maioria dos cidadãos fique mais pobre. No caso do trabalho, se utilizou o PIB total que ao ser normalizado foi dividido pelo total da população.

Cota-parte do fundo de participação municipal: destina-se ao registro das transferências referentes ao FPM. O FPM (o que faz desta ser uma variável exógena), com objetivos redistributivos, é composto por 22,5% do produto da arrecadação do Imposto de Renda e Imposto sobre Produto Industrializado. A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, mostra que o FPM é uma transferência constitucional e a distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes. Desta forma, para cada faixa populacional, um coeficiente é estabelecido, variando de 0,6 a 4,0 para municípios com número de habitantes entre 10.188 e 156 mil. Para municípios com número maior de habitantes, o coeficiente continua fixo¹⁸.

O melhoramento dos indicadores econômicos mostra que a região possuirá recursos para melhorar os indicadores sociais. Pela lógica, com o aumento da produtividade dos trabalhadores resulta em maiores rendas e eles poderão gastar mais com consumo. Se o consumo e as firmas aumentarem sua produção de bens e serviços e assim empregarem uma parcela maior de mão-de-obra, significa maior receita tributária para o Estado, que poderá ampliar seus gastos em melhorias sociais e econômicas. Já os indicadores sociais retratam a situação social da região e permitem conhecer o seu nível de desenvolvimento social.

A junção das variáveis sociais e econômicas faz com que se visualize além do crescimento o desenvolvimento de uma região, o que não advém somente do aumento do PIB, mas sim do melhoramento de variáveis sociais e econômicas que proporcionem o bem-estar da sociedade.

3.3.1 Cálculos dos índices Fuzzy

O primeiro método aplicado foi o método *Fuzzy*, revolucionado por Lofti A. Zadeh (1965), para realizar matematicamente condições atribuídas a seus “graus de verdade”. Utilizado em trabalhos de Pacheco; Del Vecchio; Kerstenetzky (2010), Freire (2011) e Giovanetti e Raiher (2015), os quais foram tomados como base para esse estudo.

O método *Fuzzy* se aplica em situações nas quais não se pretende apenas encontrar duas possíveis respostas compreendidas no intervalo [0,1], obtendo-se como resposta verdadeiro (1) ou falso (0). Dessa forma, um índice construído a partir

¹⁸ Disponível em: <http://www.acesa.com/cidade/arquivo/jfhoje/2008/04/14-fpm/>.

desta metodologia poderia assumir um valor de verdade intermediário entre 0 e 1, isto é, quanto mais próximo a 1 o resultado mais desenvolvido é o município. (PACHECO; DEL VECCHIO; KERSTENETZKY, 2010; GIOVANETTI E RAIHER, 2015).

Com base nos trabalhos de Pacheco, Del Vecchio e Kerstenetzky (2010), Freire (2011) e Giovanetti e Raiher (2015), apresentou-se duas fórmulas para a construção dos índices Fuzzy para cada indicador selecionado, uma para indicadores que afetam diretamente (relação positiva) o desenvolvimento e outra para indicadores que afetam indiretamente ou inversamente o desenvolvimento.

A fórmula para indicadores que afetam diretamente o desenvolvimento é representada pela Equação 1:

$$X_{ij} = \frac{N_j - Min_j}{Max_j - Min_j} \quad (1)$$

Em que X_{ij} é o valor do índice *Fuzzy*, para o indicador **j** calculado para o município **i**; **N_j** representa o valor observado do indicador **j** para o município **i**; **Min_j** é o valor mínimo observado no indicador **j** e **Max_j** é o valor máximo observado do indicado **j**.

A fórmula para o indicador inversamente relacionado ao desenvolvimento é representada pela equação 2:

$$X_{ij} = \frac{Max_j - N_j}{Max_j - Min_j} \quad (2)$$

Os índices obtidos a partir das fórmulas expostas variam de 0 (zero) a 1 (um), sendo que agora (com a transformação realizada especialmente no caso da equação 2) quanto mais próximo a 0 (zero) o município tende a estar menos desenvolvido, e quanto mais próximo a 1 (um) o município, tende a estar mais desenvolvido).

As formulas (1) e (2) não resultam em valores definidos, para um piso e teto para cada indicador, mas sim o valor mínimo e máximo observado, por isso, após se obter os indicadores diretos e indiretos, o próximo passo é atribuir pesos a eles.

3.3.2 Os pesos dos Indicadores

Os pesos devem indicar a importância que a sociedade dá a cada aspecto abordado pelos indicadores, porém mensurar essas preferências é, no mínimo, muito trabalhoso, e no máximo, impossível na prática. Assim, como grande parte dos trabalhos sobre pobreza que utilizam a metodologia Fuzzy, será utilizado um instrumental matemático para definição dos pesos, diminuindo a arbitrariedade dessa escolha (PACHECO, DEL VECCHIO, KERSTENETZKY, 2010; FREIRE, 2011).

Desta forma, este trabalho segue a mesma linha que as pesquisas de Pachecho; Del Vecchio e Kerstenetzky (2010), Freire (2011) e Giovanetti Rahier (2015), utilizando-se de aparato matemático para a elaboração dos pesos. A fórmula para o cálculo dos pesos encontra-se na Equação (3):

$$W_i = \frac{\sum_{j=1}^n x_{ij} w_j}{\sum_{j=1}^n w_j} \quad (3)$$

Em que W_j é o peso do indicador j ; x_{ij} é o valor do índice *fuzzy* é o valor do índice Fuzzy para o indicador j calculado para o município i ; n é a população total e n_i refere-se à população do município i .

Para se obter um único índice de pobreza (no caso do trabalho, desenvolvimento) e poder compara-lo entre diferentes municípios é necessário que seja feita a agregação de todos os índices Fuzzy. Essa agregação é feita por meio de uma média ponderada dos índices Fuzzy, ressaltando que o ponderamento é dado pelos pesos calculados.

De tal maneira, a fórmula para a obtenção do Índice Fuzzy Multidimensional se dá na Equação (4):

$$\mu_i = \frac{\sum_{j=1}^n x_i w_j}{\sum_{j=1}^n w_j} \quad (4)$$

Em que μ_1 é o Índice *Fuzzy* Multidimensional agregado para o município i ; x_j é o valor do índice *Fuzzy* para o indicador j calculado para o município i e w_j é o peso do indicador j .

3.3.3 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos resultados obtidos por meio da metodologia proposta, foi realizada uma classificação do estágio de desenvolvimento de cada município.

O Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) é construído com base na região que apresenta o maior valor para cada variável. O indicador parcial que cada região auferir, em cada variável, está atrelado ao município com maior valor, isto é, se uma região aumentou seu índice em relação ao período anterior, esta região obteve aumento proporcional maior que a região que obteve o maior valor para aquela variável. Os municípios que aumentaram seu IDER, em relação ao período anterior se desenvolveram em um ritmo superior aos municípios mais desenvolvidos.

Para a divisão destes estágios foi feita uma média aritmética entre o resultado do IDER dos 1.118 municípios analisados, após o cálculo da média foi calculado o desvio padrão e em seguida os desvios em torno da média, implicando nas seguintes classificações:

Quadro 4- Classificação do Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) no ano de 2005 e 2015.

2005	2015	Classificação
IDER superior a 0,1642	IDER superior a 0,1640	Avançados
IDER entre 0,1248 – 0,1647	IDER entre 0,1230 – 0,1640	Em transição
IDER entre 0,0823 – 0,1248	IDER entre 0,0820 – 0,1230	Baixo dinamismo
IDER entre 0,0000 – 0,0823	IDER entre 0,000 – 0,0820	Estagnado

FONTE: Elaboração própria com base em Eberhardt (2013).

De acordo com a classificação proposta, os municípios que apresentaram IDER considerado avançado, mostram bons resultados nos índices parciais, ou seja, tanto na dimensão econômica como social do desenvolvimento. Além disso, apresentam uma dinâmica suficiente da sua base produtiva com potencial competitivo e de consumo. Mello (2006), define que estas localidades devem usar de políticas públicas para consolidar esse nível de desenvolvimento. Os municípios que apresentaram IDER considerado Em Transição apresentam uma estrutura econômica e social em evolução que faz com que sua dinâmica de crescimento seja menor que as os municípios considerados avançados.

Os municípios com IDER considerado de Baixo Dinamismo são aqueles em que apresentaram resultados mais baixos nos resultados parciais do IDER em algumas variáveis de dimensão econômica ou social. Mostrando que nestes municípios ainda persistem algumas “deficiências” sociais e econômicas resultando em um processo de desenvolvimento mais lento em comparação aos municípios avançados e de transição. Por fim, os municípios considerados estagnados, são aqueles com resultados baixos no IDER tanto na dimensão econômica como social. Estes encontram dificuldades em atrair e reter recursos, o que dificulta seu processo de desenvolvimento econômico.

Os dados foram analisados a partir de tabelas, gráficos e mapas, destacando, a distribuição do IDER municipal no espaço da Região Sul do Brasil. Para analisar espacialmente os resultados obtidos, foi utilizado o Sistema de Informação Georreferenciada (SIG) Quantum Gis que permite demonstrar as informações dos Censos Demográficos.

4. RESULTADOS E DISCUSSOES

Neste capítulo serão apresentados os resultados para o IDER, bem como sua classificação e demais resultados.

De acordo com a metodologia proposta, no ano de 2005, 18 municípios estavam em estágio avançado, 17 em transição, 42 em baixo dinamismo e 1.111 municípios em estágio estagnado. Distribuído entre os três estados da Região Sul, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Total de municípios em cada estágio de desenvolvimento nos Estados da Região Sul do Brasil no anos de 2005-2015.

Estágio	Total de municípios		PR		SC		RS	
	2005	2015	2005	2015	2005	2015	2005	2015
Avançado	18	19	8	8	5	4	5	7
Em transição	17	13	5	3	4	3	7	7
Baixo dinamismo	42	54	13	23	11	10	19	21
Estagnado	1.111	1.102	373	365	273	276	465	461
Total	1.188	1.188	399	399	293	293	496	496

Fonte: resultados da pesquisa, 2017.

Frente aos resultados da pesquisa expostos na Tabela 1, são descritos os municípios com os maiores e menores resultados do ano de 2005 e as variáveis com maior contribuição neste resultado, descrevendo o perfil destes municípios.

No ano de 2005, o município com o IDER mais alto foi Curitiba, capital do Estado do Paraná, seguido dos municípios gaúchos de Porto Alegre e Caxias do sul, e do município catarinense de Joinville.

Os trabalhos de Klein (2014) e Eberhardt (2015) mostraram que a Região Metropolitana de Curitiba e Microrregião de Curitiba apresentaram resultados superiores no IDER em comparação as outras regiões do Sul do Brasil. Sugerindo a importância do município de Curitiba no desenvolvimento do seu entorno, sendo comprovado com os resultados obtidos nessa pesquisa. Os fatores de maior contribuição para o resultado nesse município foram a alta taxa de urbanização e percentual de domicílios com água encanada. No aspecto econômico, fatores como exportações e a grande concentração das atividades ligadas ao setor terciário,

representando mais de 80% do emprego formal e mais de 50% do PIB total no ano de 2005, foram de grande relevância ao resultado do IDER.

Nos trabalhos mencionados, a Região de Porto Alegre também se mostrou com um desenvolvimento significativo, assim como nesta pesquisa obteve o segundo melhor IDER da Região Sul no ano de 2005. De modo que na dimensão social os fatores de maior contribuição ao resultado foram a alta taxa de urbanização desse município e o percentual de domicílios com água encanada. Já a uma taxa de mortalidade maior do que outros municípios e um alto valor de repasses do Bolsa família por habitante ao se comparar com Curitiba, por exemplo, fizeram com que Porto Alegre não obtivesse um resultado maior no índice. No âmbito econômico, o setor terciário teve uma grande importância no resultado do índice, isso por abordar a maior parte dos empregos formais e no Valor Adicionado ao PIB, além disso, teve um alto valor do PIB *per capita*, inclusive maior do que o município de Curitiba.

Caxias do Sul, em 2005, obteve o terceiro maior IDER, sua localização aproximada de Porto Alegre, pode ter sido um dos pontos fortes para este resultado. Além disso, este município possui na dimensão social uma taxa de urbanização alta, mesmo com uma população menor do que alguns municípios de comparação, sua média de 4.1 no IDEB é alta comparada à média geral e o grande percentual de domicílios com água encanada no município. Enquanto na dimensão econômica apresentou um perfil diferente de Porto Alegre e Curitiba, isso porque, Caxias do Sul obteve maior representatividade do setor secundário, ocupando mais de 50% dos empregos formais, e com uma representação significativa do setor no PIB.

No estado de Santa Catarina, o município de Joinville obteve o maior IDER no ano de 2005, ficando com a quarta colocação geral no Índice na Região analisada. Os fatores de contribuição para este resultado foram a taxa de urbanização de quase 100%, uma quantia significativa de domicílios com água encanada, e um menor valor de gastos do bolsa família por habitante, sendo menos de R\$ 20,00. No âmbito econômico este município apresentou um perfil diferente de Curitiba e Porto Alegre e mais semelhante a Caxias do Sul, de modo que os setores secundário e terciário apresentaram uma grande contribuição no percentual de empregos formais, 47% e 52% respectivamente.

Outro município com IDER avançado no Estado do Paraná e entre os mais altos da Região Sul no ano de 2005 foi São José dos Pinhais. Como este município

se localiza na Região Metropolitana de Curitiba, sugere-se que este seja beneficiado por sua localização. Além disso, a economia de São José dos Pinhais tem grande influência, principalmente, do setor secundário, o que reflete no percentual de empregos formais gerado pelo setor (48%) e nos mais de 40% do PIB que este ocupa. Do mesmo modo, atividades ligadas ao setor de serviços também tem uma relevância significativa, com 51% do emprego formal no município. Já no âmbito social diferente dos municípios já mencionados este possui um percentual menor de urbanização, devido a algumas atividades do setor primário realizadas neste município. Levando a um percentual menor de domicílios com água encanada e um maior gasto do bolsa família por habitante, girando em torno de R\$ 31,00 *per capita*.

Em contrapartida, no ano de 2005, 1.111 municípios se concentraram no estágio considerado estagnado. Desses, os municípios com o menor índice foram São Valério do Sul (RS), Carlos Gomes (RS), São Pedro das Missões (RS) e Araricá (RS). Todos esses municípios estão localizados no estado do Rio Grande do Sul e possuem algumas semelhanças entre si: são menos populosos (mas não necessariamente com a menor população da região), possuem uma menor taxa de urbanização (com exceção de Araricá, onde a população urbana na época era de 86%), contam com um percentual baixo de domicílios com água encanada, e em alguns casos, sem economias com instalações de água encanada registrada.

No aspecto econômico destes municípios, o setor terciário representa a maior quantia do emprego, chegando a quase 100%, quanto à distribuição do PIB, o setor primário tem uma participação maior do que em municípios mais desenvolvidos. Indicando uma alta quantia de informalidade de empregos no setor. Por fim, esses apresentaram menores valores de PIB *per capita*, em comparação aos municípios em estágio avançado, em transição ou baixo dinamismo.

Quanto aos estágios intermediários, 17 municípios estavam no estágio de Transição. Mostrando algumas características em comum: dez desses municípios possuíam uma população entre 100.000 e 300.000 habitantes, seis municípios com população entre 50.000 e 100.000 e apenas o município de Fraiburgo, com um populacional de aproximadamente 36.000 habitantes. Ainda na dimensão social, esses mostraram uma média superior ou próxima a 3.0 no IDEB, a taxa de urbanização superior a 85%. Em relação à dimensão econômica, possuem algumas

particularidades entre si, mas em sua maioria os setores secundário e terciário concentram a maior parte do emprego formal, e também do PIB.

No ano de 2005, 42 municípios foram considerados no estágio de Baixo Dinamismo. Nessa classificação, com um número maior de municípios, esses apresentaram características diferenciadas entre si. Porém todos possuíam uma taxa de urbanização superior a 50%, o setor terciário representando mais de 40% do PIB e emprego formal, enquanto o restante se divide entre agropecuária e indústria. Sendo alguns municípios com a estrutura econômica ligada a atividades da agropecuária e outros com atividades secundárias, como por exemplo, a indústria mais representativa. Espera-se que, de um período de análise para o outro, esses municípios melhorem seus resultados e passem para um estágio que represente melhorias no quadro geral de sua economia e desenvolvimento social.

Já no ano de 2015, os resultados obtidos a partir da metodologia proposta mostraram 19 municípios no estágio avançado, 13 municípios em transição, 54 municípios baixo dinamismo e 1102 municípios em estágio estagnado, como se apresenta na Tabela 1.

Esse resultado mostra algumas modificações de 2005 para 2015, visto que no ano de 2005 estavam 1.111 municípios em estágio estagnado, o caiu para 1.102 no ano de 2015, aumentando também o número de municípios em estágio baixo dinamismo, que passou de 42 para 54. Mas apesar de representar a evolução de alguns municípios, que saíram da condição de estagnado para baixo dinamismo, alguns municípios que estavam em transição obtiveram uma queda no seu Índice, passando de 17 para 13 municípios em transição. Por fim, o número de municípios avançados também passou de 18 para 19, apesar de ser pequeno o aumento, mostra que alguns municípios passaram a se sobressair no desenvolvimento.

Desse modo, no ano de 2015, apesar de ter uma pequena queda, de 0,78 no ano de 2005, para 0,75 no ano de 2015, o município de Curitiba continuou com o maior IDER entre os municípios da Região Sul do Brasil. O perfil desse município continua semelhante ao de 2005, com algumas evoluções, como por exemplo, um aumento de quase 6% na população segundo as estimativas do IBGE. O que ocorre, por ser um município bastante populoso, atraindo pessoas de outras localidades para os mais variados fins¹⁹. A população urbana continua sendo de praticamente

¹⁹ Como colocado em Cintra, Delgado e Moura (2012).

100%, já que este município se concentra em uma área metropolitana, ainda sim o setor terciário é o que mais gerou emprego formal no ano de 2015, chegando a cerca de 83%.

O que fez com que o setor terciário também, adicionasse um valor significativo ao PIB, resultado das atividades ligadas ao setor público neste município e a quantidade de empresas de serviços concentradas em Curitiba. Outro aspecto foi a diminuição de 6% no valor repassado por habitante do Programa Bolsa Família, mostrando que pessoas, antes dependentes do programa, nesse ano já possuíam alguma outra forma de renda. A nota do IDEB passou de 3,70 em 2005, para 4.6 em 2015, sugerindo uma melhora na qualidade da educação no município, como citado por alguns autores referenciados é aspecto fundamental no processo de desenvolvimento. Um dos aspectos negativos foi o aumento da taxa de natalidade neste ano, que pode ter colaborado para a queda do índice no município, somado a melhora no nível de outros municípios, aumentando a média geral do IDER.

Porto Alegre e Caxias do Sul continuaram da 2ª e 3ª posição do IDER, respectivamente. O município de Porto Alegre obteve um aumento de 4,72% no valor do Indicador, traduzindo uma melhora geral tanto no aspecto social como no econômico. Como por exemplo, melhora na nota do IDEB, aumento no percentual de economias residenciais com água encanada, queda no valor repassado do Bolsa Família por habitante, e na taxa de mortalidade infantil. No aspecto econômico o setor terciário ainda se mostra com o maior percentual de empregos formais, seguido do setor secundário, neste período também se teve um aumento de 26% no emprego formal total do município. O aumento do emprego em uma região ou localidade influencia positivamente na geração e distribuição da renda regional, estimulando o consumo e por consequência na dinâmica da região (FERRERA DE LIMA, et al., 2006).

Caxias do Sul, mesmo com o IDER reduzindo de 0,38 em 2005 para 0,33 em 2015 ainda se mostra com o terceiro melhor desempenho da região no ano de 2015. Isso porque ainda com uma queda no indicador o município apresentou um aumento na taxa de urbanização, melhora na nota do IDEB e aumento no emprego formal total, podendo ter impactado na queda de cerca de 15% do valor repassado do bolsa família por habitante. Além disso, o valor do Fundo de participação

municipal também teve um aumento, sinalizando melhoras no comércio aumento de veículos por exemplo, já que esse engloba transferências ligadas a ICMS e IPVA. Apenas as exportações obtiveram uma queda no período.

O município de Joinville ainda com uma queda no valor do IDER continua com um dos índices mais avançados da região. Resultado da melhora em indicadores como a nota do IDEB, queda no valor repassado do Bolsa Família por habitante, um dos fatores negativos foi a diminuição da taxa de urbanização. Mas mesmo assim as atividades ligadas ao setor terciário e secundário completam a maior parte dos empregos formais e do valor adicionado ao PIB. Resultado do aumento de 68.063 empregos formais de 2005 para 2015, e da abertura significativa de 63 indústrias, 703 empresas ligadas ao comércio e 1.440 do setor de serviços no ano de 2015 (CIDADE EM DADOS, 2016).

São José dos Pinhais, assim como em 2005, no ano de 2015 continuou em estágio avançado, motivado principalmente pelas atividades industriais, como por exemplo, montadoras de automóveis e de peças ligadas ao setor. O que ao longo do tempo passou a gerar uma quantia significativa de empregos no ramo, e também, no setor terciário mudando a estrutura econômica deste município (NOJIMA, MOURA, DA SILVA, 2004).

Quanto aos municípios no estágio de transição, que passaram de 17 no ano de 2005, para 13 em 2015, destaca-se que alguns obtiveram uma queda no valor do IDER, enquanto outros aumentaram o índice, como o exemplo do município de Toledo (PR) e Rio Grande (RS), que estava em transição e passaram para avançado, enquanto outros como Foz do Iguaçu (PR) e Triunfo (RS), que antes eram considerados avançados, no ano de 2015 passaram para o estágio de transição.

No geral, o perfil dos municípios no estágio de transição no ano de 2015, foram de uma população superior a 70 mil habitantes, com exceção do município de Triunfo (RS), que apesar de ser menos populosa possui resultados significativos, relacionados ao seu polo petroquímico que proporciona um número significativo de empregos no ramo de extração comparado a outros municípios e também nos setores secundário e terciário, elevando o número de empregos formais no setor primário, e também no PIB do município, fazendo com que este município tenha um PIB *per capita* superior a R\$ 180 000,00). Esses mostraram um perfil de urbanização superior a 85%, médias superiores a 3.0 no IDEB, inclusive com municípios

(Chapecó (SC) e Jaraguá do Sul (SC) com média superior a 5.0, o que mostrou que nesses, a educação passou a receber uma maior atenção, pois estão acima da média do País.

Além disso, boa parte desses municípios tem no setor industrial um percentual representativo do emprego formal, esse setor possui uma importância significativa ao processo de desenvolvimento. Como citado por Hirschman (1961) e Perroux (1967; 1977), gerando encadeamentos para trás e para frente, que podem não beneficiar só o setor ou município em que a indústria se encontra, mas pode transbordar para o crescimento de outros setores e outros municípios.

Quanto aos municípios, que em 2015 no estágio denominado Baixo Dinamismo, se deu um total de 54, valor superior ao ano de 2005, quando se tinham 42 municípios nesse estágio. Resultado, principalmente, da saída de alguns municípios de estágio de estagnados, como resposta a uma melhora nos valores das variáveis escolhidas para o método de análise. Com um intervalo maior, esse é o estágio em que os municípios apresentaram mais particularidades quanto as variáveis de maior influência no resultado do IDER.

Porém, no geral, no estágio de Baixo dinamismo todos os municípios apresentam um percentual de população urbana superior a 70%, médias superiores a 3.0 no IDEB com melhora de 2005 para 2015, além disso, obteve-se uma diminuição na transferência de verba do Bolsa Família por habitante. Quanto a dimensão econômica, os setores secundário e terciário ocupam a maior parte dos empregos formais, com melhora uma melhora geral nas variáveis, emprego formal total, PIB (além do PIB *per capita*) e FPM.

No ano de 2015, 1.102 municípios estavam no estágio denominado como Estagnados, um número menor que 2005, representando uma melhora no nível de desenvolvimento de alguns municípios que deixaram de ser estagnados.

Em 2015, os municípios com menor IDER foram Arroio do Sal (RS), Dezesseis de Novembro (RS), além dos municípios de Araricá (RS) e Carlos Gomes (RS), que no ano de 2005 já apresentaram resultados baixos para o índice. Estes municípios possuem como características ser municípios menos populosos, com menos de 10.000 habitantes, o município de Carlos Gomes, por exemplo, no ano de 2015 estava com uma estimativa de 1.574 habitantes, fazendo com que esses nem

apresentem nota do IDEB²⁰ ou de dados de unidades atendidas com água encanada, indicando uma deficiência na educação. Além disso, nesses municípios o setor terciário contempla mais de 80% dos empregos formais e o PIB *per capita* mostra uma diferença gritante ao se comparar com municípios desenvolvidos.

No geral (salvo algumas exceções), os municípios com os menores índices do IDER possuem algumas características em comum, como um menor percentual de população urbana. Mostraram também menor percentual de domicílios com água encanada e por consequência uma deficiência em outros serviços ligados ao saneamento básico, menores notas no IDEB, ou muitas vezes não possuem alunos suficientes para a divulgação da nota, como colocado pelo INEP. Além disso, um maior gasto com o programa Bolsa família por habitante. Já a mortalidade infantil tem valores aleatórios, pois depende de fatores como disponibilidade de hospital no município, e que muitos não possuem.

Quanto as variáveis econômicas, em muitos desses municípios o setor primário tem uma importância significativa, mas devido a uma maior informalidade do setor, ou por serem pequenas propriedades no qual o próprio proprietário realiza as atividades este passa a mostrar menos relevância na geração de empregos formais. O setor secundário chega em alguns casos a nem apresentar empregos formais, pois muitos destes municípios nem chegam a ter estabelecimentos deste setor instalado. Em muitos casos as pessoas acabam por se deslocar para outros municípios para trabalhar neste setor.

Outra característica comum é de que setor terciário acaba por abarcar quase a totalidade do emprego formal nestas municipalidades. No qual ramos do setor público, e atividade comercial os responsáveis pela maior parte do emprego e também do PIB destes municípios. Além disso, essas localidades mostram um PIB *per capita* muito inferior aos municípios com índice mais elevados, e um menor FPM, isso por ser menor a população e se encaixarem em uma faixa diferenciada de transferência, as pessoas muitas vezes acabam se deslocando a outros municípios em busca de recursos.

Municípios com IDER no estágio de estagnado, mas se aproximando do estágio de estagnação apresentaram a melhora de alguns indicadores, como melhores notas do IDEB, uma maior taxa de urbanização, um PIB *per capita* mais

²⁰ Os motivos da ausência de nota estão descritos na metodologia.

significativo. Além disso, uma melhor distribuição do emprego formal entre os setores, e conseqüentemente da participação destes no total do PIB, mesmo que o setor terciário ainda concentre uma melhor parte destes. Municípios que representam esse caso são Farroupilha e Viamão no Rio Grande do Sul, Dois Vizinhos e Irato no Paraná e Videira (SC).

De 2005 para 2015 houve uma melhora na média do IDER entre os municípios, passando de 0,03 para 0,04. Algumas similaridades foram observadas nos municípios com uma melhora no IDER: o valor repassado do Bolsa família por habitante caiu, a mortalidade infantil teve uma queda, sinalizando melhora nas condições de saúde, enquanto a nota do IDEB apresentou uma melhora, significativa em alguns casos. O emprego formal total aumentou, principalmente com um aumento de um dos setores na participação do total dos empregos, ainda, se teve uma melhora no PIB *per capita*, e das exportações destas localidades, sinalizando o aumento da produção em relação ao número de habitantes. Para alguns autores como Smith e Ricardo se traduz como fator relevante ao desenvolvimento econômico, pois sugere um aumento no lucro e no capital, induzindo a maiores investimentos.

Já nos municípios com IDER baixo, no contexto geral não se teve uma piora destes índices, mas sim um crescimento menor. Não deixando de sinalizar que se deve ter uma atenção a uma melhora acentuada nestes índices.

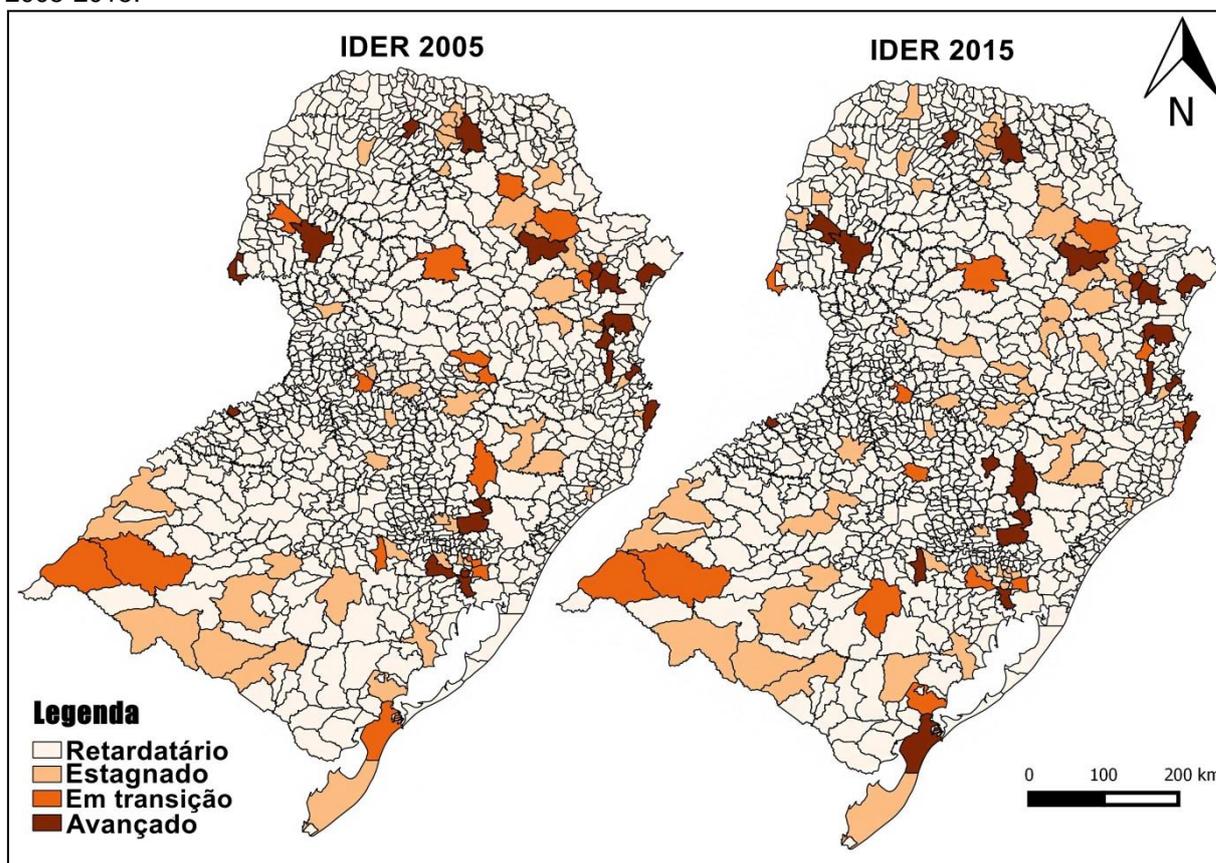
4.1 LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DESENVOLVIDOS

A Figura 3, apresenta a localização dos municípios em cada um dos estágios do Índice de Desenvolvimento Regional para os anos de 2005 e 2015, mostrando as modificações espaciais ocorridas no período e qual a localização dos municípios com maior ou menor resultado do IDER.

De acordo com a Figura 3, no estado do Paraná, tanto no ano de 2005 como no ano de 2015, a localização dos municípios com melhores resultados do IDER está concentrada em três áreas específicas do estado, podendo se denominar como corredores ou arquipélagos de desenvolvimento. O primeiro arquipélago concentra-se no norte paranaense, e tem os municípios de Maringá e Londrina com o IDER avançado. Apucarana também aparece como um município em desenvolvimento, não só pela melhora no IDER de 2005 para 2015, mas pelo desenvolvimento da

indústria neste município, passando de 698 estabelecimentos industriais no ano de 2005 para 1.112 no ano de 2015.

Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Econômico Regional dos municípios da Região Sul do Brasil 2005-2015.



Fonte: Resultados da pesquisa

A partir dessa região se forma um corredor, que se entende da Região Norte paranaense que se liga ao litoral paranaense, abrangendo a Região Metropolitana de Curitiba, representando outro agrupamento de municipalidades com maior Índice de desenvolvimento regional em ambos os anos de desenvolvimento, no qual os Municípios de Curitiba, São José dos Pinhais e Paranaguá obtiveram IDER no estágio avançado. E o município de Araucária em transição, além disso, municípios das proximidades como, Lapa e Campo Largo se apresentaram como baixo dinamismo.

Outro agrupamento ou arquipélago no Paraná, localiza-se na mesorregião Oeste do Paraná, no qual os municípios de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel. Estavam em um padrão maior de desenvolvimento no ano de 2005 e se mantiveram no ano de 2015. No geral os municípios em seu entorno se mostraram em estágio

estagnado, principalmente os municípios menos populosos, que se concentram nas proximidades desses três polos microrregionais, gerando um efeito semelhante ao que ocorre na Região Metropolitana de Curitiba. Porém, de 2005 para 2015, dois municípios dessa região mostraram-se como emergentes, Palotina e Marechal Cândido Rondon e apresentaram uma melhora tanto no fator social como econômico, que os fizeram sair do estágio de estagnados.

No estado de Santa Catarina, é apresentado um padrão diferenciado do Paraná no desenvolvimento, pois há uma dispersão maior de municípios com maior índice de desenvolvimento no Estado. Mas em ambos os anos, municípios mais próximos ao litoral catarinense apresentaram um IDER maior, como Itajaí, Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul e São José, no qual estes municípios apresentaram um padrão maior de desenvolvimento. Outros municípios com melhores resultados do IDER foram Chapecó, Jaraguá do Sul, São José, São Joaquim, Lages, Caçador e Criciúma.

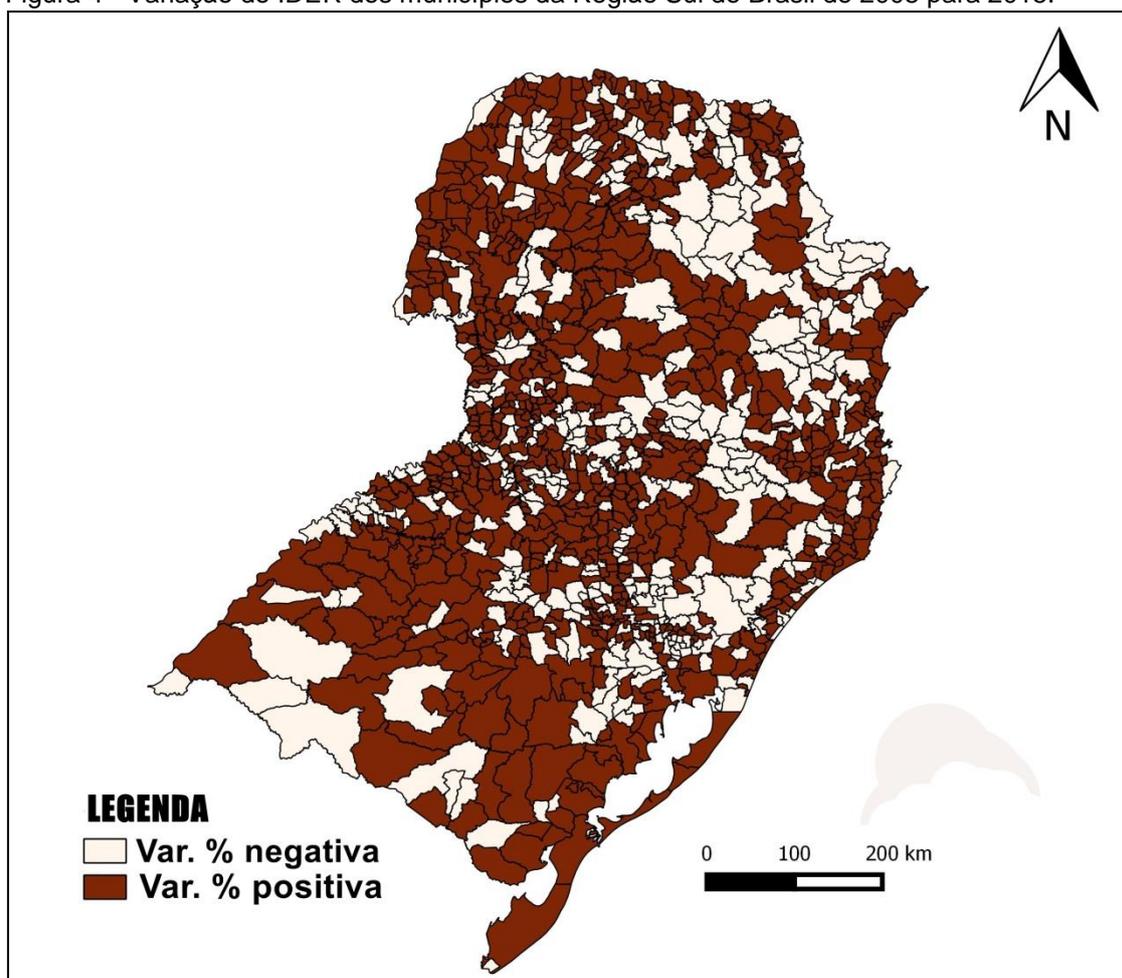
O estado do Rio Grande do Sul, apresentou um agrupamento de municípios com IDER mais elevado, com municípios que se localizam na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste Rio-grandense, concentrando os municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Rio Grande (Sudeste Rio-grandense), Capão Bonito do Sul, Novo Machado, Vacaria, Santa Cruz do Sul. Outro agrupamento de municípios com IDER avançado, mas concentrados nos estágios Baixo Dinamismo e de Transição, localizados na Mesorregião do Sudoeste Rio-grandense, representado pelos municípios de Alegrete e Uruguaiana, no estágio de transição e Itaqui, Bagé, Santana do Livramento, São Gabriel e Santa Margarida do Sul como baixo dinamismo. Além disso, de 2005 para 2015 foi observado uma melhora no desenvolvimento de municípios localizados na região central do Estado, nas Mesorregiões Centro Ocidental Rio-grandense e Centro Oriental Rio-grandense, em municípios como Venâncio Aires, Cruz Alta e Tupanciretã.

4.1.1 Fatores que influenciaram o desenvolvimento dos municípios do Sul do Brasil

De 2005 para 2015, 778 municípios aumentaram o valor do IDER, como pode-se observar na Figura 4, no qual uma quantia significativa desses estava no estágio estagnado e neste permaneceu. O que é o caso dos municípios de Arroio do

Padre (RS), Capão do Cipó (RS), Floriano Peixoto (RS), Paulo Bento (RS), Poço das Antas (RS), Mariano Moro (RS), essas municipalidades obtiveram este aumento dado principalmente por variáveis de ordem endógena, principalmente o emprego terciário, e a taxa de urbanização.

Figura 4 - Variação do IDER dos municípios da Região Sul do Brasil de 2005 para 2015.



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2017.

Quanto aos municípios que já se apresentavam em níveis mais elevados de desenvolvimento e neste permaneceram, como é o caso de Toledo (PR), Cascavel (PR), Rio Grande (RS), Castro (PR), Porto Alegre (RS), Chapecó (SC). Além de fatores endógenos, como educação (Média do IDEB), aumento de domicílios com água encanada, diminuição da taxa de mortalidade infantil, da transferência de renda do Programa Bolsa Família por habitante e do aumento do emprego no setor terciário. Fatores exógenos como aumento do emprego e PIB no setor secundário fizeram com que alguns municípios se desenvolvessem a taxas maiores. Em alguns

municípios catarinenses e gaúchos, e em alguns casos no Paraná, obteve-se forte influência de um fator endógeno, para o desenvolvimento de alguns municípios, que foi o setor de turismo. Segundo o MTE, em municípios localizados no Litoral e Serra Catarinense, além de alguns municípios de fronteira que se mostram emergentes no ramo, esse setor passou a representar uma parcela significativa do emprego formal, ocorrendo, também, em alguns municípios da Serra Gaúcha. O que mostra uma capacidade de organização endógena por parte de atores locais para o desenvolvimento econômico, de acordo com o que foi colocado por autores como Barquero (2001).

Uma particularidade observada neste quesito foi de que apesar da região de fronteira apresentar uma série de municípios com IDER estagnado, foi a que obteve o maior número de municípios com aumento no valor do IDER.

4.2 DESENVOLVIMENTO DOS POLOS E SEU ENTORNO

Na Mesorregião Norte central paranaense, os polos das microrregiões de Maringá e Londrina obtiveram o IDER alto e Apucarana Baixo dinamismo, mas apresentou melhora no IDER no período. Enquanto os municípios no entorno dessas localidades, em sua maioria, apresentaram em ambos os anos um IDER estagnado.

Na Região Metropolitana de Curitiba, o desenvolvimento se mostrou concentrado nos polos microrregionais de Curitiba, São José dos Pinhais e Paranaguá. No entanto, os demais polos apresentaram-se em estágios inferiores de desenvolvimento, e em alguns casos como Cerro Azul e Rio Negro em estágio considerado estagnado. Perfil apresentado em boa parte dos municípios ao entorno dos polos, principalmente Curitiba e São José dos Pinhais, no qual atraem diariamente pessoas em busca de emprego, e como demonstrado no trabalho de Deschamps e Cintra (2008) são estes os municípios com a taxa bruta de atração de movimentos pendulares na região, enquanto municípios como Fazenda Rio Grande, Piraquara e Pinhais apresentaram as maiores taxas de repulsão. O que acaba fazendo o movimento contrário ao colocado por Perroux (1977), o qual assumia que o desenvolvimento de um polo faz com que o desenvolvimento se transfira para o entorno.

Na Mesorregião Oeste Paranaense, os polos microrregionais se mostraram mais desenvolvidos em relação ao restante dos municípios, mostrando o mesmo

padrão dos outros dois agrupamentos de municipalidades com IDER maior. Além disso, no restante do Estado, Polos microrregionais como Pato Branco, Cianorte, Paranavaí, Umuarama, Guarapuava e Pato Branco, se apresentaram em estágio de desenvolvimento mais avançado do que os municípios em seu entorno, em ambos os anos. De modo que no estado do Paraná os municípios polos microrregionais são mais desenvolvidos em relação a seu entorno.

Dessa forma confirma que os resultados obtidos no Eberhardt (2013), os quais mostraram que as microrregiões como de Curitiba, Maringá, Londrina, Apucarana, São José dos Pinhais, Paranaguá, Toledo Paraná e Foz do Iguaçu, obtiveram resultados maiores no desenvolvimento nos anos de 2000 e 2010, e o trabalho de Klein (2014), que mostrou as mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Oeste paranaense e Norte Central paranaense obtiveram os melhores resultados do IDER, a partir de métodos de análises semelhantes foram alavancados pelo desenvolvimento dos seus municípios polos.

No estado de Santa Catarina, os municípios de Itajaí, Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul e São José, polos microrregionais localizados nas regiões litorâneas do Estado apresentaram um padrão maior de desenvolvimento econômico regional, enquanto os municípios ao seu entorno apresentaram-se em um estágio inferior de desenvolvimento. Padrão que se repete no restante do espaço estadual, em polos como Xanxerê, Chapecó, Lages, Canoinhas e Concórdia. O que confirmou, novamente, as mesmas características de desenvolvimento do Paraná, no qual os polos microrregionais mostraram-se desenvolvidos, enquanto seu entorno apresentou-se em estágios menores de desenvolvimento.

Os polos microrregionais do Rio Grande do Sul também apresentaram melhores níveis de desenvolvimento, tanto em 2005 como em 2015, principalmente nos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, localizados nas áreas metropolitanas do Estado, e Rio Grande com desenvolvimento elencado ao ramo portuário. Outro agrupamento se concentra mais próximo a região de fronteira, com municípios da Sudoeste Rio-grandense, e ainda mostraram uma evolução no desenvolvimento de municípios centrais do Estado. Mas ainda assim, esse também mostrou uma concentração do desenvolvimento nos polos microrregionais, principalmente mais próximo a capital do Estado e Região Litorânea. O que mostra que, assim como no

Paraná e Santa Catarina, o desenvolvimento das micro e mesorregiões identificados em trabalhos anteriores é alavancado pelos municípios polos.

4.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Região Metropolitana se define como uma grande área urbana, com alta complexidade interna, formada pela junção de vários municípios, que anteriormente compunham centros urbanos isolados. Este tem uma elevada centralidade, abrigando sedes de companhias, de instituições públicas e uma ampla gama de oferta de bens e serviços. O que resulta em uma tem alta capacidade polarizadora, atraindo a população dispersa no território para si, para o consumo destes bens e serviços. Contudo, no Brasil, as regiões metropolitanas não necessariamente apresentam essas características, pois seus critérios de definição estão a cargo das Assembleias Legislativas estaduais²¹.

No estado do Paraná, concentram-se segundo o IBGE três Regiões Metropolitanas: Curitiba, Londrina, Maringá. Quanto ao resultado do IDER, os municípios centrais dessas regiões em ambos os anos concentraram-se no estágio avançado, porém na região de Curitiba se teve um maior espraiamento quanto a outras municipalidades desenvolvidas, como é o exemplo de Lapa e São José dos Pinhais. Mas nas três regiões foi observada uma deficiência no entorno dos municípios desenvolvidos.

Santa Catarina possui o maior número de Regiões Metropolitanas: Carbonífera, Chapecó, Florianópolis, Foz do Rio Itajaí, Lages, Norte/Nordeste Catarinense, Tubarão, Vale do Itajaí. As regiões com mais alto padrão de desenvolvimento são as regiões de Florianópolis; a região de Chapecó, no qual os municípios de Chapecó e Xanxerê apresentaram os melhores níveis de desenvolvimento; o Vale do Itajaí com o desenvolvimento concentrados nos municípios de Itajaí e Jaraguá do Sul; e o Norte/Nordeste Catarinense, tendo como destaque os municípios de Jaraguá do Sul e Joinville. No geral, as Regiões Metropolitanas de Curitiba obtiveram como destaque de desenvolvimento em ambos os anos os polos microrregionais, além de uma forte concentração na área litorânea

²¹ Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/sala-de-imprensa-publicacoes/guia-das-atividades-de-geociencias/sobre-geografia.html>.

e municípios, a qual a estrutura economia está elencada ao turismo ou ao setor industrial.

Porto Alegre, única Região Metropolitana definida pelo IBGE no Rio Grande do Sul, teve um bom desempenho no desenvolvimento em ambos os anos, principalmente nos municípios de Porto Alegre, entretanto, muitos municípios do seu entorno se apresentam como municípios satélites, com menores resultados do IDER, mostrando deficiências tanto no aspecto social como econômico.

De acordo com os resultados da pesquisa, as regiões metropolitanas do Sul do Brasil obtiveram bons resultados no IDER, mas com um alto grau de concentração principalmente nos municípios polos, destas regiões. O que sugere uma maior atenção para o desenvolvimento dos municípios ao seu entorno, que mesmo com a criação de indústrias neste ao longo do tempo, ainda se necessita de uma maior atenção, para que se diminua a dependência de recursos dos municípios satélites em relação aos municípios centrais.

4.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NAS CIDADES MÉDIAS

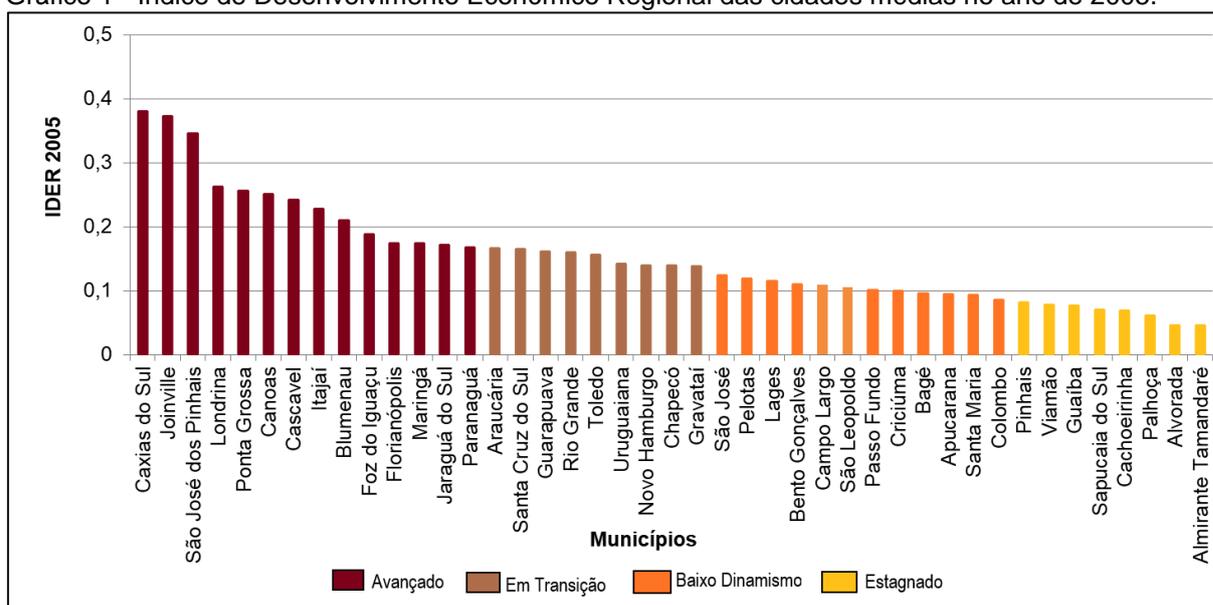
O conceito de cidade média no Brasil é definido pelo IBGE, que classifica municípios com população entre 100.000 e 500.000 mil habitantes.

Quanto ao desenvolvimento dos municípios considerados como cidades médias, no ano de 2005, somavam um total de 43 municípios. Desses, 15 encontram-se no estado do Paraná, 10 em Santa Catarina e 18 no Rio Grande do Sul, representando em cada estado cerca de 3% e 4% do total de municípios. Desse total de cidades médias, 14 estavam no estágio avançado, nove, ou seja 26% das cidades médias estavam em transição, e representando estágio com mais representatividade entre as cidades médias no IDER, 32% (12 municípios) dos municípios estavam no estágio baixo dinamismo, e por fim oito cidades médias estavam no estágio estagnado.

Como apresentado no Gráfico 1, a cidade média com maior IDER foi Caxias do Sul, Joinville, seguido de São José dos Pinhais, Cascavel e Ponta Grossa, todos em estágio avançado. Municípios localizados nas diferentes localizações espaciais da região, mas com algumas semelhanças, como por exemplo, a representatividade da indústria de transformação, uma grande relevância do ramo de indústrias de transformação, como por exemplo, São José dos Pinhais (PR) e Caxias do Sul (RS)

no ramo de material de transporte, enquanto Cascavel apresentou grande relevância no setor de alimentos e bebidas, além do setor secundário estes também tem uma importância significativa das atividades primárias, mostrando a importância destes para seu desenvolvimento.

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Econômico Regional das cidades médias no ano de 2005.



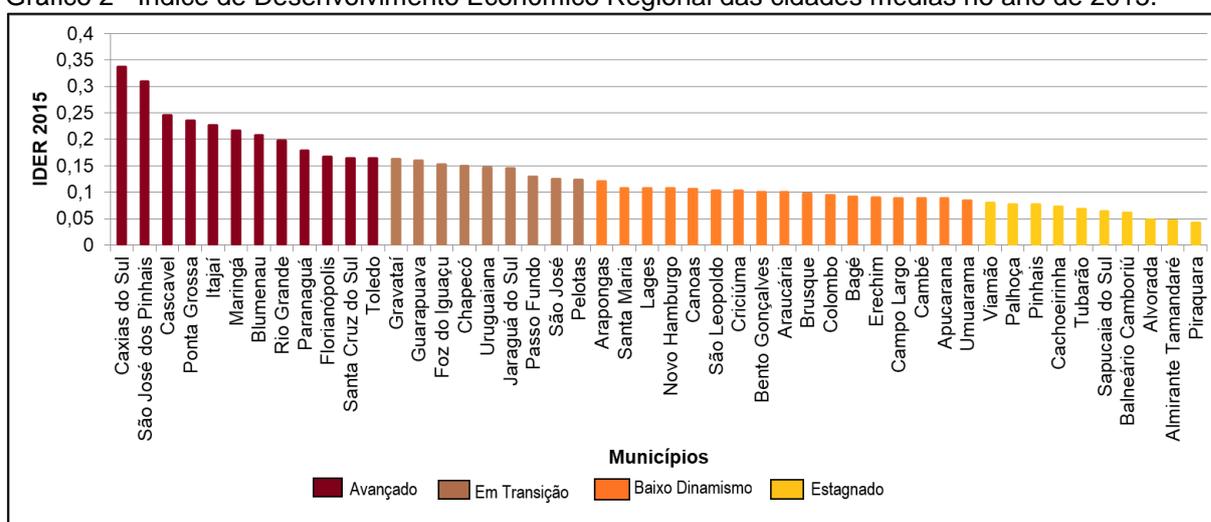
Fonte: resultados da pesquisa, 2017.

O município de Joinville, também possui um distrito industrial no qual os setores têxtil, metal mecânico e plástico compõe a maior parte dos estabelecimentos industriais, e por consequência o emprego neste setor. Já Ponta Grossa tem sua indústria variada entre os ramos de madeira e metalúrgica, automação industrial, alimentícia e têxtil, como mostram dados do MTE. No aspecto social, esses municípios tiveram uma nota considerada alta no IDEB, população urbana superior a 90% e baixo valor repassado do Bolsa Família por habitante.

Outras cidades médias, que mostraram um IDER com bom resultado no ano de 2005, foram Londrina, Maringá e Paranaguá no estado do Paraná, Blumenau e Jaraguá do Sul em Santa Catarina. Nesses dois estados, a maior parte das cidades médias estava no estágio de transição e baixo dinamismo, evidenciando uma busca na melhora dos fatores de desenvolvimento no longo prazo. Enquanto no Rio grande do Sul, o município de Canoas teve um bom desempenho no IDER nesse ano.

No ano de 2015, o número de cidades médias passou para 48, no qual Rio Grande do Sul e Paraná possuíam cada estado 18 cidades médias e Santa Catarina 12. Representando um total de 12 municípios no estágio avançado, nove em transição, 17 em estágio baixo dinamismo e dez estagnadas. Como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Econômico Regional das cidades médias no ano de 2015.



Fonte: resultados da pesquisa, 2017.

No estado do Paraná, quatro cidades médias obtiveram um IDER avançado no ano de 2015, São José dos Pinhais, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Toledo. Nesse estado, Guarapuava e Foz do Iguaçu concentraram-se no estágio de transição, no geral esses apresentaram bons percentuais em suas variáveis de análise no modelo. Mas algumas particularidades como um PIB *per capita* inferior a outros municípios, uma distribuição menos homogênea do emprego entre os setores ou uma alta informalidade no emprego, como é o caso de Foz do Iguaçu, não faz esses municípios alcançarem um estágio mais alto de desenvolvimento.

Na classificação de Baixo Dinamismo, o número de municípios passou para sete no ano de 2015, demonstrando o aumento populacional em alguns municípios como é o caso de Umuarama e Arapongas, além de aumento populacional de 2005 para 2015 obtiveram aumento no valor do IDER, alcançando o resultado esperado, que além do aumento do número de habitantes e PIB ocorra à melhora em outros fatores de desenvolvimento.

Enquanto as cidades médias, que necessitam de medidas para melhora no desenvolvimento da economia, foram três, Piraquara, Almirante Tamandaré e Pinhais, estas municipalidades possuem uma característica em comum, localizam-se na Região Metropolitana de Curitiba. As cidades industrializadas desta região obtiveram IDER superior as não industrializadas, fazendo com que os habitantes destas cidades médias busquem recursos como trabalho, educação, comércio e saúde nas cidades mais desenvolvidas, usando os municípios de origem como cidades dormitórios.

No estado de Santa Catarina, das dez cidades médias, os municípios de Florianópolis, Blumenau e Itajaí obtiveram IDER alto no ano de 2015. Três municípios apresentaram um IDER no estágio de transição, São José, próximo a Florianópolis, Jaraguá do Sul e Chapecó, esses dois municípios com a economia ligada ao setor industrial, que gera encadeamentos significativos ao desenvolvimento, como se coloca a teoria. Os municípios baixo dinamismo também foram três, Criciúma, Lages e Brusque, apesar de ter uma boa taxa de urbanização, boas notas no IDEB, uma boa formalidade quanto aos ramos de ocupação da economia, alguns indicadores ainda necessitam de maior atenção para desencadear um maior IDER nestes municípios.

As cidades médias catarinenses, no estágio considerado Estagnado, se localizam próximo ao litoral e assim como no Paraná, próximo a cidades mais desenvolvidas, no Estado de Santa Catarina não só por indústrias mas pelo turismo, que atrai muitas pessoas de outras localidades ao longo de alguns períodos do ano, o que acaba por modificar a estrutura local em alguns períodos, como colocado no Plano de Desenvolvimento Regional de Turismo do Estado de Santa Catarina (2010).

No Rio Grande do Sul, as cidades médias com o IDER em estágio avançado foram Caxias do Sul, Rio Grande e Santa Cruz do Sul. Diferente dos outros estados, no Rio Grande as cidades médias possuem diferentes estruturas econômicas, pois Caxias do Sul, possui um forte na indústria, já Santa Cruz do Sul, possui uma estrutura econômica ligada ao setor primário com a produção de tabaco, e também o

setor de turismo²². Enquanto o município de Rio Grande possui como base da economia atividades ligadas ao porto e ao turismo²³.

As cidades Em Transição e Baixo Dinamismos somam 11, que também concentram as mais variadas atividades econômicas, como indústria, turismo, educação e agricultura. As cidades consideradas estagnadas nesse ano, assim como nos estados do Paraná e Santa Catarina, localizam-se próximo a municípios polo, no Rio Grande do Sul, Sapucaia, Viamão, Alvorada e Cachoeirinha mostraram o mesmo perfil das cidades médias localizadas nos outros estados do Sul do Brasil.

As cidades médias, com melhores resultados do IDER, possuem a economia ligada ao setor industrial, como mostram os dados do emprego e PIB, no qual este setor tem uma participação significativa, o que faz a população urbana ter maior participação, apresentar um valor mais elevado do PIB *per capita*, inclusive com melhoras do ano de 2005 para 2015. E, além do mais, boa parte desses municípios teve uma queda no valor repassado do Programa Bolsa Família, e notas significativamente altas do IDEB.

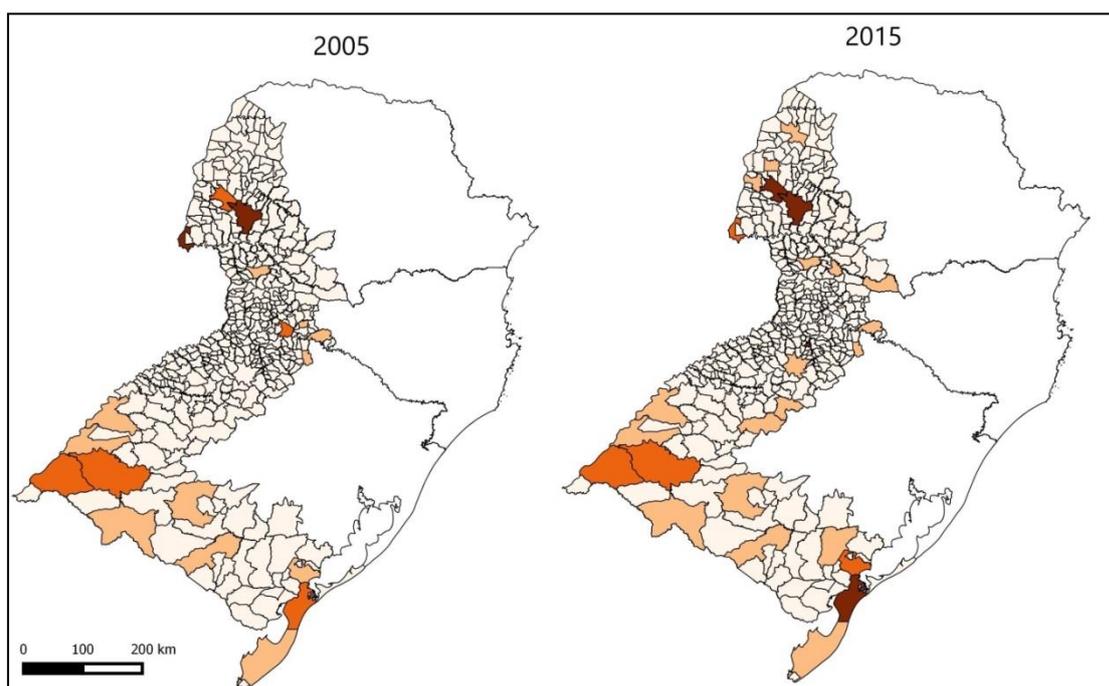
Por outro lado, dentre as cidades médias, consideradas como problemáticas são municípios próximos a alguns polos industriais, que mesmo com uma população significativa, apresentaram um atraso no seu desenvolvimento devido ao deslocamento das pessoas em busca de recursos nos municípios polo.

4.5 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO DE FRONTEIRA

No Brasil, a faixa de fronteira divide-se em três arcos: Norte, Central e Sul. Levando em consideração o Arco Sul da Faixa de Fronteira, já que esse trabalho diz respeito à Região Sul do País, observa-se o estágio de desenvolvimento dos municípios que apresentam uma interface fronteiriça com outros três países da América do Sul: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Figura 5 - Índice de Desenvolvimento Econômico Regional (IDER) na Faixa de Fronteira da Região Sul do Brasil 2005-2015.

²² Segundo informações de emprego do MTE e a Prefeitura do Município (<http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/historico-do-municipio>).
²³ Como colocado em http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre_porto_municipio_rg.php.



Fonte: resultados da pesquisa, 2017.

Como mostra a Figura 5, o estado com mais municípios localizados da Região de Fronteira da Região Sul do Brasil é o Rio Grande do Sul, no qual em ambos os anos apresentou apenas um município com IDER avançado, Rio Grande. Os municípios de Alegrete e Uruguaiiana em transição, ambos se localizam na Mesorregião do Sudoeste Rio-grandense, e com características semelhantes, como uma taxa de urbanismo aproximada a 90%, médias significativas no IDEB, porém o município de Uruguaiiana tem o setor secundário como destaque na estrutura econômica, enquanto a economia de Alegrete se baseia no setor primário, mas com uma ocupação significativa de empregos no setor terciário.

A Região de Fronteira do Rio Grande do Sul, em ambos os períodos, apresentaram uma quantidade significativa de municípios em estágio estagnado, principalmente com municípios menos populosos. Estes com valor mais alto de transferências do Bolsa Família ao se fazer a divisão por habitante, e ainda muitos municípios sem quantidade de alunos significativa para divulgação da nota do IDEB, em alguns casos ocorre uma migração das pessoas destes municípios, indo para outras em busca de melhor qualificação. Além disso, uma parte significativa destes municípios tem uma economia baseada no setor primário, e como mostraram os dados do IBGE e MTE, o setor terciário acaba por ter maior representatividade no

PIB e emprego. O que fez esses municípios estarem entre os menores IDER do Sul do País. De 2005 para 2015, municípios como Tupanciretã, Cruz Alta e Palmeira das Missões passaram de Estagnados para Baixo dinamismo, refletindo uma melhora em fatores de desenvolvimento de dimensão social e econômica neste período.

O segundo estado com maior número de municípios na região de fronteira é o Paraná, apesar de um número significativo de municípios estarem no estágio estagnado em ambos os anos, e alguns com as mesmas características como as descritas nas cidades do Rio Grande do Sul, que se encontram no mesmo estágio. O Paraná mostrou um perfil diferenciado em alguns municípios da região de Fronteira, pois diferente de outros estados, inclusive brasileiros, no qual possuem seu interior menos desenvolvido.

Na Mesorregião Oeste Paranaense, apesar de algumas desigualdades internas, alguns municípios apresentaram estágios de desenvolvimento mais altos, que é o caso de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu em ambos os anos de análise. Além disso, na Faixa de Fronteira do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Umuarama, passaram do estágio Estagnado, para o Baixo Dinamismo, movidos principalmente por fatores como aumento do emprego, principalmente na indústria de transformação, que por consequência proporcionou aumento na Renda das famílias, diminuição da transferência do valor do Bolsa Família por habitante, aumento no PIB *per capita*, e também do FPM, retratando aumento da arrecadação municipal, como mostraram os resultados da pesquisa.

No entanto, principalmente nos municípios de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, com melhores resultados do IDER na região se apresentou o problema encontrado em outras partes do Sul do Brasil, no qual os municípios ao entorno nos polos possuem menores valores do IDER, retratando deficiências nas dimensões econômica, e social do desenvolvimento, como é o caso de São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Quatro Pontes, Catanduvas, Vera Cruz do Oeste, Lindoeste, Campo Bonito, entre outros.

No geral, esses municípios que mostram melhores resultados no IDER na Faixa de Fronteira paranaense possuem a economia não só baseada na agricultura, mas também em indústrias de transformação (com exceção de Foz do Iguaçu, que tem o setor terciário como motor de sua economia, devido à prestação de serviços e

atividades turísticas Ligadas a Usina Nacional de Itaipu e as Cataratas do Iguaçu²⁴), que agregam um valor significativo ao PIB, e demonstram grande participação no emprego, além disso, estes municípios possuem uma representatividade na saúde por terem um número maior de hospitais, como é o caso de Cascavel, Toledo e Umuarama, e além disso, os municípios de Toledo, Cascavel, Palotina, Marechal Candido Rondon e Foz do Iguaçu se mostram como polos educacionais, com valores relevantes nas notas do IDEB, e pelo número significativo de universidades, fazendo com que se tenha um número menor de famílias recebendo transferências do Programa Bolsa Família.

Os municípios de Fronteira no Paraná, localizados na Mesorregião Sudoeste e Centro Sul paranaense, apresentaram-se em sua maioria no estágio de desenvolvimento estagnado, retratando “deficiências” nos âmbitos social e econômico. Porém, os municípios de Francisco Beltrão no estágio de baixo dinamismo em 2005 e 2015, com melhora no valor do IDER, além de Palmas e Pato Branco que de estagnados passaram a serem Baixo Dinamismo, em 2015, representando uma melhora de variáveis como emprego, PIB, IDEB, diminuição no valor repassado do Bolsa Família por habitante. Mas ainda assim, necessitam de atenção as variáveis “fracas” para a melhora no seu desenvolvimento, principalmente devido à representatividade que esses possuem, por serem polos microrregionais.

O estado de Santa Catarina, com o menor número de municípios na Região de Fronteira do Sul do Brasil, até pela sua disposição no espaço, também apresentou a grande parte dos municípios no estágio Estagnado, inclusive com municípios primeiramente em estágio de Baixo Dinamismo caindo para Estagnado. Apenas o Município de Concórdia sendo Baixo dinamismo em ambos os anos, obtendo um resultado superior ao seu entorno, devido à economia baseada na agricultura, agroindústria e comércio que segundo dados do MTE mostraram representatividade no emprego formal, e por consequência no PIB.

Esse atraso no desenvolvimento da fronteira identificado nessa pesquisa, se apresenta como um problema ao estado catarinense, mostrando a fragilidade do interior do estado, que mesmo com fatores que podem ser indutores ao

²⁴ Segundo dados do MTE, que mostram o valor significativo de empregos no setor e sua participação no PIB, segundo o IBGE.

desenvolvimento, esses não se mostram bem geridos para o desencadeamento de níveis maiores de desenvolvimento. Enquanto municípios da faixa litorânea e outros com a economia baseada na indústria mostraram-se com maiores níveis de desenvolvimento, tanto na dimensão econômica como social.

De modo geral, a maior parte dos municípios localizados na Faixa de Fronteira da Região Sul do Brasil, apresentou-se nos anos de 2005 e 2015 no estágio de desenvolvimento estagnado, mesmo os três estados apresentando um padrão de distribuição espacial de municípios desenvolvidos diferenciados entre si. No qual a maior parte dos municípios com os menores resultados do IDER, foram aqueles menos populosos, com menores percentuais de população urbana, menores notas do IDEB, maiores valores de transferência do Programa Bolsa Família por Habitante, além disso, o PIB *per capita* e FPM também foram menores ao se comparar com municípios com maiores resultados do IDER. Entretanto algumas municipalidades, mesmo no estágio mais baixo do desenvolvimento, mostraram melhora no valor do IDER, alavancada pela melhora de algumas variáveis de análise, sugerindo que no longo prazo se tenha um melhor padrão de desenvolvimento nestes.

4.6 LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTAGNADOS

Uma primeira concentração de municípios que se apresentaram em estágios inferiores de desenvolvimento nos três estados da Região Sul do Brasil foram os municípios de Fronteira. Mesmo o Paraná e Rio grande do Sul, apresentando alguns municípios dessa região com melhores resultados do IDER, a maior porcentagem se apresentou no estágio Estagnado.

Outra semelhança entre os três estados analisados nessa pesquisa foi a localização de municípios com baixo IDER no entorno de municípios com altos níveis de desenvolvimento, isso tanto em 2005 como em 2015. Alguns desses apresentaram melhoras, mas no geral muitos continuam a servir como dormitórios para as pessoas se deslocarem para os municípios polos, como já comprovado em outras pesquisas. No Paraná, como apresentado por Cintra, Delgado e Moura (2012), os municípios de Curitiba, Maringá, Londrina, Cascavel, São José dos Pinhais, são municípios que nos anos de 2000 e 2010, apresentaram os maiores

fluxos de deslocamentos pendulares de entrada, enquanto os municípios que os entornam acabaram por apresentar os maiores fluxos pendulares de saída.

O mesmo ocorre em Santa Catarina, onde os maiores fluxos ocorrem nas aglomerações das regiões metropolitanas (RMs) institucionalizadas, como é o exemplo das RM de Florianópolis, Itajaí e Criciúma. No qual os seus municípios centrais apresentaram os maiores fluxos de deslocamentos pendulares de entrada, enquanto os municípios que entornam os municípios com maiores valores do IDER, na maior parte das vezes apresentaram os maiores fluxos pendulares de saída. O que também vem a ocorrer na RM de Porto Alegre, que de acordo com os resultados da pesquisa, concentrou em ambos os anos mostrou-se um arquipélago de municípios desenvolvidos deste espaço do município, no entanto municípios que estão em seu entorno apresentaram valores significativos de fluxos pendulares de saída (OBSERVATÓRIO DAS METROPOLOES, 2009).

Quanto às características estaduais, no Paraná observou-se também uma deficiência quanto ao desenvolvimento econômico na região central do Estado, concentrando município com IDER extremamente baixo, como por exemplo, Rio Branco do Ivaí, Lidianópolis, Quinta do Sol, Rosário do Ivaí, Ivaiporã, entre outros municípios na região mencionada. Nesse estado, a Mesorregião norte Pioneiro também mostrou um agrupamento de municípios com IDER estagnado em ambos os anos analisados, como é o exemplo de Conselheiro Mairinck, Barra do Jacaré, Quatingá, Itambaracá e Jaboti.

No estado de Santa Catarina, além da Região de Fronteira formou-se um agrupamento de municípios com baixo desenvolvimento na direção do Vale do Itajaí e região Serrana, representado por municípios como Laurentino, Agronômica, Salete, Aurora e Trombudo Central.

Enquanto no Rio Grande do Sul, observou-se em ambos os anos um agrupamento de municípios com baixo IDER na Mesorregião do Noroeste Rio-grandense, além disso, foi o estado com maior percentual e número efetivo de municípios com IDER Estagnado. Inclusive os municípios com menor valor do IDER em ambos os anos estavam localizados neste estado.

Assim, pode-se perceber certo padrão no perfil dos municípios considerados menos desenvolvidos, principalmente aqueles que apresentaram IDER inferior a 0,03. Os resultados dessa pesquisa identificaram deficiência tanto em fatores de

ordem econômica, como nos fatores de ordem social. Na dimensão social observou-se que a maior parte desses municípios obteve menores taxas de urbanização, além de baixas notas no IDEB, e em vários casos não se apresentou esse dado, devido ao baixo número de alunos (ou outros fatores colocados na parte metodológica), ao mesmo tempo, o valor repassado por habitante do Programa Bolsa Família se mostrou superior a municípios desenvolvidos e, mesmo com certa queda de um período para o outro, ainda não se mostraram suficientes para um melhor padrão de desenvolvimento. No aspecto econômico, a maior parte destes tem estrutura econômica baseada na agricultura e no setor terciário, no qual o setor público engloba a maior parte dos empregos formais, como mostram dados do MTE.

Em contrapartida, apesar de esses municípios estarem com padrões baixos de desenvolvimento, a Figura 4 do Tópico 4.1.1 mostrou que a maior parte destas municipalidades, principalmente na Região de Fronteira e no Noroeste Rio-grandense obteve-se boas variações positivas no IDER, motivadas principalmente por fatores endógenos, retratando um início de engajamento para a melhora no padrão de desenvolvimento destes municípios.

5. CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o estágio de desenvolvimento econômico dos municípios da Região Sul do Brasil, sob o enfoque das teorias que classificam o desenvolvimento por etapas, nos anos de 2005 e 2015, ao buscar analisar a evolução e o perfil de desenvolvimento dos municípios. A pesquisa realizou-se por meio da estimativa do Índice de desenvolvimento Econômico Regional (IDER) desses municípios e, em seguida, buscou-se a classificação dos mesmos, de acordo com o resultado do IDER. Após a classificação, realizou-se a análise do perfil de desenvolvimento de cada município, bem como dos fatores que influenciaram no desenvolvimento econômico destes.

Para a realização do cálculo do IDER, foram utilizados dados referentes aos 1.118 municípios da região Sul do Brasil, de dimensão social e econômica, e que representassem os fatores internos e externos de desenvolvimento, de acordo com o referencial proposto. Após a coleta e tratamento dos dados, foi aplicada a metodologia *Fuzzy*, realizando-se primeiramente a normalização dos dados, para se retirar o seu efeito tamanho e buscar a influência que cada uma destas tem sobre o desenvolvimento dos municípios.

Em seguida, foi utilizado um instrumental matemático para se atribuir um peso a cada variável escolhida, podendo estes indicar a importância que a sociedade dá a cada aspecto abordado pelos indicadores. Feito isso, foi realizada a agregação de todos os índices *Fuzzy* e o ponderamento pelos pesos calculados para se ter um índice único de possível comparação entre os municípios.

Para a análise de dados, foi calculada uma média entre o IDER dos municípios analisados e, em seguida o cálculo dos desvios em torno da média, para os cortes de classificação dos estágios de desenvolvimento dos municípios: Avançado, Em Transição, Baixo Dinamismo e Estagnados. No qual os municípios no estágio mais alto apresentam uma dinâmica suficiente da sua base produtiva, com potencial competitivo e de consumo, enquanto os municípios do estágio mais baixo seriam aqueles com dificuldade para a atração de recursos, e com outras deficiências que dificultam o seu processo de desenvolvimento econômico.

De 2005 para 2015, obteve-se uma melhora no padrão geral de desenvolvimento da região Sul, resultando em mais municípios com variação

positiva do IDER e uma quantia inferior de municipalidades apresentando queda no IDER. Visto que a maior parte desses aumentos ocorreu em municípios do menor estágio de desenvolvimento.

Portanto, em 2005, 18 municípios encontravam-se no estágio de desenvolvimento Avançado, passando para 19 em 2015. Já no estágio de Transição, estavam 17 municípios no ano de 2005 e 13 no ano de 2015, enquanto no estágio de Baixo Dinamismo, eram 42 e 54 respectivamente. No estágio mais baixo, o Estagnado tinha-se 1.111 municípios em 2005 caindo para 1.102 no ano de 2015.

Destes municípios, Curitiba e Porto Alegre, mostraram os mais altos Índices de Desenvolvimento Econômico Regional em 2005 e 2015. Estes possuem algumas características semelhantes, como serem a capital dos seus estados, concentrando, porém, um grande número de atividades econômicas, maiores taxas de crescimento populacional e maior atração de recursos que possibilitam maior desencadeamento do processo de desenvolvimento.

Outros municípios com IDER Avançado foram São José dos Pinhais (PR), Caxias do Sul (RS), Joinville (SC) e São José dos Pinhais (PR). Esses e outros com altos resultados do IDER apresentaram algumas características em comum, quais sejam: polos mesorregionais, por isso, além de serem bastante populosos, possuem uma alta taxa de urbanização, um grande percentual de economias residenciais com abastecimento de água, a maior parte apresentou médias significativas no IDEB, menores valores na taxa de mortalidade, uma queda no valor da transferência do Programa Bolsa Família por habitante, valor que já era inferior a muitos municípios com menores valores do IDER. Quanto à dimensão econômica, os setores secundário e terciário mostraram maior representatividade no emprego formal e também no PIB, além disso, exportações, FPM e PIB *per capita* apresentaram melhoras de um período para o outro.

Municípios Em Transição apresentaram uma deficiência em algum fator de desenvolvimento, principalmente no ano de 2005. Mas no geral apresentaram um resultado promissor, principalmente com os aumentos obtidos no IDER do período inicial para o período final, no qual alguns municípios, como é o caso de Toledo (PR) e Santa Cruz do Sul (RS) passaram de transição para Avançados. O que em sua maior parte foi movido por algum fator como a instalação de alguma indústria, ou

algum outro estabelecimento de grande geração de emprego que proporcionou outros encadeamentos ao desenvolvimento. Além disso, nos municípios Em Transição obteve-se uma melhora em fatores como domicílios com água encanada, melhora nas médias do IDEB, queda no valor repassado do Bolsa Família, menor taxa de mortalidade infantil, e aumento na taxa de urbanização, mostrando uma preocupação não só na melhora de índices sociais como aumento de emprego e PIB, mas com o lado social do desenvolvimento.

Os municípios no estágio de Baixo Dinamismo foram aqueles que apresentaram mais diferença no perfil entre eles. Com os mais variados níveis de taxa de urbanização (mesmo sendo superior a 70% em todos), a nota do IDEB, sendo superior a 3.0 em todos, também teve os mais variados resultados, enquanto o percentual de domicílios com água encanada ainda apresentou grande variação, geralmente de acordo com o percentual de população urbana. Em relação ao PIB e emprego um dos setores obteve mais representatividade, isso porque, em vários municípios o setor terciário, por conta do ramo de setor público concentra grande parte do emprego formal. Enquanto outros municípios têm a estrutura econômica baseada no setor primário, e alguns municípios emergentes mostraram uma evolução no setor secundário, geralmente relacionado à instalação de uma indústria (geralmente ligado ao ramo de transformação ligado a disponibilidade dos produtos primários advindos da pecuária ou agricultura) na municipalidade ou a ampliação do ramo.

Quanto aos municípios no menor estágio do IDER, houve algumas similaridades nas características em ambos os anos. Muitos municípios apresentaram menores taxas de urbanização, o que pode ter induzido a uma deficiência no abastecimento de água encanada neste município, principalmente por alguns municípios menores não terem empresa responsável por tal, e, além disso, na área rural ou até distritos da maior parte dos municípios apresentou-se uma carência quanto a este serviço. Outro aspecto relacionado a dimensão social foram as menores notas do IDEB e os valores de transferência do Programa Bolsa Família superiores a municípios mais desenvolvidos. Quanto à dinâmica econômica muitos municípios mostraram baixa exportação, uma estrutura econômica baseada no setor primário, e o setor terciário abarcando grandes percentuais do emprego formal, alavancado principalmente pelo setor público. Por fim, o PIB *per capita* e FPM

também se mostraram inferiores, ao se compraram com os municípios desenvolvidos.

Porém, apesar de baixos índices de desenvolvimento, de 2005 para 2015 foram esses os municípios que apresentaram maiores aumentos no IDER, motivados, em partes por fatores de ordem endógena, principalmente o emprego terciário, e a taxa de urbanização. Ou em alguns casos interferência governamental, que ao longo do tempo mostrou grande relevância para o desenvolvimento de municípios sem dinamismo suficiente para promover uma melhora nos níveis de desenvolvimento.

A localização dos municípios com menor IDER apresentou algumas semelhanças nos três estados analisados na pesquisa. Um primeiro grupo, formado pelos municípios da Faixa de Fronteira, que apresentou um montante significativo de municípios com IDER Estagnado em ambos os anos. Um segundo grupo, formado por municípios localizados próximos aos polos microrregionais, principalmente aqueles localizados nas regiões metropolitanas, no qual as pessoas deslocam-se de seus municípios de origem em busca de serviços como emprego, qualificação, saúde e comércio.

Já na divisão estadual, no Paraná, concentrou-se um grupo de municípios na região central e na Mesorregião Norte Pioneiro. Em Santa Catarina, esses se localizaram na direção do Vale do Itajaí e região Serrana, representado por municípios como Laurentino, Agronômica, Salete, Aurora e Trombudo Central. No Rio Grande do Sul, a Mesorregião do Noroeste Rio-grandense concentrou um número de municípios significativos de baixo IDER, além disso, foi o estado com maior percentual e número efetivo de municípios com IDER Estagnado.

Os municípios, nos estágios de transição e baixo dinamismo, apresentaram uma maior dispersão no espaço da Região Sul do Brasil, enquanto os municípios com maior IDER, principalmente em estágio avançado, apresentaram um padrão de localização, que se deu principalmente nos polos regionais. No estado do Paraná, formaram-se três agrupamentos, um na Região Metropolitana, outro na Mesorregião Norte Central e outro na Região Oeste do Estado. Em Santa Catarina, esses se localizaram próximo ao litoral catarinense e apresentaram um IDER maior, como Itajaí, Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul e São José. Enquanto no Rio Grande do Sul apresentou um agrupamento de municípios com IDER mais elevado, com

municípios que se localizam na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste Rio-grandense.

Quanto aos polos regionais e seu entorno, constatou-se que, na maior parte dos casos, os polos microrregionais apresentaram maiores índices de desenvolvimento, enquanto o seu entorno, salvo algumas exceções, mostraram menores índices de desenvolvimento (inclusive em alguns municípios considerados cidades médias). Um dos motivos que pode ter acarretado esse resultado, foi a concentração de um número de recursos como emprego (movidos principalmente por indústrias ou serviços), serviços ligados a saúde, ao setor financeiro e qualificação nos municípios polos regionais, de modo que os municípios polos acabam retendo a renda advinda de outros municípios e em várias vezes fazendo com que os municípios periféricos em algumas vezes, acabem por se tornar dormitórios.

Os resultados obtidos vêm no mesmo sentido de outras pesquisas já realizadas, como é o caso de Eberhatdt (2013) e Klein (2014), que em seus trabalhos aplicaram o mesmo índice, mas com outro método de análise, no qual assumiam maiores do indicador nas mesmas concentrações espaciais, como é o caso da Região Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste Paranaense, além do Litoral Catarinense e a Região Metropolitana de Porto Alegre. Além disso, foi identificado os menores valores do Índice nas mesmas concentrações espaciais.

O diferencial dessa pesquisa, além do aspecto metodológico, foi a escolha dos municípios como área de estudo, o que possibilitou verificar que os resultados são altos no Índice das pesquisas anteriores e foram alavancados, principalmente, pelos municípios polo.

O resultado apresentado na pesquisa vem de acordo ao referencial proposto, no sentido da importância das variáveis e fatores de desenvolvimento que influenciam no processo de desenvolvimento regional, uma vez que por meio dos resultados obtidos, pode-se confirmar a influência maior ou menor de alguns fatores, como é o caso do PIB, representando a produção, da nota do IDEB, representando a educação, a taxa de urbanização e o emprego, responsável pelo aumento da renda da população, melhorando os níveis de desenvolvimento local e regional.

Além disso, como assumem os autores do desenvolvimento desequilibrado, Perroux (1967; 1977), Hirschman (1961), Boudeville (1969) e Paelinck (1977), o

desenvolvimento é desequilibrado e não se dá em todos os lugares ao mesmo tempo, e como colocado por Perroux (1967), se manifesta através de polos de desenvolvimento. Os resultados da pesquisa, mostraram existência de polos de desenvolvimento na região, pois muitos municípios concentram altos valores do IDER enquanto outras municipalidades com um processo de colonização semelhante, com a disponibilidade dos mesmos recursos obtiveram menores resultados do índice.

Ao mesmo tempo, mostrou-se a capacidade de organização dos atores locais, para se desencadear um processo de desenvolvimento, como citado pelos autores adeptos da teoria do desenvolvimento endógeno ou a existência de recursos externos, que possibilitaram o desenvolvimento de algumas localidades, como por exemplo, a instalação de alguma indústria ou de alguma universidade, que representa um investimento exógeno na localidade.

Dessa forma, é validada a teoria de Hirschman (1961), que assume os efeitos de encadeamento para trás e para frente, pois algumas municipalidades mostraram o surgimento de novos estabelecimentos industriais ou até de serviços, e conseqüentemente, o aumento de emprego e produção e novos ramos de atividade²⁵. Porém, de como colocado por alguns autores, observou-se que ao invés do investimento ser “transmitido” de uma localidade para a outra, na maior parte dos casos os municípios polos (com maiores resultados do IDER) são cercados por municípios satélites com menores índices de desenvolvimento econômico, na grande maioria em estágio Estagnado. Esses, na maior parte das vezes, com baixa representatividade dos fatores internos de desenvolvimento.

Quanto aos estágios de desenvolvimento, observou-se uma maior semelhança aos estágios propostos por autores que relacionam o desenvolvimento a indústria, como é o caso dos autores da Cepal que assumiram um “Padrão de desenvolvimento Latino Americano”, motivado pela indústria. O que se confirma ao constatar que municípios como Caxias do Sul, Joinville, Jaraguá do Sul, Chapecó em Santa Catarina, São José dos Pinhais, Maringá, Londrina, Cascavel e Toledo no Paraná. Que obtiveram uma evolução no seu padrão de desenvolvimento ligado a atividade industrial, e como mostram os dados do MTE, o setor industrial possui uma representatividade significativa na geração de emprego formal. Além disso,

²⁵ Dados do MTE.

municípios em transição e baixo dinamismo, que apresentaram melhora em seus índices, também obtiveram um aumento significativo no emprego e produto do setor e também nas exportações.

Municípios com atividades industriais, mas com a estrutura econômica ligada ao setor serviços, como as capitais dos três estados, e os municípios de Paranaguá (PR), Itajaí (SC), Rio Grande (RS), ligados a atividades portuárias também apresentaram altos estágios de desenvolvimento, segundo a classificação da pesquisa. Enquanto muitos municípios, nos quais a indústria possui pouca representatividade, ou até aqueles em que as pessoas se destinam a outros municípios próximos, em busca de emprego no setor mostraram menores padrões de desenvolvimento.

Pode-se concluir que na Região Sul do Brasil há uma disparidade relativamente alta quanto ao desenvolvimento dos municípios. Mesmo a melhora deste ocorrida de 2005 para 2015 não se mostrou suficiente para que alguns municípios apontassem mudanças expressivas no seu perfil e nível de desenvolvimento.

Por isso, volta-se a teoria para possíveis soluções, e de acordo com as particularidades de cada localidade, a solução para um município não seria a mesma para outro, visto que algumas localidades não mostraram uma relevância significativa dos fatores endógenos suficientes para desencadear um processo, para a melhora do seu desenvolvimento. O que ressalta tanto a importância dos agentes locais de desenvolvimento, assim como a importância do Estado no desenvolvimento regional.

Destarte, deve-se, primeiramente, realizar um diagnóstico do local, analisando suas particularidades, o perfil e as deficiências do município, para entender as razões e as causas do mau desempenho desses indicadores, bem como para identificar as possíveis potencialidades. Por meio desse diagnóstico, deve-se elaborar um plano de ação, o qual vise expor o melhor aproveitamento das funções e dimensões do planejamento social, conforme colocado em Haddad (2009). O que apresteria uma possível solução, a melhora do desenvolvimento das economias Estagnadas ou até nos outros estágios do desenvolvimento, porque mesmo com bons resultados no indicador, ainda podem persistir algumas melhorias das municipalidades.

Além disso, a importância do papel do Estado deveria vir no sentido de amenizar as disparidades existentes no processo de desenvolvimento dos municípios, pois no geral esse prejudica o processo de desenvolvimento da região como um todo. De modo que, uma ação conjunta entre Estado e os atores de desenvolvimento locais, pode resultar na uma melhora geral nos fatores de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGHION, P.; HOWITT, P. **Endogenous growth theory**. Cambridge: Press, 1998

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno: (re) construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, CE: v. 26, n.3, 2002.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas. 2004.

MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Balança Comercial brasileira: Municípios. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios>> Acessado em: 10/04/2017.

BARQUERO, A, V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 278 p.

BOISIER, S. (2000). **Conversaciones sociales Y desarrollo regional**. Talca: Editorial de la Universidad de Talca, 2000.

_____. **El difícil arte de hacer region**: Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco: CBC, 1992.

_____. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.) **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

_____. Teorias y metáforas sobre el desarrollo territorial. **Revista Austral de Ciências Sociais**, Santiago do Chile, n. 2, p. 5 – 18, 1996.

BOUDEVILLE, Jacques. Los espacios economicos. Buenos Aires: EUDEBA, 1969.

BULHÕES, O. G. Algumas considerações sobre as fases do desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 5-15, 1960.

CANDIDO, A. Teorias do Desenvolvimento e desenvolvimento no Brasil. **Caderno de Leituras de Sociologia**, 1999.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. ed. 2, Petrópolis: Vozes, 1995.

CARDOSO, T.; RIBEIRO, J. C. Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos. In: **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Organização: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CIDADE EM DADOS – JOINVILLE. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2016.pdf>. Acessado em agosto de 2017.

CINTRA, A. P. de U.; DELGADO P. R.; MOURA, R. Movimentos pendulares no Paraná. **Cadernos do IPARDES**. Curitiba, v.2, n.2, p. 15-31, jul./dez. 2012.

COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, 16, abril 2007, p. 45-64.

DE PAULA, P. G. Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento: Considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx. Dissertação. Instituto de Economia (IE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2014.

DESCHAMPS, M. V.; CINTRA A. Movimento pendular para trabalho na região metropolitana de Curitiba: uma análise das características de quem sai e quem fica. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG. **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais: as desigualdades sócio demográficas e os direitos humanos no Brasil. 60 anos da declaração dos direitos humanos**. Caxambu: ABEP, 2008.

DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DINIZ, C. C. A Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas Perspectivas. **Texto para discussão**, IPEA. n. 375. 1995.

EBERHARDT, P. H. C. **Estágios do desenvolvimento econômico regional no sul do Brasil**. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo. 2013.

_____. A dinâmica das regiões sob outra perspectiva: os estágios de desenvolvimento. In PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. EBERHARDT, P. H. C. Org. **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. p. 89-107.

_____.; FERRERA DE LIMA, J. Estágios do Desenvolvimento Econômico Regional no Sul do Brasil. **A Economia em Revista**, Maringá, 24, Julho 2015. 119-136.

FERRERA DE LIMA. A concepção de espaço polarizado. **Interações**, Rio de Janeiro, Set. 2003, p. 7-14.

_____. ALVES, L.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, n. 26, p. 7-26, 2006.

FREIRE, L. **Pobreza multidimensional: uma aplicação às unidades federativas brasileiras**. Monografia de bacharelado, Niterói, RJ. 2011. Monografia.

FREITAS, L. F. A. de. **O excedente econômico**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2006.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1986.

GIOVANETTI A. E. RAIHER, A. P. Uma análise multidimensional da pobreza dos municípios paranaenses em 2010. **Revista de Estudos Sociais**, n. 35, v. 17, p. 228, 2015.

HADDAD, P. R. Capitais Intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, Curitiba, editora UFPR, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.

Haffner, J. A. H. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, 238 p.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia Regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, v. 1, 1997. p. 36-53.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações da Saúde – Departamento de Informática do SUS [online] Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/indicadores-de-saude>> Acesso em abr. de 2017.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Informações estatísticas. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados>. Acessado em julho de 2017.

KALDOR, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the united Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KLEIN, C. F. **O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO REGIONAL DO BRASIL**. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus Toledo*, 2014.

LAMONICA, C. A.; FEIJÓ, M. T. Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria brasileira. **Economia e Tecnologia**, Rio de Janeiro, 18, Jul/Set. 2009. p. 61-72.

LEITE, P. S. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e suas teorias convencionais**. Fortaleza: Imp. Universitária, 1983.

LIMA, A. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do Estado. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 24, n 45, p. 65-90, 2006.

LIMA, J. F. **Géoéconomie et développement regional**. Paris: Publibook, 2012.

MARSHALL, A. [1907]. **The social possibilities of economic chilvary**. In: PIGOU, A. C.(Ed.). *Memorials of Alfred Marshall*. New York: Augustus M. Kelley, 1966.

_____. **Princípios da economia: tratado introdutório**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINIE, G.; DINIZ, C. C. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de Economia Política**, vol. 11, nº3. p. 121-134, 1991.

MARX, K. H.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 10. ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MELLO, C. O. Caracterização do desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: uma análise com base na estatística multivariada. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia - Mestrado) Universidade Estadual de Maringá - UEM. Maringá. 2006.

MILL, J. S. On Liberty. In: HUTCHINS, Robert Maynard (ed.). Great books of the Western World: American State Papers, The Federalist, J. S. Mill. Vol. 43. .Chicago: Encyclopedia Britannica, Inc., 1952a, p. 263-323.

Ministério da Integração Nacional - MIN. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** (Sumário Executivo). Brasília: IICA/MIN, 2007.

MIN - Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: IICA/MIN, 2007.

MDS - Ministério do desenvolvimento social. Dados. Brasília. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados>> Acesso em jan. de 2017.

_____. O que é o Bolsa Família. Disponível em: (MDS)<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acessado em 08-02-2016.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. Emprego Formal. Brasília. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>> Acesso em abr. de 2017.

MONTIBELLER FILHO, G.; GARGION, S. L. **Desenvolvimento da região sul do Brasil**. Biblioteca Digital, BNDES. Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3682/1/Desenvolvimento%20da%20Regi%C3%A3o%20Sul_12_P.pdf. 2014. Acessado em 20-01-2016.

MORETTO, C. F.; GIACCHINI, J. Do surgimento da Teoria do Desenvolvimento à concepção de sustentabilidade: velhos e novos enfoques rumo ao Desenvolvimento Sustentável. **Texto para discussão**. Passo Fundo, 2006.

Município de Rio Grande, 2017. Disponível em: http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre_porto_municipio_rg.php. Acessado em agosto de 2017.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2ª. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NORTH, D. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, p. 333-343, 1955.

OBSERVARÓRIO OBSERVATÓRIO DAS METROPOLOES. Movimento pendular da população na região sul relatório de atividades. Org. RIBEIRO, L. C. de Q. Relatório executivo. Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, G. O. de; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de

desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

PACHECO, K.; DEL VECCHIO, R.; KERSTENETZKY, C. Pobreza Fuzzy Multidimensional: Uma análise das condições de vida na Zona Oeste do Rio de Janeiro: 1991 a 2000. Niterói: Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento, 2010. (Texto para Discussão n° 30) Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD030.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2016.

PAELINCK, J. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, J. (Org). **Economia Regional**: textos escolhidos. CEDEPLAR. Belo Horizonte, 1977.

PEREIRA, J. M. D. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.dez 2011.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

_____. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia Regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.

_____. **Dialogue des monopoles et des nations: équilibre ou dynamique des unités actives?** Grenoble: Presses universitaires de Graonoble, 1982.

PIACENTI, C.A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2009.

Plano de Desenvolvimento Regional de Turismo do Estado de Santa Catarina 2010-2020. Disponível em <http://www.camaraaurubici.sc.gov.br/anexos/201602260803431456484623.pdf>. Acessado em agosto de 2017.

PREBISCH, R. Cinco etapas de mi pensamento sobre el desarrollo. **El Trimestre Económico**, México, 2, p. 1077 – 1096, 1982.

_____. **Dinâmica do desenvolvimento latino americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

_____. El desarrollo económico de la America Latina y algunos de sus principales problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 26, n. 103, 1949. p. 47-109.

Prefeitura do Município de Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/historico-do-municipio>> Acesso em agosto de 2017.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. A influência dos investimentos estatais no desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses. Toledo: **Informe Gepec**, v. 13, n. 2, p. 121-137, jul./dez. 2009.

RICARDO, D. Princípios da economia política e tributação. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

ROSTOW, W. W. A decolagem para o crescimento autossustentado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.) **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

_____. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Politics and the Stages of Growth**. Cambridge: The University Press. 1971

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Series Históricas**. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/aplicacao-web-serie-historica>. Acessado em Abril de 2017.

SILVA, T. S. da. Notas sobre a Economia Ricardiana. **Revista Pensamento Realidade**. São Paulo v. 13, n. 2, 2003.

SIMÕES, R. F.; LIMA, A. C. C. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de desenvolvimento econômico (RDE)**. Salvador-BA, nº 21, p. 5 – 19, 2010.

SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acessado em 15/12/2016.

SMITH, A. **Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Abril Cultural, v. 2, 1983.

SOUZA, N. J. Polarização e despolarização industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 08, n. 13, 1990.

SOUZA, N. J. Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Revista Análise**. Porto Alegre, v. 16, nº 11, p. 87-112, jan/jul 2005.

THAWEATT, W. O. **Teorias do desenvolvimento econômico**. Zahar editores, Rio de Janeiro – RJ, 1971.

ZADEH, L. A. (1965). **Fuzzy sets, Information and Control**, vol. 8, p. 338–53.

APÊNDICE A

Localização das Mesorregiões Geográficas do Paraná



Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, 2017.

Localização das Microrregiões Geográficas do Paraná



Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, 2017.

Tabela dos Municípios ordenados por Microrregião Paranaense com destaque para o município polo de cada Microrregião.

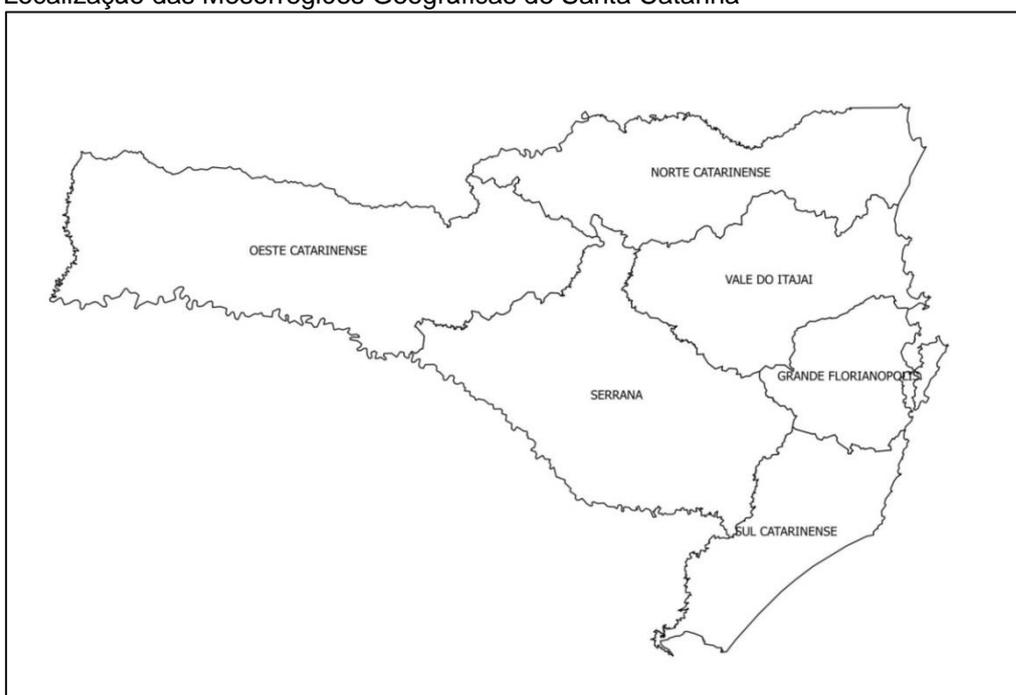
Micro/Município	COD	Micro/Município	COD	Micro/Município	COD
A - Microrregião de Apucarana		L - Microrregião de Florai		AA - Microrregião de Paranavaí	
Apucarana	17	Doutor Camargo	101	Alto Paraná	7
Arapongas	18	Floraí	113	Amaporã	10
Califórnia	50	Floresta	115	Cruzeiro do Sul	91
Cambira	53	Itambé	158	Diamante do Norte	96
Jandaia do Sul	170	Ivatuba	165	Guairaçá	129
Marilândia do Sul	206	Ourizona	244	Inajá	148
Mauá da Serra	218	São Jorge do Ivaí	346	Itaúna do Sul	161
Novo Itacolomi	242	M - Microrregião de Foz do Iguaçu		Jardim Olinda	175
Sabáudia	315	Céu Azul	75	Loanda	189
B - Microrregião de Assaí		Foz do Iguaçu	119	Marilena	207
Assaí	24	Itaipulândia	156	Mirador	221
Jataizinho	176	Matelândia	215	Nova Aliança do Ivaí	228
Nova Santa Bárbara	238	Medianeira	219	Nova Londrina	236
Rancho Alegre	296	Missal	223	Paraíso do Norte	251
Santa Cecília do Pavão	320	Ramilândia	295	Paranacity	252
São Jerônimo da Serra	340	Santa Terezinha de Itaipu	333	Paranapoema	254
São Sebastião da Amoreira	357	São Miguel do Iguaçu	353	Paranavaí	255
Uraí	390	Serranópolis do Iguaçu	363	Planaltina do Paraná	273
C - Microrregião de Astorga		Vera Cruz do Oeste	393	Porto Rico	280
Ângulo	14	N - Microrregião de Francisco Beltrão		Querência do Norte	292
Astorga	26	Barracão	31	Santa Cruz de Monte Castelo	321
Atalaia	27	Boa Esperança do Iguaçu	37	Santa Isabel do Ivaí	325
Cafeara	47	Bom Jesus do Sul	41	Santa Mônica	330
Centenário do Sul	72	Cruzeiro do Iguaçu	89	Santo Antônio do Caiuá	335
Colorado	80	Dois Vizinhos	99	São Carlos do Ivaí	339
Flórida	117	Enéas Marques	102	São João do Caiuá	342
Guaraci	133	Flor da Serra do Sul	114	São Pedro do Paraná	356
Iguaraçu	143	Francisco Beltrão	121	Tamboara	369
Itaguajé	155	Manfrinópolis	200	Terra Rica	375
Jaguapitã	168	Marmeleiro	212	AB - Microrregião de Pato Branco	
Lobato	190	Nova Esperança do Sudoeste	233	Bom Sucesso do Sul	43
Lupionópolis	194	Nova Prata do Iguaçu	240	Chopinzinho	75
Mandaguaçu	197	Pinhal de São Bento	267	Coronel Vivida	87
Munhoz de Melo	226	Renascença	300	Itapejara d'Oeste	159
Nossa Senhora das Graças	227	Salgado Filho	316	Mariópolis	210
Nova Esperança	232	Salto do Lontra	318	Pato Branco	257
Presidente Castelo Branco	284	Santo Antônio do Sudoeste	337	São João	341
Santa Fé	322	São Jorge d'Oeste	345	Saudade do Iguaçu	361
Santa Inês	324	Verê	394	Sulina	367
Santo Inácio	338	O - Microrregião de Goioerê		Vitorino	398
Uniflor	389	Altamira do Paraná	5	AC - Microrregião de Pitanga	
D - Microrregião de Campo Mourão		Boa Esperança	36	Boa Ventura de São Roque	38
Araruna	21	Campina da Lagoa	54	Laranjal	184
Barbosa Ferraz	30	Goioerê	125	Mato Rico	217
Campo Mourão	61	Janiópolis	171	Palmital	249
Corumbataí do Sul	88	Juranda	180	Pitanga	271
Engenheiro Beltrão	103	Moreira Sales	224	Santa Maria do Oeste	328
Farol	107	Nova Cantu	231	AD - Microrregião de Ponta Grossa	
Fênix	110	Quarto Centenário	287	Carambeí	67
Iretama	154	Rancho Alegre d'Oeste	297	Castro	70
Luiziana	192	Ubiratã	386	Palmeira	248
Mamborê	196	P - Microrregião de Guarapuava		Ponta Grossa	275
Peabiru	260	Campina do Simão	55	AE - Microrregião de Porecatu	
Quinta do Sol	293	Candói	63	Alvorada do Sul	9
Roncador	312	Cantagalo	64	Bela Vista do Paraíso	34
Terra Boa	374	Espigão Alto do Iguaçu	106	Florestópolis	116
E - Microrregião de Capanema		Foz do Jordão	122	Miraselva	222
Ampére	11	Goioxim	126	Porecatu	277
Bela Vista da Caroba	33	Guarapuava	122	Prado Ferreira	282
Capanema	65	Laranjeiras do Sul	185	Primeiro de Maio	285
Pérola d'Oeste	263	Marquinho	213	Sertanópolis	365
Planalto	274	Nova Laranjeiras	235	AF - Microrregião de Prudentópolis	
Pranchita	283	Pinhão	268	Fernandes Pinheiro	111
Realeza	298	Porto Barreiro	279	Guamiranga	130
Santa Izabel do Oeste	326	Quedas Iguacu	291	Imbituva	146
F - Microrregião de Cascavel		Reserva do Iguaçu	302	Ipiranga	150

(Paraná)						
Anahy	12	Rio Bonito do Iguaçu	307	Ivaí	162	
Boa Vista da Aparecida	39	Turvo	385	Prudentópolis	286	
Braganey	45	Virmond	397	Teixeira Soares	372	
Cafelândia	48	Q - Microrregião de Ibaiti			AG - Microrregião do Rio Negro (Paraná)	
Campo Bonito	57	Conselheiro Mairinck	82	Agudos do Sul	3	
Capitão Leônidas	66	Curiúva	95	Campo do Tenente	58	
Marques	66	Figueira	112	Piên	264	
Cascavel	71	Ibaiti	139	Quitandinha	294	
Catanduvas	69	Jaboti	166	Rio Negro	310	
Corbélia	84	Japira	172	Tijucas do Sul	378	
Diamante do Sul	97	Pinhalão	266	AH - Microrregião de São Mateus do Sul		
Guaraniaçu	134	Sapopema	359	Antônio Olinto	16	
Ibema	140	R - Microrregião de Irati			São João do Triunfo	344
Iguatu	144	Irati	153	São Mateus do Sul	352	
Lindoeste	188	Mallet	195	AI - Microrregião de Telêmaco Borba		
Nova Aurora	230	Rebouças	299	Imbaú	145	
Santa Lúcia	327	Rio Azul	305	Ortigueira	243	
Santa Tereza do Oeste	332	S - Microrregião de Ivaiporã			Reserva	301
Três Barras do Paraná	381	Arapuã	20	Telêmaco Borba	373	
G - Microrregião de Cerro Azul			Ariranha do Ivaí	Tibagi	377	
Adrianópolis	2	Cândido de Abreu	62	Ventania	392	
Cerro Azul	73	Godoy Moreira	124	AJ - Microrregião de Toledo		
Doutor Ulysses	396	Grandes Rios	127	Assis Chateaubriand	25	
H - Microrregião de Cianorte			Ivaiporã	Diamante d'Oeste	98	
Cianorte	76	Jardim Alegre	163	Entre Rios do Oeste	105	
Cidade Gaúcha	77	Lidianópolis	174	Formosa do Oeste	118	
Guaporema	132	Lunardelli	187	Guaira	128	
Indianópolis	149	Manoel Ribas	193	Iracema do Oeste	152	
Japurá	173	Nova Tebas	202	Jesuítas	177	
Jussara	181	Rio Branco do Ivaí	241	Marechal Cândido Rondon	203	
Rondon	313	Rosário do Ivaí	308	Maripá	211	
São Manoel do Paraná	351	São João do Ivaí	314	Mercedes	220	
São Tomé	358	São Pedro do Ivaí	343	Nova Santa Rosa	239	
Tapejara	371	T - Microrregião de Jacarezinho			Ouro Verde do Oeste	245
Tuneiras do Oeste	383	Barra do Jacaré	32	Palotina	250	
I - Microrregião de Cornélio Procopio			Cambará	Pato Bragado	256	
Abatiá	1	Jacarezinho	51	Quatro Pontes	290	
Andirá	13	Jundiá do Sul	167	Santa Helena	323	
Bandeirantes	29	Ribeirão Claro	179	São José das Palmeiras	349	
Congonhinhas	81	Santo Antônio da Platina	303	São Pedro do Iguaçu	354	
Cornélio Procopio	85	U - Microrregião de Jaguariaíva			Terra Roxa	376
Itambaracá	157	Arapoti	19	Toledo	379	
Leópolis	186	Jaguariaíva	169	Tupãssi	384	
Nova América da Colina	229	Pirai do Sul	269	AK - Microrregião de Umuarama		
Nova Fátima	234	Sengés	362	Alto Paraíso	395	
Ribeirão do Pinhal	304	V - Microrregião de Lapa			Alto Piquiri	8
Santa Amélia	319	Lapa	183	Altônia	6	
Santa Mariana	330	Porto Amazonas	278	Brasilândia do Sul	46	
Santo Antônio do Paraíso	336	W - Microrregião de Londrina			Cafezal do Sul	49
Sertaneja	364	Cambé	52	Cruzeiro do Oeste	90	
J - Microrregião de Curitiba			Ibiporã	Douradina	100	
Almirante Tamandaré	4	Londrina	141	Esperança Nova	104	
Araucária	22	Pitangueiras	191	Francisco Alves	120	
Balsa Nova	28	Rolândia	272	Icaraíma	142	
Bocaiuva do Sul	40	X - Microrregião de Maringá			Iporã	151
Campina Grande do Sul	56	Mandaguari	198	Ivaté	164	
Campo Largo	59	Marialva	205	Maria Helena	204	
Campo Magro	60	Maringá	209	Mariluz	208	
Colombo	79	Paiçandu	246	Nova Olímpia	237	
Contenda	83	Sarandi	246	Perobal	261	
Curitiba	93	Y - Microrregião de Palmas			Pérola	262
Fazenda Rio Grande	109	Clevalândia	78	São Jorge do Patrocínio	347	
Itaperuçu	160	Coronel Domingos Soares	86	Tapira	371	
Mandirituba	199	Honório Serpa	138	Umuarama	387	
Pinhais	265	Mangueirinha	201	Xambrê	399	
Piraquara	270	Palmas	247	AM - Microrregião de União da Vitória		
Quatro Barras	289	Z - Microrregião de Paranaguá			Bituruna	35
Rio Branco do Sul	309	Antonina	15	Cruz Machado	92	
São José dos Pinhais	350	Guaraqueçaba	136	General Carneiro	123	
Tunas do Paraná	382	Guaratuba	137	Paula Freitas	258	
K - Microrregião de Faxinal						

Bom Sucesso	42	Matinhos	216	Paulo Frontin	259
Borrazópolis	44	Morretes	225	Porto Vitória	281
Cruzmaltina	93	Paranaguá	253	União da Vitória	388
Faxinal	108	Pontal do Paraná	276	AN - Microrregião de Wenceslau Braz	
Kaloré	182			Carlópolis	68
Marumbi	214			Guapirama	131
Rio Bom	306			Joaquim Távora	178
				Quatiguá	288
				Salto do Itararé	317
				Santana do Itararé	331
				São José da Boa Vista	348
				Siqueira Campos	366
				Tomazina	380
				Wenceslau Braz	391

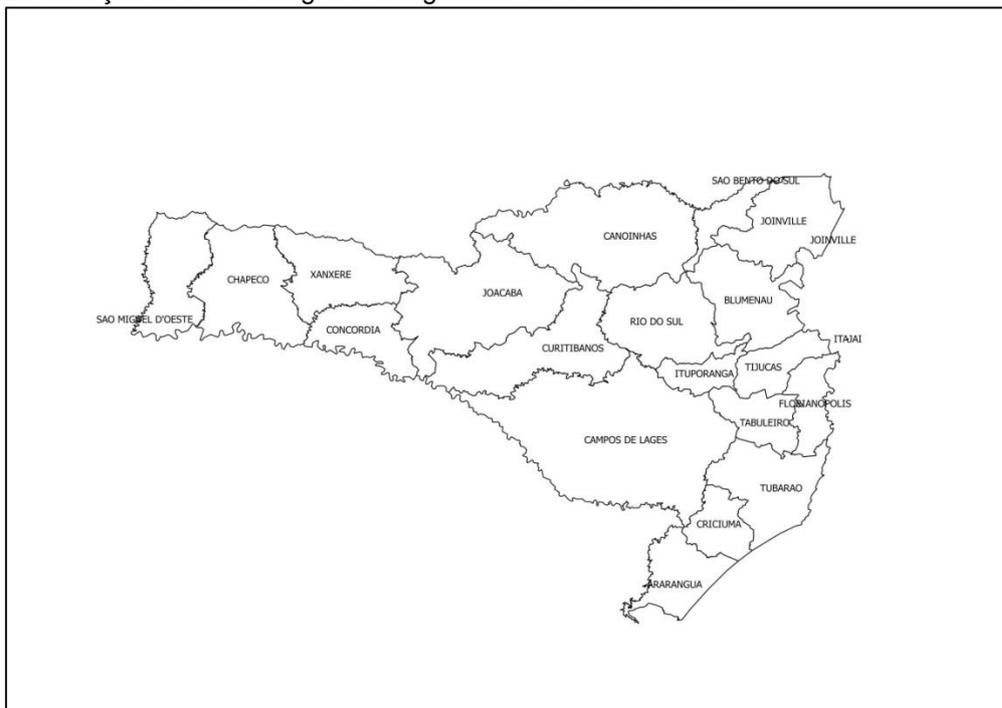
Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, 2017.

Localização das Mesorregiões Geográficas de Santa Catarina



Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, 2017.

Localização das Microrregiões Geográficas de Santa Catarina



Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, 2017.

Tabela dos Municípios ordenados por Microrregião Catarinense com destaque para o município polo de cada Microrregião.

Micro/Município	COD	Micro/Município	COD	Micro/Município	COD
AO - Microrregião de Araranguá		AT - Microrregião de Concórdia		BB - Microrregião de Joinville	
Araranguá	418	Alto Bela Vista	409	Araquari	417
Balneário Arroio do Silva	425	Arabutã	416	Balneário Barra do Sul	427
Balneário Gaivota	428	Arvoredo	421	Corupá	472
Ermo	483	Concórdia	468	Garuva	494
Jacinto Machado	531	Ipira	515	Guaramirim	501
Maracajá	555	Ipumirim	518	Itapoá	528
Meleiro	560	Irani	520	Jaraguá do Sul	533
Morro Grande	567	Itá	523	Joinville	536
Passo de Torres	586	Lindóia do Sul	547	Massaranduba	558
Praia Grande	605	Paial	578	São Francisco do Sul	641
Santa Rosa do Sul	630	Peritiba	591	Schroeder	657
São João do Sul	645	Piratuba	596	BC - Microrregião de Rio do Sul	
Sombrio	661	Presidente Castelo		Agronômica	403
Timbé do Sul	667	Branco	606	Aurora	424
Turvo	677	Seara	659	Braço do Trombudo	445
AP - Microrregião de Blumenau		AU - Microrregião de Criciúma		Dona Emma	480
Apiúna	415	Balneário Rincão	-	Ibirama	507
Ascurra	422	Cocal do Sul	467	José Boiteux	537
Benedito Novo	434	Criciúma	474	Laurentino	543
Blumenau	436	Forquilha	489	Lontras	548
Botuverá	443	Içara	508	Mirim Doce	561
Brusque	447	Lauro Müller	544	Pouso Redondo	604
Doutor Pedrinho	481	Morro da Fumaça	566	Presidente Getúlio	607
Gaspar	495	Nova Veneza	572	Presidente Nereu	608
Guabiruba	499	Siderópolis	660	Rio do Campo	613
Indaial	513	Treviso	671	Rio do Oeste	614
Luiz Alves	549	Urussanga	681	Rio do Sul	616
Pomerode	598	AV - Microrregião de Curitiba		Salete	623
Rio dos Cedros	615	Abdon Batista	400	Taió	663
Rodeio	621	Brunópolis	446	Trombudo Central	674
Timbó	668	Campos Novos	456	Vitor Meireles	687
AQ - Microrregião de Campos de Lages		Curitiba	477	Witmarsum	688
Anita Garibaldi	412	Frei Rogério	491	BD - Microrregião de São Bento do Sul	
Bocaina do Sul	438	Monte Carlo	564	Campo Alegre	453
Bom Jardim da Serra	439	Ponte Alta	599	Rio Negrinho	618

Bom Retiro	442	Ponte Alta do Norte	600	São Bento do Sul	636
Campo Belo do Sul	454	Santa Cecília	627	BE - Microrregião de São Miguel do Oeste	
Capão Alto	452	São Cristóvão do Sul	639	Anchieta	410
Celso Ramos	463	Vargem	683	Bandeirante	429
Cerro Negro	464	Zortéa	692	Barra Bonita	430
		AW - Microrregião de Florianópolis		Belmonte	433
Correia Pinto	473	Antônio Carlos	414	Descanso	478
Lages	540	Biguaçu	435	Dionísio Cerqueira	479
Otacílio Costa	575	Florianópolis	487	Guaraciaba	500
Painel	579	Governador Celso Ramos	496	Guarujá do Sul	502
Palmeira	582	Palhoça	580	Iporá do Oeste	516
Rio Rufino	619	Paulo Lopes	588	Itapiranga	527
São Joaquim	646	Santo Amaro da Imperatriz	634	Mondaí	563
São José do Cerrito	649	São José	647	Palma Sola	581
Urubici	679	São Pedro de Alcântara	655	Paraíso	585
Urupema	680	AY - Microrregião de Itajaí		Princesa	609
AR - Microrregião de Canoinhas		Balneário Camboriú	426	Riqueza	620
Bela Vista do Toldo	432	Balneário Piçarras	593	Romelândia	622
Canoinhas	458	Barra Velha	431	Santa Helena	628
Irineópolis	522	Bombinhas	438	São João do Oeste	642
Itaiópolis	524	Camboriú	451	São José do Cedro	648
Mafra	552	Ilhota	509	São Miguel do Oeste	654
Major Vieira	554	Itajaí	525	Tunápolis	676
Monte Castelo	565	Itapema	526	BF - Microrregião de Tabuleiro	
Papanduva	584	Navegantes	568	Águas Mornas	407
Porto União	603	Penha	590	<u>Alfredo Wagner</u>	408
Santa Terezinha	631	Porto Belo	602	Anitápolis	413
Timbó Grande	669	São João do Itaperiú	644	Rancho Queimado	611
Três Barras	670	AZ - Microrregião de Ituporanga		São Bonifácio	637
AS - Microrregião de Chapecó		Agrolândia	402	BG - Microrregião de Tijucas	
Águas de Chapecó	405	Atalanta	423	Angelina	411
Águas Frias	406	Chapadão do Lageado	465	Canelinha	457
Bom Jesus do Oeste	441	Imbuia	512	Leoberto Leal	546
Caibi	449	Ituporanga	529	Major Gercino	553
Campo Erê	455	Petrolândia	592	Nova Trento	571
Caxambu do Sul	462	Vidal Ramos	685	São João Batista	643
Chapecó	466	BA - Microrregião de Joaçaba		Tijucas	666
Cordilheira Alta	469	Água Doce	404	BH - Microrregião de Tubarão	
Coronel Freitas	470	Anroio Trinta	420	Armazém	419
Cunha Porã	475	Caçador	448	Braço do Norte	444
Cunhataí	476	Calmon	450	Capivari de Baixo	460
Flor do Sertão	486	Capinzal	459	Garopaba	493
Formosa do Sul	488	Catanduvas	461	Grão Pará	497
Guatambu	503	Erval Velho	484	Gravatal	498
Iraceminha	519	Fraiburgo	490	Imaruí	510
Irati	521	Herval d'Oeste	504	Imbituba	511
Jardinópolis	534	Ibiam	505	Jaguaruna	532
Maravilha	556	Ibicaré	506	Laguna	541
Modelo	562	Iomerê	514	Orleans	574
Nova Erechim	569	Jaborá	530	Pedras Grandes	589
Nova Itaberaba	570	Joaçaba	535	Pescaria Brava	-
Novo Horizonte	573	Lacerdópolis	539	Rio Fortuna	617
Palmitos	583	Lebon Régis	545	Sangão	626
Pinhalzinho	594	Luzerna	550	Santa Rosa de Lima	629
Planalto Alegre	597	Macieira	551	São Ludgero	651
Quilombo	610	Matos Costa	559	São Martinho	652
Saltinho	624				
Santa Terezinha do Progresso	632	Ouro	576	Treze de Maio	672
Santiago do Sul	633	Pinheiro Preto	595	Tubarão	675
São Bernardino	635	Rio das Antas	612	BI - Microrregião de Xanxerê	
São Carlos	638	Salto Veloso	625	Abelardo Luz	401
São Lourenço do Oeste	650	Tangará	664	Bom Jesus	440
São Miguel da Boa Vista	653	Treze Tílias	673	Entre Rios	482
Saudades	656	Vargem Bonita	684	Faxinal dos Guedes	485
Serra Alta	659	Videira	686	Ipuaçu	517
Sul Brasil	662			Lajeado Grande	541
Tigrinhos	665			Marema	557
União do Oeste	678			Ouro Verde	577
				Passos Maia	587
				Ponte Serrada	601
				São Domingos	640
				Vargeão	682

Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, 2017.

Localização das Mesorregiões do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, 2017.

Localização das Microrregiões Geográficas do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, 2017.

Tabela dos Municípios ordenados por Microrregião do Rio Grande do Sul com destaque para o município polo de cada Microrregião.

Microrregião	Município	COD	Microrregião	Município	COD	Microrregião	Município	COD
BJ - Microrregião de Cachoeira do Sul			BV - Microrregião de Guaporé			CE - Microrregião de Porto Alegre		
Cachoeira do Sul	753		André da Rocha	707		Alvorada	704	
Cerro Branco	791		Anta Gorda	708		Araricá	711	
Novo Cabrais	978		Arvorezinha	719		Cachoeirinha	754	
Pantano Grande	990		Dois Lajeados	826		Campo Bom	764	
Paraíso do Sul	992		Guabiju	879		Canoas	772	
Passo do Sobrado	996		Guaporé	881		Eldorado do Sul	833	
Rio Pardo	1036		Ilópolis	895		Estância Velha	849	
BK - Microrregião de Camaquã			Itapuca	905		Esteio	850	
Arambaré	710		Montauri	948		Glorinha	874	
Barra do Ribeiro	730		Nova Alvorada	963		Gravatá	878	
Camaquã	758		Nova Araçá	964		Guaíba	880	
Cerro Grande do Sul	793		Nova Bassano	965		Mariana Pimentel	938	
Chувиска	800		Nova Prata	974		Nova Hartz	970	
Dom Feliciano	827		Paráí	991		Nova Santa Rita	977	
Sentinela do Sul	1118		Protásio Alves	1025		Novo Hamburgo	979	
Tapes	1132		Putinga	1026		Parobé	994	
BL - Microrregião da Campanha Central			São Jorge	1081		Porto Alegre	1017	
Rosário do Sul	1045		São Valentim do Sul	1107		São Leopoldo	1090	
Santa Margarida do Sul	1058		Serafina Corrêa	1119		Sapiranga	1110	
Santana do Livramento	1060		União da Serra	1163		Sapucaia do Sul	1111	
São Gabriel	1077		Vista Alegre do Prata	1184		Sertão Santana	1122	
BM - Microrregião da Campanha Meridional			BW - Microrregião de Ijuí			Viamão	1177	
Aceguá	693		Ajuricaba	696		CF - Microrregião de Restinga Seca		
Bagé	722		Alegria	699		Agudo	695	
Dom Pedrito	829		Augusto Pestana	720		Dona Francisca	830	
Hulha Negra	886		Bozano	747		Faxinal do Soturno	856	
Lavras do Sul	926		Chiapetta	798		Formigueiro	863	
BN - Microrregião da Campanha Ocidental			Condor	805		Ivorá	909	
Alegrete	698		Coronel Barros	809		Nova Palma	972	
Barra do Quaraí	729		Coronel Bicaco	810		Restinga Seca	1033	
Garruchos	868		Ijuí	894		São João do Polêsine	1080	
Itaqui	906		Inhacorá	899		Silveira Martins	1125	
Maçambará	931		Nova Ramada	975		CG - Microrregião de Sananduva		
Manoel Viana	933		Panambi	989		Barracão	727	
Quaraí	1027		Pejuçara	1002		Cacique Doble	755	

São Borja	1073	Santo Augusto	1070	Ibiaçá	889
São Francisco de Assis	1075	São Valério do Sul	1107	Machadinho	930
Uruguaiana	1165	BY - Microrregião de Jaguarão		Maximiliano de Almeida	945
BO - Microrregião de Carazinho		Arroio Grande	718	Paim Filho	985
Almirante Tamandaré do Sul	700	Herval	842	Sananduva	1051
Barra Funda	732	Jaguarão	914	Santo Expedito do Sul	1072
Boa Vista das Missões	736	Pedras Altas	1000	São João da Urtiga	1079
Carazinho	781	BX - Microrregião de Lajeado-Estrela		São José do Ouro	1087
Cerro Grande	792	Arroio do Meio	713	Tupanci do Sul	1157
Chapada	795	Bom Retiro do Sul	744	CH - Microrregião de Santa Cruz do Sul	
Coqueiros do Sul	808	Boqueirão do Leão	745	Arroio do Tigre	717
Jaboticaba	911	Canudos do Vale	773	Candelária	767
Lajeado do Bugre	925	Capitão	780	Estrela Velha	852
Nova Boa Vista	966	Colinas	803	Gramado Xavier	877
Novo Barreiro	983	Coqueiro Baixo	807	Herveiras	884
Palmeira das Missões	987	Cruzeiro do Sul	819	Ibarama	888
Pinhal	1005	Doutor Ricardo	832	Lagoa Bonita do Sul	920
Sagrada Família	1046	Encantado	834	Mato Leitão	943
Santo Antônio do Planalto	1069	Estrela	851	Passa Sete	995
São José das Missões	1082	Fazenda Vilanova	858	Santa Cruz do Sul	1055
São Pedro das Missões	1100	Forquetinha	864	Segredo	1115
Sarandi	1112	Imigrante	897	Sinimbu	1126
BP - Microrregião de Caxias do Sul		Lajeado	924	Sobradinho	1127
Antônio Prado	709	Marques de Souza	940	Vale do Sol	1168
Bento Gonçalves	735	Muçum	957	Venâncio Aires	1171
Boa Vista do Sul	740	Nova Brésia	967	Vera Cruz	1172
Carlos Barbosa	783	Paverama	999	CI - Microrregião de Santa Maria	
Caxias do Sul	788	Pouso Novo	1022	Cacequi	752
Coronel Pilar	811	Progresso	1024	Dilermando de Aguiar	823
Cotiporã	812	Relvado	1032	Itaara	903
Fagundes Varela	854	Roca Sales	1038	Jaguari	915
Farroupilha	855	Santa Clara do Sul	1054	Mata	941
Flores da Cunha	860	Sério	1120	Nova Esperança do Sul	969
Garibaldi	867	Tabaí	1129	Santa Maria	1056
Monte Belo do Sul	950	Taquari	1134	São Martinho da Serra	1095
Nova Pádua	971	Teutônia	1139	São Pedro do Sul	1102
Nova Roma do Sul	976	Travesseiro	1145	São Sepé	1104
Pinto Bandeira	-	Vespasiano Corrêa	1174	São Vicente do Sul	1109
Santa Tereza	1062	Westfália	1187	Toropi	1142
São Marcos	1093	BY - Microrregião do Litoral Lagunar		Vila Nova do Sul	1182
Veranópolis	1173	Chuí	799	CJ - Microrregião de Santa Rosa	
Vila Flores	1179	Rio Grande	1035	Alecrim	697
BQ - Microrregião de Cerro Largo		Santa Vitória do Palmar	1063	Cândido Godói	768
Caibaté	756	São José do Norte	1086	Independência	898
Campina das Missões	762	BZ - Microrregião de Montenegro		Novo Machado	980
Cerro Largo	794	Alto Feliz	703	Porto Lucena	1018
Guarani das Missões	882	Barão	724	Porto Mauá	1019
Mato Queimado	944	Bom Princípio	742	Porto Vera Cruz	1020
Porto Xavier	1021	Brochier	749	Santa Rosa	1061
Roque Gonzales	1044	Capela de Santana	779	Santo Cristo	1071
Salvador das Missões	1049	Feliz	860	São José do Inhacorá	1085
São Paulo das Missões	1098	Harmonia	883	Três de Maio	1149
São Pedro do Butiá	1101	Linha Nova	929	Tucunduva	1155
Sete de Setembro	1123	Maratá	935	Tuparendi	1160
BR - Microrregião de Cruz Alta		Montenegro	951	CK - Microrregião de Santiago	
Alto Alegre	702	Parei Novo	993	Capão do Cipó	776
Boa Vista do Cadeado	738	Poço das Antas	1013	Itacurubi	904
Boa Vista do Incra	739	Portão	1016	Jari	917
Campos Borges	766	Salvador do Sul	1050	Júlio de Castilhos	919
Cruz Alta	817	São José do Hortêncio	1084	Pinhal Grande	1007
Espumoso	847	São José do Sul	1088	Quevedos	1029
Fortaleza dos Valos	865	São Pedro da Serra	1099	Santiago	1064
Ibirubá	892	São Sebastião do Cai	1103	Tupanciretã	1158
Jacuzinho	912	São Vendelino	1108	Unistalda	1164
Jóia	918	Tupandi	1159	CL - Microrregião de Santo Ângelo	
Quinze de Novembro	1030	Vale Real	1169	Bossoroca	746
Saldanha Marinho	1047	CA - Microrregião de Não-Me-Toque		Catuípe	787
Salto do Jacuí	1048	Colorado	804	Dezesseis de Novembro	822
Santa Bárbara do Sul	1052	Lagoa dos Três Cantos	922	Entre-Ijuís	837
BS - Microrregião de Erechim		Não-Me-Toque	960	Eugênio de Castro	853
Aratiba	712	Selbach	1116	Giruí	873

Áurea	721	Tapera	1131	Pirapó	1010
Barão de Cotegipe	725	Tio Hugo	1140	Rolador	1040
Barra do Rio Azul	731	Victor Graeff	1178	Santo Ângelo	1065
Benjamin Constant do Sul	734	CB - Microrregião de Osório		Santo Antônio das Missões	1068
Campinas do Sul	763	Arroio do Sal	714	São Luiz Gonzaga	1092
Carlos Gomes	784	Balneário Pinhal	723	São Miguel das Missões	1096
Centenário	789	Capão da Canoa	775	São Nicolau	1097
Cruzaltense	818	Capivari do Sul	778	Senador Salgado Filho	1117
Entre Rios do Sul	838	Caraá	782	Ubiretama	1162
Erebango	839	Cidreira	801	Vitória das Missões	1186
Erechim	840	Dom Pedro de Alcântara	828	CM - Microrregião de São Jerônimo	
Erval Grande	843	Imbé	896	Arroio dos Ratos	716
Estação	848	Itati	907	Barão do Triunfo	726
Faxinalzinho	857	Mampituba	932	Butiá	750
Florianópolis	861	Maquiné	934	Charqueadas	796
Gaurama	869	Morrinhos do Sul	953	General Câmara	870
Getúlio Vargas	872	Mostardas	956	Minas do Leão	946
Ipiranga do Sul	901	Osório	984	São Jerônimo	1078
Itatiba do Sul	908	Palmares do Sul	986	Triunfo	1154
Jacutinga	913	Santo Antônio da Patrulha	1067	Vale Verde	1167
Marcelino Ramos	937	Tavares	1136	CN - Microrregião das Serras de Sudeste	
Mariano Moro	939	Terra de Areia	1138	Amaral Ferrador	0
Paulo Bento	998	Torres	1143	Caçapava do Sul	0
Ponte Preta	1015	Tramandaí	1144	Candiota	0
Quatro Irmãos	1028	Três Cachoeiras	1147	Encruzilhada do Sul	0
São Valentim	1105	Três Forquilhas	1150	Pinheiro Machado	0
Severiano de Almeida	1124	Xangri-lá	1188	Piratini	0
Três Arroios	1146	CC - Microrregião de Passo Fundo		Santana da Boa Vista	0
Viadutos	1175	Água Santa	694	CO - Microrregião de Soledade	
BT - Microrregião de Frederico Westphalen		Camargo	759	Barros Cassal	733
Alpestre	701	Casca	785	Fontoura Xavier	862
Ametista do Sul	706	Caseiros	786	Ibirapuitã	891
Caiçara	757	Charrua	797	Lagoão	921
Constantina	806	Ciriaco	802	Mormaço	952
Cristal do Sul	816	Coxilha	813	São José do Herval	1083
Dois Irmãos das Missões	825	David Canabarro	820	Soledade	1128
Engenho Velho	836	Ernestina	841	Tunas	1156
Erval Seco	844	Gentil	871	CP - Microrregião de Três Passos	
Frederico Westphalen	866	Ibiraíaras	890	Barra do Guarita	728
Gramado dos Loureiros	876	Marau	936	Boa Vista do Buricá	737
Iraí	902	Mato Castelhano	942	Bom Progresso	743
Liberato Salzano	927	Muliterno	959	Braga	748
Nonoai	962	Nicolau Vergueiro	961	Campo Novo	765
Novo Tiradentes	981	Passo Fundo	997	Crissiumal	814
Novo Xingu	982	Pontão	1014	Derrubadas	821
Palmitinho	988	Ronda Alta	1042	Doutor Maurício Cardoso	831
Pinheirinho do Vale	1008	Santa Cecília do Sul	1053	Esperança do Sul	846
Planalto	1012	Santo Antônio do Palma	1066	Horizontalina	885
Rio dos Índios	1034	São Domingos do Sul	1074	Humaitá	887
Rodeio Bonito	1039	Sertão	1121	Miraguá	947
Rondinha	1043	Tapejara	1130	Nova Candelária	968
Seberi	1113	Vanini	1170	Redentora	1031
Taquaruçu do Sul	1135	Vila Lângaro	1180	São Martinho	1094
Três Palmeiras	1151	Vila Maria	1181	Sede Nova	1114
Trindade do Sul	1153	CD - Microrregião de Pelotas		Tenente Portela	1137
Vicente Dutra	1177	Arroio do Padre	715	Tiradentes do Sul	1141
Vista Alegre	1183	Canguçu	771	Três Passos	1152
BU - Microrregião de Gramado-Canela		Capão do Leão	777	Vista Gaúcha	1185
<u>Canela</u>	770	Cerrito	790	CQ - Microrregião de Vacaria	
Dois Irmãos	824	Cristal	815	Bom Jesus	741
Gramado	875	Morro Redondo	954	Cambará do Sul	760
Igrejinha	893	Pedro Osório	1001	Campestre da Serra	761
Ivoti	910	Pelotas	1003	Capão Bonito do Sul	774
Lindolfo Collor	928	São Lourenço do Sul	1091	Esmeralda	845
Morro Reuter	955	Turuçu	1161	Ipê	900
Nova Petrópolis	973			Jaquirana	916
Picada Café	1004			Lagoa Vermelha	923
Presidente Lucena	1023			Monte Alegre dos Campos	949
Riozinho	1037			Muitos Capões	958
Rolante	1041			Pinhal da Serra	1006
Santa Maria do Herval	1057			São Francisco de Paula	1076

Taquara	1133	São José dos Ausentes	1089
Três Coroas	1148	Vacaria	1166

Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, 2017.

APENDICE B

RESULTADOS DA PESQUISA

Índice de Desenvolvimento Econômico Regional 2005 e 2015

U.F	NOME DO MUNICÍPIO	IDER 2005	IDER 2015	Varição Percentual 2005/2015	U.F	NOME DO MUNICÍPIO	IDER 2005	IDER 2015	Varição Percentual 2005/2015
PR	Abatiá	0,0298	0,0342	0,15	SC	Pinheiro Preto	0,0300	0,0303	0,01
PR	Adrianópolis	0,0256	0,0247	-0,04	SC	Piratuba	0,0286	0,0211	-0,26
PR	Agudos do Sul	0,0384	0,0357	-0,07	SC	Planalto Alegre	0,0239	0,0238	0,00
PR	Almirante Tamandaré	0,0464	0,0468	0,01	SC	Pomerode	0,0491	0,0586	0,19
PR	Altamira do Paraná	0,0226	0,0248	0,10	SC	Ponte Alta	0,0328	0,0315	-0,04
PR	Altônia	0,0361	0,0377	0,04	SC	Ponte Alta do Norte	0,0345	0,0272	-0,21
PR	Alto Paraná	0,0336	0,0486	0,45	SC	Ponte Serrada	0,0397	0,0392	-0,01
PR	Alto Piquiri	0,0350	0,0371	0,06	SC	Porto Belo	0,0260	0,0380	0,46
PR	Alvorada do Sul	0,0335	0,0344	0,03	SC	Porto União	0,0410	0,0435	0,06
PR	Amaporã	0,0307	0,0291	-0,05	SC	Pouso Redondo	0,0363	0,0382	0,05
PR	Ampére	0,0374	0,0422	0,13	SC	Praia Grande	0,0235	0,0298	0,27
PR	Anahy	0,0279	0,0283	0,01	SC	Presidente Castello Branco	0,0250	0,0260	0,04
PR	Andirá	0,0391	0,0430	0,10	SC	Presidente Getúlio	0,0387	0,0407	0,05
PR	Ângulo	0,0266	0,0270	0,02	SC	Presidente Nereu	0,0226	0,0256	0,13
PR	Antonina	0,0320	0,0291	-0,09	SC	Princesa	0,0208	0,0254	0,22
PR	Antônio Olinto	0,0479	0,0427	-0,11	SC	Quilombo	0,0386	0,0397	0,03
PR	Apucarana	0,0952	0,0890	-0,07	SC	Rancho Queimado	0,0131	0,0288	1,20
PR	Arapongas	0,1216	0,1211	0,00	SC	Rio das Antas	0,0341	0,0243	-0,29
PR	Arapoti	0,0922	0,0808	-0,12	SC	Rio do Campo	0,0308	0,0315	0,02
PR	Arapuã	0,0256	0,0305	0,19	SC	Rio do Oeste	0,0324	0,0364	0,12
PR	Araruna	0,0664	0,0686	0,03	SC	Rio do Sul	0,0579	0,0574	-0,01
PR	Araucária	0,1665	0,1008	-0,39	SC	Rio dos Cedros	0,0509	0,0480	-0,06
PR	Ariranha do Ivaí	0,0227	0,0167	-0,26	SC	Rio Fortuna	0,0292	0,0351	0,20
PR	Assaí	0,0444	0,0402	-0,09	SC	Rio Negrinho	0,0717	0,0550	-0,23
PR	Assis Chateaubriand	0,0743	0,0756	0,02	SC	Rio Rufino	0,0217	0,0234	0,08
PR	Astorga	0,0483	0,0483	0,00	SC	Riqueza	0,0285	0,0316	0,11
PR	Atalaia	0,0297	0,0333	0,12	SC	Rodeio	0,0305	0,0291	-0,05
PR	Balsa Nova	0,0384	0,0395	0,03	SC	Romelândia	0,0271	0,0288	0,07
PR	Bandeirantes	0,0530	0,0681	0,28	SC	Salete	0,0296	0,0318	0,08
PR	Barbosa Ferraz	0,0319	0,0332	0,04	SC	Saltinho	0,0230	0,0266	0,16
PR	Barracão	0,0253	0,0302	0,19	SC	Salto Veloso	0,0307	0,0323	0,05
PR	Barra do Jacaré	0,0285	0,0294	0,03	SC	Sangão	0,0240	0,0282	0,17

PR	Bela Vista da Caroba	0,0223	0,0276	0,24	SC	Santa Cecília	0,0486	0,0450	-0,08
PR	Bela Vista do Paraíso	0,0324	0,0372	0,15	SC	Santa Helena	0,0278	0,0283	0,02
PR	Bituruna	0,0418	0,0426	0,02	SC	Santa Rosa de Lima	0,0090	0,0107	0,19
PR	Boa Esperança	0,0335	0,0367	0,10	SC	Santa Rosa do Sul	0,0241	0,0281	0,17
PR	Boa Esperança do Iguaçu	0,0264	0,0274	0,04	SC	Santa Terezinha	0,0359	0,0380	0,06
PR	Boa Ventura de São Roque	0,0286	0,0341	0,19	SC	Santa Terezinha do Progresso	0,0225	0,0226	0,01
PR	Boa Vista da Aparecida	0,0271	0,0297	0,09	SC	Santiago do Sul	0,0090	0,0133	0,48
PR	Bocaiúva do Sul	0,0306	0,0300	-0,02	SC	Santo Amaro da Imperatriz	0,0334	0,0367	0,10
PR	Bom Jesus do Sul	0,0243	0,0273	0,12	SC	São Bernardino	0,0313	0,0201	-0,36
PR	Bom Sucesso	0,0330	0,0320	-0,03	SC	São Bento do Sul	0,0946	0,0759	-0,20
PR	Bom Sucesso do Sul	0,0315	0,0338	0,08	SC	São Bonifácio	0,0284	0,0261	-0,08
PR	Borrazópolis	0,0310	0,0331	0,06	SC	São Carlos	0,0289	0,0378	0,31
PR	Braganey	0,0344	0,0372	0,08	SC	São Cristovão do Sul	0,0324	0,0268	-0,17
PR	Brasilândia do Sul	0,0267	0,0293	0,10	SC	São Domingos	0,0402	0,0402	0,00
PR	Cafeara	0,0248	0,0153	-0,39	SC	São Francisco do Sul	0,0596	0,0760	0,27
PR	Cafelândia	0,0570	0,0705	0,24	SC	São João do Oeste	0,0328	0,0418	0,27
PR	Cafezal do Sul	0,0276	0,0279	0,01	SC	São João Batista	0,0309	0,0365	0,18
PR	Califórnia	0,0293	0,0294	0,00	SC	São João do Itaperiú	0,0158	0,0284	0,80
PR	Cambará	0,0637	0,0500	-0,22	SC	São João do Sul	0,0293	0,0308	0,05
PR	Cambé	0,0883	0,0892	0,01	SC	São Joaquim	0,0972	0,1158	0,19
PR	Cambira	0,0327	0,0330	0,01	SC	São José	0,1246	0,1254	0,01
PR	Campina da Lagoa	0,0504	0,0474	-0,06	SC	São José do Cedro	0,0402	0,0394	-0,02
PR	Campina do Simão	0,0272	0,0302	0,11	SC	São José do Cerrito	0,0289	0,0288	0,00
PR	Campina Grande do Sul	0,0363	0,0367	0,01	SC	São Lourenço do Oeste	0,0463	0,0298	-0,36
PR	Campo Bonito	0,0375	0,0352	-0,06	SC	São Ludgero	0,0407	0,0446	0,10
PR	Campo do Tenente	0,0402	0,0382	-0,05	SC	São Martinho	0,0240	0,0268	0,11
PR	Campo Largo	0,1087	0,0895	-0,18	SC	São Miguel da Boa Vista	0,0245	0,0270	0,10
PR	Campo Magro	0,0370	0,0381	0,03	SC	São Miguel do Oeste	0,0524	0,0527	0,01
PR	Campo Mourão	0,0801	0,1131	0,41	SC	São Pedro de Alcântara	0,0220	0,0270	0,22
PR	Cândido de Abreu	0,0441	0,0432	-0,02	SC	Saudades	0,0348	0,0362	0,04
PR	Candói	0,0471	0,0533	0,13	SC	Schroeder	0,0341	0,0350	0,03
PR	Cantagalo	0,0318	0,0332	0,05	SC	Seara	0,0569	0,0565	-0,01
PR	Capanema	0,0589	0,0471	-0,20	SC	Serra Alta	0,0233	0,0296	0,27
PR	Capitão Leônidas Marques	0,0538	0,0539	0,00	SC	Siderópolis	0,0289	0,0345	0,19
PR	Carambeí	0,0957	0,0956	0,00	SC	Sombrio	0,0507	0,0446	-0,12
PR	Carlópolis	0,0547	0,0546	0,00	SC	Sul Brasil	0,0242	0,0293	0,21
PR	Cascavel	0,2424	0,2458	0,01	SC	Taió	0,0410	0,0404	-0,02
PR	Castro	0,1375	0,1608	0,17	SC	Tangará	0,0405	0,0424	0,05
PR	Catanduvas	0,0469	0,0414	-0,12	SC	Tigrinhos	0,0088	0,0268	2,03
PR	Centenário do Sul	0,0352	0,0360	0,02	SC	Tijucas	0,0465	0,0477	0,03
PR	Cerro Azul	0,0369	0,0359	-0,03	SC	Timbé do Sul	0,0310	0,0313	0,01
PR	Céu Azul	0,0488	0,0483	-0,01	SC	Timbó	0,0536	0,0553	0,03
PR	Chopininho	0,0440	0,0502	0,14	SC	Timbó Grande	0,0253	0,0311	0,23
PR	Cianorte	0,0877	0,0839	-0,04	SC	Três Barras	0,0417	0,0520	0,24
PR	Cidade Gaúcha	0,0588	0,0356	-0,39	SC	Treviso	0,0252	0,0266	0,06
PR	Clevelândia	0,0557	0,0539	-0,03	SC	Treze de Maio	0,0266	0,0287	0,08

PR	Colombo	0,0864	0,0958	0,11	SC	Treze Tílias	0,0313	0,0377	0,20
PR	Colorado	0,0435	0,0435	0,00	SC	Trombudo Central	0,0289	0,0341	0,18
PR	Congonhinhas	0,0334	0,0324	-0,03	SC	Tubarão	0,0626	0,0691	0,11
PR	Conselheiro Mairinck	0,0287	0,0293	0,02	SC	Tunápolis	0,0313	0,0364	0,16
PR	Contenda	0,0361	0,0318	-0,12	SC	Turvo	0,0381	0,0420	0,10
PR	Corbélia	0,0553	0,0597	0,08	SC	União do Oeste	0,0253	0,0259	0,02
PR	Cornélio Procópio	0,0708	0,0653	-0,08	SC	Urubici	0,0329	0,0344	0,04
PR	Coronel Domingos Soares	0,0299	0,0334	0,12	SC	Urupema	0,0241	0,0264	0,09
PR	Coronel Vivida	0,0397	0,0476	0,20	SC	Urussanga	0,0451	0,0419	-0,07
PR	Corumbataí do Sul	0,0237	0,0237	0,00	SC	Vargeão	0,0294	0,0322	0,09
PR	Cruz Machado	0,0328	0,0331	0,01	SC	Vargem	0,0248	0,0260	0,05
PR	Cruzeiro do Iguaçu	0,0405	0,0489	0,21	SC	Vargem Bonita	0,0393	0,0343	-0,13
PR	Cruzeiro do Oeste	0,0416	0,0463	0,11	SC	Vidal Ramos	0,0338	0,0347	0,03
PR	Cruzeiro do Sul	0,0391	0,0465	0,19	SC	Videira	0,0895	0,0800	-0,11
PR	Cruzmaltina	0,1055	0,1079	0,02	SC	Vitor Meireles	0,0296	0,0289	-0,02
PR	Curitiba	0,7873	0,7517	-0,05	SC	Witmarsum	0,0270	0,0292	0,08
PR	Curiúva	0,0390	0,0328	-0,16	SC	Xanxerê	0,0802	0,0621	-0,22
PR	Diamante do Norte	0,0300	0,0286	-0,05	SC	Xavantina	0,0393	0,0200	-0,49
PR	Diamante do Sul	0,0256	0,0270	0,05	SC	Xaxim	0,0846	0,0550	-0,35
PR	Diamante D'Oeste	0,0280	0,0307	0,10	SC	Zortéa	0,0089	0,0109	0,22
PR	Dois Vizinhos	0,0748	0,0814	0,09	RS	Aceguá	0,0232	0,0305	0,31
PR	Douradina	0,0302	0,0337	0,12	RS	Água Santa	0,0108	0,0203	0,88
PR	Doutor Camargo	0,0312	0,0303	-0,03	RS	Agudo	0,0453	0,0445	-0,02
PR	Enéas Marques	0,0375	0,0374	0,00	RS	Ajuricaba	0,0122	0,0207	0,69
PR	Engenheiro Beltrão	0,0478	0,0426	-0,11	RS	Alecrim	0,0290	0,0300	0,03
PR	Entre Rios do Oeste	0,0207	0,0246	0,19	RS	Alegrete	0,1317	0,1256	-0,05
PR	Esperança Nova	0,0164	0,0353	1,15	RS	Alegria	0,0222	0,0146	-0,34
PR	Espigão Alto do Iguaçu	0,0289	0,0304	0,05	RS	Almirante Tamandaré do Sul	0,0104	0,0166	0,59
PR	Farol	0,0308	0,0332	0,08	RS	Alpestre	0,0281	0,0290	0,03
PR	Faxinal	0,0418	0,0460	0,10	RS	Alto Alegre	0,0236	0,0124	-0,48
PR	Fazenda Rio Grande	0,0485	0,0493	0,02	RS	Alto Feliz	0,0318	0,0225	-0,29
PR	Fênix	0,0308	0,0181	-0,41	RS	Alvorada	0,0466	0,0493	0,06
PR	Fernandes Pinheiro	0,0308	0,0344	0,12	RS	Amaral Ferrador	0,0219	0,0126	-0,43
PR	Figueira	0,0285	0,0266	-0,07	RS	Ametista do Sul	0,0204	0,0242	0,19
PR	Floraí	0,0348	0,0371	0,07	RS	André da Rocha	0,0109	0,0213	0,95
PR	Flor da Serra do Sul	0,0311	0,0312	0,00	RS	Anta Gorda	0,0324	0,0198	-0,39
PR	Floresta	0,0321	0,0327	0,02	RS	Antônio Prado	0,0390	0,0365	-0,06
PR	Florestópolis	0,0328	0,0330	0,01	RS	Arambaré	0,0172	0,0230	0,34
PR	Flórida	0,0217	0,0234	0,08	RS	Araricá	0,0074	0,0093	0,26
PR	Formosa do Oeste	0,0448	0,0491	0,10	RS	Aratiba	0,0385	0,0449	0,17
PR	Foz do Iguaçu	0,1887	0,1533	-0,19	RS	Arroio do Meio	0,0455	0,0458	0,00
PR	Francisco Alves	0,0322	0,0355	0,10	RS	Arroio do Sal	0,0201	0,0085	-0,58
PR	Francisco Beltrão	0,0843	0,0821	-0,03	RS	Arroio do Padre	0,0092	0,0446	3,87
PR	Foz do Jordão	0,0268	0,0278	0,04	RS	Arroio dos Ratos	0,0244	0,0268	0,10
PR	General Carneiro	0,0560	0,0431	-0,23	RS	Arroio do Tigre	0,0357	0,0424	0,19
PR	Godoy Moreira	0,0223	0,0250	0,12	RS	Arroio Grande	0,0674	0,0720	0,07

PR	Goioerê	0,0597	0,0496	-0,17	RS	Arvorezinha	0,0339	0,0353	0,04
PR	Goioxim	0,0302	0,0335	0,11	RS	Augusto Pestana	0,0249	0,0304	0,22
PR	Grandes Rios	0,0281	0,0287	0,02	RS	Áurea	0,0152	0,0320	1,11
PR	Guaira	0,0422	0,0471	0,12	RS	Bagé	0,0967	0,0924	-0,04
PR	Guairaçá	0,0338	0,0425	0,26	RS	Balneário Pinhal	0,0146	0,0247	0,70
PR	Guamiranga	0,0333	0,0380	0,14	RS	Barão	0,0248	0,0159	-0,36
PR	Guapirama	0,0303	0,0325	0,07	RS	Barão de Cotegipe	0,0257	0,0318	0,24
PR	Guaporema	0,0253	0,0153	-0,40	RS	Barão do Triunfo	0,0242	0,0137	-0,43
PR	Guaraci	0,0267	0,0308	0,16	RS	Barracão	0,0241	0,0203	-0,16
PR	Guaraniaçu	0,0533	0,0522	-0,02	RS	Barra do Guarita	0,0080	0,0115	0,43
PR	Guarapuava	0,1622	0,1600	-0,01	RS	Barra do Quaraí	0,0297	0,0256	-0,14
PR	Guaraqueçaba	0,0219	0,0246	0,12	RS	Barra do Ribeiro	0,0417	0,0573	0,37
PR	Guaratuba	0,0333	0,0349	0,05	RS	Barra do Rio Azul	0,0245	0,0111	-0,55
PR	Honório Serpa	0,0402	0,0362	-0,10	RS	Barra Funda	0,0088	0,0140	0,60
PR	Ibaiti	0,0680	0,0538	-0,21	RS	Barros Cassal	0,0304	0,0189	-0,38
PR	Ibema	0,0325	0,0319	-0,02	RS	Benjamin Constant do Sul	0,0114	0,0128	0,13
PR	Ibiporã	0,0526	0,0655	0,25	RS	Bento Gonçalves	0,1107	0,1015	-0,08
PR	Icaraíma	0,0316	0,0347	0,10	RS	Boa Vista das Missões	0,0122	0,0175	0,44
PR	Iguaraçu	0,0286	0,0314	0,09	RS	Boa Vista do Buricá	0,0106	0,0171	0,62
PR	Iguatu	0,0254	0,0307	0,21	RS	Boa Vista do Cadeado	0,0126	0,0275	1,19
PR	Imbaú	0,0341	0,0265	-0,22	RS	Boa Vista do Incra	0,0126	0,0210	0,67
PR	Imbituva	0,0562	0,0652	0,16	RS	Boa Vista do Sul	0,0138	0,0128	-0,08
PR	Inácio Martins	0,0450	0,0294	-0,35	RS	Bom Jesus	0,0417	0,0561	0,35
PR	Inajá	0,0253	0,0283	0,12	RS	Bom Princípio	0,0331	0,0330	0,00
PR	Indianópolis	0,0245	0,0307	0,26	RS	Bom Progresso	0,0238	0,0128	-0,46
PR	Ipiranga	0,0554	0,0443	-0,20	RS	Bom Retiro do Sul	0,0373	0,0314	-0,16
PR	Iporã	0,0377	0,0383	0,02	RS	Boqueirão do Leão	0,0320	0,0255	-0,20
PR	Iracema do Oeste	0,0282	0,0297	0,05	RS	Bossoroca	0,0302	0,0410	0,36
PR	Irati	0,0731	0,0810	0,11	RS	Bozano	0,0087	0,0143	0,65
PR	Iretama	0,0186	0,0359	0,93	RS	Braga	0,0083	0,0133	0,60
PR	Itaguajé	0,0247	0,0251	0,02	RS	Brochier	0,0230	0,0120	-0,48
PR	Itaipulândia	0,0291	0,0387	0,33	RS	Butiá	0,0454	0,0428	-0,06
PR	Itambaracá	0,0264	0,0305	0,15	RS	Caçapava do Sul	0,0461	0,0501	0,09
PR	Itambé	0,0352	0,0364	0,03	RS	Cacequi	0,0465	0,0501	0,08
PR	Itapejara d'Oeste	0,0402	0,0438	0,09	RS	Cachoeira do Sul	0,1050	0,1385	0,32
PR	Itaperuçu	0,0267	0,0318	0,19	RS	Cachoeirinha	0,0697	0,0730	0,05
PR	Itaúna do Sul	0,0232	0,0247	0,07	RS	Cacique Doble	0,0220	0,0279	0,27
PR	Ivaí	0,0406	0,0400	-0,01	RS	Caibaté	0,0241	0,0262	0,09
PR	Ivaiporã	0,0410	0,0407	-0,01	RS	Caíçara	0,0286	0,0179	-0,37
PR	Ivaté	0,0330	0,0353	0,07	RS	Camaquã	0,0830	0,0901	0,09
PR	Ivatuba	0,0319	0,0143	-0,55	RS	Camargo	0,0261	0,0322	0,23
PR	Jaboti	0,0288	0,0307	0,06	RS	Cambará do Sul	0,0296	0,0265	-0,11
PR	Jacarezinho	0,0742	0,0785	0,06	RS	Campestre da Serra	0,0119	0,0161	0,35
PR	Jaguapitã	0,0401	0,0493	0,23	RS	Campina das Missões	0,0294	0,0151	-0,49
PR	Jaguariaíva	0,0706	0,0777	0,10	RS	Campinas do Sul	0,0266	0,0239	-0,10
PR	Jandaia do Sul	0,0365	0,0362	-0,01	RS	Campo Bom	0,0794	0,0584	-0,26

PR	Janiópolis	0,0318	0,0335	0,05	RS	Campo Novo	0,0214	0,0317	0,48
PR	Japira	0,0261	0,0266	0,02	RS	Campos Borges	0,0221	0,0142	-0,36
PR	Japurá	0,0283	0,0315	0,11	RS	Candelária	0,0531	0,0518	-0,02
PR	Jardim Alegre	0,0316	0,0334	0,06	RS	Cândido Godói	0,0274	0,0303	0,11
PR	Jardim Olinda	0,0202	0,0285	0,41	RS	Candiota	0,0265	0,0169	-0,36
PR	Jataizinho	0,0285	0,0292	0,02	RS	Canela	0,0343	0,0361	0,05
PR	Jesuítas	0,0338	0,0374	0,10	RS	Canguçu	0,0782	0,0929	0,19
PR	Joaquim Távora	0,0309	0,0362	0,17	RS	Canoas	0,2512	0,1069	-0,57
PR	Jundiá do Sul	0,0261	0,0272	0,04	RS	Canudos do Vale	0,0084	0,0109	0,29
PR	Juranda	0,0367	0,0386	0,05	RS	Capão Bonito do Sul	0,0116	0,1894	15,27
PR	Jussara	0,0318	0,0495	0,56	RS	Capão da Canoa	0,0285	0,0311	0,09
PR	Kaloré	0,0251	0,0324	0,29	RS	Capão do Cipó	0,0134	0,0548	3,10
PR	Lapa	0,0988	0,0911	-0,08	RS	Capão do Leão	0,0346	0,0392	0,13
PR	Laranjal	0,0234	0,0272	0,16	RS	Capivari do Sul	0,0353	0,0240	-0,32
PR	Laranjeiras do Sul	0,0410	0,0482	0,17	RS	Capela de Santana	0,0205	0,0238	0,16
PR	Leópolis	0,0308	0,0302	-0,02	RS	Capitão	0,0154	0,0189	0,22
PR	Lidianópolis	0,0252	0,0276	0,10	RS	Caraá	0,0603	0,0627	0,04
PR	Lindoeste	0,0295	0,0369	0,25	RS	Carazinho	0,0293	0,0276	-0,06
PR	Loanda	0,0352	0,0384	0,09	RS	Carlos Barbosa	0,0587	0,0595	0,01
PR	Lobato	0,0528	0,0547	0,04	RS	Carlos Gomes	0,0073	0,0096	0,32
PR	Londrina	0,2634	0,2494	-0,05	RS	Casca	0,0362	0,0392	0,08
PR	Luiziana	0,0468	0,0480	0,03	RS	Caseiros	0,0219	0,0154	-0,30
PR	Lunardelli	0,0263	0,0276	0,05	RS	Catuípe	0,0485	0,0575	0,19
PR	Lupionópolis	0,0236	0,0258	0,09	RS	Caxias do Sul	0,3813	0,3384	-0,11
PR	Mallet	0,0469	0,0510	0,09	RS	Centenário	0,0227	0,0296	0,31
PR	Mamborê	0,0533	0,0579	0,08	RS	Cerrito	0,0188	0,0143	-0,24
PR	Mandaguaçu	0,0420	0,0426	0,01	RS	Cerro Branco	0,0101	0,0139	0,38
PR	Mandaguari	0,0565	0,0611	0,08	RS	Cerro Grande	0,0189	0,0102	-0,46
PR	Mandirituba	0,0378	0,0438	0,16	RS	Cerro Grande do Sul	0,0230	0,0161	-0,30
PR	Manfrinópolis	0,0253	0,0127	-0,50	RS	Cerro Largo	0,0317	0,0214	-0,33
PR	Mangueirinha	0,0573	0,0582	0,02	RS	Chapada	0,0371	0,0362	-0,02
PR	Manoel Ribas	0,0337	0,0430	0,27	RS	Charqueadas	0,0445	0,0432	-0,03
PR	Marechal Cândido Rondon	0,0721	0,0851	0,18	RS	Charrua	0,0238	0,0134	-0,44
PR	Maria Helena	0,0307	0,0297	-0,03	RS	Chiapetta	0,0285	0,0251	-0,12
PR	Marialva	0,0527	0,0652	0,24	RS	Chuí	0,0256	0,0252	-0,02
PR	Marilândia do Sul	0,0445	0,0410	-0,08	RS	Chувиска	0,0119	0,0144	0,21
PR	Marilena	0,0257	0,0308	0,20	RS	Cidreira	0,0256	0,0246	-0,04
PR	Mariluz	0,0405	0,0451	0,11	RS	Ciríaco	0,0275	0,0320	0,16
PR	Maringá	0,1743	0,2175	0,25	RS	Colinas	0,0089	0,0111	0,25
PR	Mariópolis	0,0342	0,0366	0,07	RS	Colorado	0,0139	0,0193	0,38
PR	Maripá	0,0387	0,0444	0,15	RS	Condor	0,0307	0,0274	-0,11
PR	Marmeleiro	0,0367	0,0422	0,15	RS	Constantina	0,0262	0,0343	0,31
PR	Marquinho	0,0247	0,0259	0,05	RS	Coqueiro Baixo	0,0091	0,0117	0,28
PR	Marumbi	0,0226	0,0295	0,30	RS	Coqueiros do Sul	0,0103	0,0176	0,72
PR	Matelândia	0,0458	0,0526	0,15	RS	Coronel Barros	0,0088	0,0136	0,54
PR	Matinhos	0,0317	0,0319	0,01	RS	Coronel Bicaco	0,0273	0,0376	0,38

PR	Mato Rico	0,0238	0,0282	0,18	RS	Coronel Pilar	0,0107	0,0099	-0,07
PR	Mauá da Serra	0,0333	0,0347	0,04	RS	Cotiporã	0,0280	0,0136	-0,51
PR	Medianeira	0,0547	0,0669	0,22	RS	Coxilha	0,0252	0,0353	0,40
PR	Mercedes	0,0335	0,0356	0,06	RS	Crissiumal	0,0352	0,0371	0,05
PR	Mirador	0,0274	0,0206	-0,25	RS	Cristal	0,0308	0,0335	0,09
PR	Miraselva	0,0218	0,0243	0,12	RS	Cristal do Sul	0,0269	0,0134	-0,50
PR	Missal	0,0381	0,0407	0,07	RS	Cruz Alta	0,0793	0,1015	0,28
PR	Moreira Sales	0,0483	0,0376	-0,22	RS	Cruzaltense	0,0229	0,0121	-0,47
PR	Morretes	0,0320	0,0286	-0,11	RS	Cruzeiro do Sul	0,0335	0,0338	0,01
PR	Munhoz de Melo	0,0232	0,0315	0,36	RS	David Canabarro	0,0256	0,0175	-0,32
PR	Nossa Senhora das Graças	0,0258	0,0268	0,04	RS	Derrubadas	0,0098	0,0147	0,50
PR	Nova Aliança do Ivaí	0,0130	0,0278	1,14	RS	Dezesseis de Novembro	0,0080	0,0087	0,10
PR	Nova América da Colina	0,0282	0,0378	0,34	RS	Dilermando de Aguiar	0,0130	0,0181	0,39
PR	Nova Aurora	0,0504	0,0580	0,15	RS	Dois Irmãos	0,0556	0,0457	-0,18
PR	Nova Cantu	0,0330	0,0373	0,13	RS	Dois Irmãos das Missões	0,0098	0,0167	0,70
PR	Nova Esperança	0,0478	0,0459	-0,04	RS	Dois Lajeados	0,0285	0,0294	0,03
PR	Nova Esperança do Sudoeste	0,0298	0,0280	-0,06	RS	Dom Feliciano	0,0209	0,0202	-0,03
PR	Nova Fátima	0,0305	0,0301	-0,01	RS	Dom Pedrito	0,0704	0,0495	-0,30
PR	Nova Laranjeiras	0,0332	0,0328	-0,01	RS	Dom Pedro de Alcântara	0,1000	0,1068	0,07
PR	Nova Londrina	0,0349	0,0421	0,21	RS	Dona Francisca	0,0230	0,0222	-0,03
PR	Nova Olímpia	0,0287	0,0297	0,03	RS	Doutor Maurício Cardoso	0,0254	0,0198	-0,22
PR	Nova Prata do Iguaçu	0,0264	0,0302	0,14	RS	Doutor Ricardo	0,0102	0,0131	0,29
PR	Nova Santa Bárbara	0,0337	0,0425	0,26	RS	Eldorado do Sul	0,0715	0,0483	-0,33
PR	Nova Santa Rosa	0,0363	0,0399	0,10	RS	Encantado	0,0452	0,0424	-0,06
PR	Nova Tebas	0,0258	0,0289	0,12	RS	Encruzilhada do Sul	0,0464	0,0555	0,20
PR	Novo Itacolomi	0,0256	0,0279	0,09	RS	Engenho Velho	0,0201	0,0189	-0,06
PR	Ortigueira	0,0614	0,0607	-0,01	RS	Entre-Ijuís	0,0241	0,0405	0,68
PR	Ourizona	0,0340	0,0306	-0,10	RS	Entre Rios do Sul	0,0261	0,0155	-0,41
PR	Ouro Verde do Oeste	0,0342	0,0376	0,10	RS	Erebango	0,0307	0,0210	-0,32
PR	Paiçandu	0,0401	0,0394	-0,02	RS	Errechim	0,0849	0,0910	0,07
PR	Palmas	0,0652	0,0940	0,44	RS	Ernestina	0,0111	0,0266	1,40
PR	Palmeira	0,0809	0,0894	0,11	RS	Herval	0,0264	0,0185	-0,30
PR	Palmital	0,0303	0,0415	0,37	RS	Erval Grande	0,0208	0,0294	0,41
PR	Palotina	0,0773	0,0874	0,13	RS	Erval Seco	0,0136	0,0318	1,35
PR	Paraíso do Norte	0,0351	0,0567	0,62	RS	Esmeralda	0,0130	0,0235	0,81
PR	Paranacity	0,0412	0,0383	-0,07	RS	Esperança do Sul	0,0096	0,0151	0,57
PR	Paranaguá	0,1685	0,1790	0,06	RS	Espumoso	0,0370	0,0504	0,36
PR	Paranapoema	0,0237	0,0273	0,15	RS	Estação	0,0238	0,0302	0,27
PR	Paranavaí	0,0718	0,0913	0,27	RS	Estância Velha	0,0540	0,0465	-0,14
PR	Pato Bragado	0,0307	0,0352	0,15	RS	Esteio	0,0554	0,0530	-0,04
PR	Pato Branco	0,0796	0,0975	0,22	RS	Estrela	0,0463	0,0490	0,06
PR	Paula Freitas	0,0355	0,0418	0,17	RS	Estrela Velha	0,0103	0,0194	0,88
PR	Paulo Frontin	0,0381	0,0426	0,12	RS	Eugênio de Castro	0,0091	0,0174	0,91
PR	Peabiru	0,0341	0,0373	0,09	RS	Fagundes Varela	0,0290	0,0289	0,00
PR	Perobal	0,0324	0,0323	0,00	RS	Farroupilha	0,0888	0,0819	-0,08
PR	Pérola	0,0294	0,0390	0,33	RS	Faxinal do Soturno	0,0223	0,0245	0,10

PR	Pérola d'Oeste	0,0285	0,0305	0,07	RS	Faxinalzinho	0,0181	0,0209	0,16
PR	Piên	0,0619	0,0549	-0,11	RS	Fazenda Vilanova	0,0134	0,0142	0,06
PR	Pinhais	0,0817	0,0773	-0,05	RS	Feliz	0,0325	0,0328	0,01
PR	Pinhalão	0,0285	0,0316	0,11	RS	Flores da Cunha	0,0636	0,0589	-0,07
PR	Pinhal de São Bento	0,0229	0,0249	0,09	RS	Floriano Peixoto	0,0081	0,0290	2,56
PR	Pinhão	0,0672	0,0700	0,04	RS	Fontoura Xavier	0,0301	0,0288	-0,04
PR	Pirai do Sul	0,0615	0,0713	0,16	RS	Formigueiro	0,0251	0,0272	0,08
PR	Piraquara	0,0411	0,0431	0,05	RS	Forquetinha	0,0095	0,0098	0,03
PR	Pitanga	0,0552	0,0651	0,18	RS	Fortaleza dos Valos	0,0326	0,0295	-0,10
PR	Pitangueiras	0,0277	0,0269	-0,03	RS	Frederico Westphalen	0,0454	0,0438	-0,03
PR	Planaltina do Paraná	0,0270	0,0279	0,03	RS	Garibaldi	0,0574	0,0585	0,02
PR	Planalto	0,0489	0,0523	0,07	RS	Garruchos	0,0229	0,0154	-0,32
PR	Ponta Grossa	0,2563	0,2366	-0,08	RS	Gaurama	0,0272	0,0326	0,20
PR	Pontal do Paraná	0,0312	0,0314	0,01	RS	General Câmara	0,0337	0,0261	-0,23
PR	Porecatu	0,0436	0,0333	-0,24	RS	Gentil	0,0100	0,0148	0,48
PR	Porto Amazonas	0,0332	0,0312	-0,06	RS	Getúlio Vargas	0,0334	0,0385	0,15
PR	Porto Barreiro	0,0237	0,0260	0,10	RS	Giruá	0,0391	0,0597	0,53
PR	Porto Rico	0,0219	0,0139	-0,37	RS	Glorinha	0,0299	0,0255	-0,15
PR	Porto Vitória	0,0272	0,0244	-0,10	RS	Gramado	0,0438	0,0430	-0,02
PR	Prado Ferreira	0,0223	0,0226	0,01	RS	Gramado dos Loureiros	0,0080	0,0106	0,32
PR	Pranchita	0,0323	0,0320	-0,01	RS	Gramado Xavier	0,0216	0,0329	0,52
PR	Presidente Castelo Branco	0,0269	0,0309	0,15	RS	Gravataí	0,1391	0,1632	0,17
PR	Primeiro de Maio	0,0316	0,0345	0,09	RS	Guabiju	0,0137	0,0182	0,33
PR	Prudentópolis	0,0678	0,0752	0,11	RS	Guaíba	0,0767	0,0789	0,03
PR	Quarto Centenário	0,0317	0,0371	0,17	RS	Guaporé	0,0384	0,0457	0,19
PR	Quatiguá	0,0282	0,0295	0,05	RS	Guarani das Missões	0,0273	0,0314	0,15
PR	Quatro Barras	0,0407	0,0388	-0,05	RS	Harmonia	0,0247	0,0313	0,27
PR	Quatro Pontes	0,0316	0,0365	0,15	RS	Herveiras	0,0206	0,0114	-0,45
PR	Quedas do Iguaçu	0,0653	0,0571	-0,13	RS	Horizontina	0,0701	0,0442	-0,37
PR	Querência do Norte	0,0346	0,0323	-0,07	RS	Hulha Negra	0,0238	0,0205	-0,14
PR	Quinta do Sol	0,0318	0,0324	0,02	RS	Humaitá	0,0267	0,0293	0,09
PR	Quitandinha	0,0403	0,0395	-0,02	RS	Ibarama	0,0114	0,0139	0,21
PR	Ramilândia	0,0263	0,0264	0,01	RS	Ibiaçá	0,0280	0,0373	0,33
PR	Rancho Alegre	0,0282	0,0293	0,04	RS	Ibiraiaras	0,0283	0,0347	0,23
PR	Rancho Alegre D'Oeste	0,0286	0,0312	0,09	RS	Ibirapuitã	0,0227	0,0141	-0,38
PR	Realeza	0,0374	0,0455	0,22	RS	Ibirubá	0,0457	0,0443	-0,03
PR	Rebouças	0,0408	0,0455	0,12	RS	Igrejinha	0,0478	0,0508	0,06
PR	Renascença	0,0347	0,0384	0,11	RS	Ijuí	0,0581	0,0711	0,22
PR	Reserva	0,0630	0,0567	-0,10	RS	Ilópolis	0,0280	0,0183	-0,35
PR	Reserva do Iguaçu	0,0305	0,0302	-0,01	RS	Imbé	0,0090	0,0150	0,67
PR	Ribeirão Claro	0,0371	0,0411	0,11	RS	Imigrante	0,0113	0,0152	0,34
PR	Ribeirão do Pinhal	0,0338	0,0323	-0,04	RS	Independência	0,0281	0,0214	-0,24
PR	Rio Azul	0,0527	0,0564	0,07	RS	Inhacorá	0,0076	0,0140	0,84
PR	Rio Bom	0,0284	0,0275	-0,03	RS	Ipê	0,0364	0,0263	-0,28
PR	Rio Bonito do Iguaçu	0,0344	0,0362	0,05	RS	Ipiranga do Sul	0,0106	0,0139	0,31
PR	Rio Branco do Ivaí	0,0293	0,0278	-0,05	RS	Iraí	0,0281	0,0297	0,05

PR	Rio Branco do Sul	0,0514	0,0497	-0,03	RS	Itaara	0,0084	0,0134	0,60
PR	Rio Negro	0,0614	0,0592	-0,04	RS	Itacurubi	0,0130	0,0270	1,08
PR	Rolândia	0,0889	0,0903	0,02	RS	Itapuca	0,0260	0,0149	-0,43
PR	Roncador	0,0380	0,0510	0,34	RS	Itaqui	0,1101	0,1153	0,05
PR	Rondon	0,0536	0,0380	-0,29	RS	Itati	0,0227	0,0223	-0,02
PR	Rosário do Ivaí	0,0266	0,0278	0,04	RS	Itatiba do Sul	0,0115	0,0132	0,15
PR	Sabáudia	0,0393	0,0384	-0,02	RS	Ivorá	0,0208	0,0123	-0,41
PR	Salgado Filho	0,0271	0,0306	0,13	RS	Ivoti	0,0428	0,0365	-0,15
PR	Salto do Itararé	0,0360	0,0268	-0,25	RS	Jaboticaba	0,0226	0,0136	-0,40
PR	Salto do Lontra	0,0391	0,0472	0,21	RS	Jacuizinho	0,0199	0,0168	-0,16
PR	Santa Amélia	0,0237	0,0253	0,07	RS	Jacutinga	0,0263	0,0182	-0,31
PR	Santa Cecília do Pavão	0,0235	0,0253	0,08	RS	Jaguarão	0,0563	0,0668	0,19
PR	Santa Cruz de Monte Castelo	0,0358	0,0358	0,00	RS	Jaguari	0,0264	0,0291	0,10
PR	Santa Fé	0,0340	0,0340	0,00	RS	Jaquirana	0,0223	0,0132	-0,41
PR	Santa Helena	0,0478	0,0660	0,38	RS	Jari	0,0144	0,0245	0,70
PR	Santa Inês	0,0223	0,0272	0,22	RS	Jóia	0,0369	0,0562	0,53
PR	Santa Isabel do Ivaí	0,0267	0,0324	0,22	RS	Júlio de Castilhos	0,0457	0,0719	0,57
PR	Santa Izabel do Oeste	0,0349	0,0409	0,17	RS	Lagoa dos Três Cantos	0,0221	0,0247	0,12
PR	Santa Lúcia	0,0255	0,0301	0,18	RS	Lagoão	0,0248	0,0144	-0,42
PR	Santa Maria do Oeste	0,0295	0,0346	0,18	RS	Lagoa Bonita do Sul	0,0128	0,0198	0,55
PR	Santa Mariana	0,0396	0,0388	-0,02	RS	Lagoa Vermelha	0,0428	0,0570	0,33
PR	Santa Mônica	0,0217	0,0167	-0,23	RS	Lajeado	0,0744	0,0650	-0,13
PR	Santana do Itararé	0,0276	0,0308	0,12	RS	Lajeado do Bugre	0,0154	0,0100	-0,35
PR	Santa Tereza do Oeste	0,0410	0,0415	0,01	RS	Lavras do Sul	0,0410	0,0427	0,04
PR	Santa Terezinha de Itaipu	0,0377	0,0394	0,05	RS	Liberato Salzano	0,0101	0,0149	0,47
PR	Santo Antônio da Platina	0,0544	0,0571	0,05	RS	Lindolfo Collor	0,0289	0,0142	-0,51
PR	Santo Antônio do Caiuá	0,0237	0,0261	0,10	RS	Linha Nova	0,0097	0,0144	0,49
PR	Santo Antônio do Paraíso	0,0261	0,0250	-0,04	RS	Machadinho	0,0237	0,0261	0,10
PR	Santo Antônio do Sudoeste	0,0424	0,0526	0,24	RS	Maçambará	0,0336	0,0299	-0,11
PR	Santo Inácio	0,0295	0,0358	0,21	RS	Mampituba	0,0089	0,0119	0,34
PR	São Carlos do Ivaí	0,0355	0,0357	0,01	RS	Manoel Viana	0,0291	0,0379	0,30
PR	São Jerônimo da Serra	0,0267	0,0308	0,16	RS	Maquiné	0,0234	0,0251	0,07
PR	São João	0,0360	0,0452	0,26	RS	Maratá	0,0109	0,0138	0,26
PR	São João do Caiuá	0,0287	0,0316	0,10	RS	Marau	0,0675	0,0746	0,10
PR	São João do Ivaí	0,0346	0,0334	-0,04	RS	Marcelino Ramos	0,0239	0,0263	0,10
PR	São João do Triunfo	0,0454	0,0620	0,37	RS	Mariana Pimentel	0,0105	0,0112	0,07
PR	São Jorge d'Oeste	0,0350	0,0380	0,09	RS	Mariano Moro	0,0083	0,0259	2,11
PR	São Jorge do Ivaí	0,0426	0,0408	-0,04	RS	Marques de Souza	0,0103	0,0125	0,22
PR	São Jorge do Patrocínio	0,0256	0,0282	0,10	RS	Mata	0,0200	0,0262	0,31
PR	São José da Boa Vista	0,0314	0,0327	0,04	RS	Mato Castelhano	0,0220	0,0283	0,28
PR	São José das Palmeiras	0,0375	0,0269	-0,28	RS	Mato Leitão	0,0245	0,0317	0,29
PR	São José dos Pinhais	0,3470	0,3101	-0,11	RS	Mato Queimado	0,0180	0,0243	0,35
PR	São Manoel do Paraná	0,0249	0,0299	0,20	RS	Maximiliano de Almeida	0,0102	0,0140	0,38
PR	São Mateus do Sul	0,0760	0,0889	0,17	RS	Minas do Leão	0,0236	0,0299	0,26
PR	São Miguel do Guaçu	0,0646	0,0678	0,05	RS	Miraguaí	0,0189	0,0272	0,44
PR	São Pedro do Guaçu	0,0332	0,0324	-0,02	RS	Montauri	0,0231	0,0163	-0,30

PR	São Pedro do Ivaí	0,0726	0,0624	-0,14	RS	Monte Alegre dos Campos	0,0220	0,0114	-0,48
PR	São Pedro do Paraná	0,0125	0,0133	0,06	RS	Monte Belo do Sul	0,0294	0,0173	-0,41
PR	São Sebastião da Amoreira	0,0331	0,0358	0,08	RS	Montenegro	0,0932	0,0866	-0,07
PR	São Tomé	0,0338	0,0343	0,01	RS	Mormaço	0,0088	0,0119	0,35
PR	Sapopema	0,0268	0,0312	0,17	RS	Morrinhos do Sul	0,0099	0,0105	0,05
PR	Sarandi	0,0481	0,0446	-0,07	RS	Morro Redondo	0,0260	0,0220	-0,15
PR	Saudade do Iguaçu	0,0480	0,0364	-0,24	RS	Morro Reuter	0,0128	0,0265	1,07
PR	Sengés	0,0677	0,0472	-0,30	RS	Mostardas	0,0521	0,0534	0,03
PR	Serranópolis do Iguaçu	0,0355	0,0248	-0,30	RS	Muçum	0,0244	0,0284	0,17
PR	Sertaneja	0,0347	0,0353	0,02	RS	Muitos Capões	0,0318	0,0647	1,04
PR	Sertanópolis	0,0480	0,0464	-0,03	RS	Muliterno	0,0220	0,0107	-0,51
PR	Siqueira Campos	0,0342	0,0401	0,17	RS	Não-Me-Toque	0,0499	0,0531	0,07
PR	Sulina	0,0272	0,0282	0,04	RS	Nicolau Vergueiro	0,0103	0,0162	0,57
PR	Tamarana	0,0343	0,0382	0,11	RS	Nonoai	0,0285	0,0347	0,22
PR	Tamboara	0,0290	0,0311	0,07	RS	Nova Alvorada	0,0251	0,0181	-0,28
PR	Tapejara	0,0434	0,0415	-0,04	RS	Nova Araçá	0,0290	0,0345	0,19
PR	Tapira	0,0283	0,0278	-0,02	RS	Nova Bassano	0,0422	0,0474	0,12
PR	Teixeira Soares	0,0458	0,0529	0,16	RS	Nova Boa Vista	0,0094	0,0146	0,56
PR	Telêmaco Borba	0,1495	0,0932	-0,38	RS	Nova Brésia	0,0303	0,0146	-0,52
PR	Terra Boa	0,0392	0,0438	0,12	RS	Nova Candelária	0,0123	0,0187	0,52
PR	Terra Rica	0,0393	0,0414	0,05	RS	Nova Esperança do Sul	0,0261	0,0289	0,11
PR	Terra Roxa	0,0479	0,0556	0,16	RS	Nova Hartz	0,0315	0,0327	0,04
PR	Tibagi	0,1011	0,0944	-0,07	RS	Nova Pádua	0,0272	0,0252	-0,07
PR	Tijucas do Sul	0,0374	0,0396	0,06	RS	Nova Palma	0,0272	0,0308	0,13
PR	Toledo	0,1571	0,1645	0,05	RS	Nova Petrópolis	0,0423	0,0400	-0,05
PR	Tomazina	0,0359	0,0331	-0,08	RS	Nova Prata	0,0565	0,0476	-0,16
PR	Três Barras do Paraná	0,0381	0,0405	0,06	RS	Nova Ramada	0,0089	0,0138	0,55
PR	Tunas do Paraná	0,0290	0,0290	0,00	RS	Nova Roma do Sul	0,0270	0,0149	-0,45
PR	Tuneiras do Oeste	0,0337	0,0348	0,03	RS	Nova Santa Rita	0,0301	0,0345	0,15
PR	Tupãssi	0,0390	0,0377	-0,03	RS	Novo Cabrais	0,0229	0,0264	0,15
PR	Turvo	0,0347	0,0373	0,07	RS	Novo Hamburgo	0,1394	0,1077	-0,23
PR	Ubiratã	0,0601	0,0654	0,09	RS	Novo Machado	0,1794	0,1741	-0,03
PR	Umuarama	0,0726	0,0854	0,18	RS	Novo Tiradentes	0,0203	0,0136	-0,33
PR	União da Vitória	0,0575	0,0509	-0,12	RS	Novo Xingu	0,0238	0,0103	-0,57
PR	Uniflor	0,0230	0,0268	0,16	RS	Novo Barreiro	0,0215	0,0268	0,25
PR	Uraí	0,0362	0,0346	-0,04	RS	Osório	0,0393	0,0409	0,04
PR	Wenceslau Braz	0,0342	0,0364	0,06	RS	Paim Filho	0,0242	0,0299	0,24
PR	Ventania	0,0439	0,0419	-0,04	RS	Palmares do Sul	0,0418	0,0414	-0,01
PR	Vera Cruz do Oeste	0,0376	0,0396	0,05	RS	Palmeira das Missões	0,0609	0,0844	0,39
PR	Verê	0,0364	0,0360	-0,01	RS	Palmitinho	0,0275	0,0340	0,24
PR	Alto Paraíso	0,0278	0,0300	0,08	RS	Panambi	0,0587	0,0673	0,15
PR	Doutor Ulysses	0,0328	0,0242	-0,26	RS	Pantano Grande	0,0353	0,0370	0,05
PR	Virmond	0,0275	0,0317	0,15	RS	Paráí	0,0358	0,0343	-0,04
PR	Vitorino	0,0345	0,0384	0,11	RS	Paraíso do Sul	0,0138	0,0181	0,30
PR	Xambê	0,0272	0,0278	0,02	RS	Pareci Novo	0,0138	0,0148	0,07
SC	Abdon Batista	0,0228	0,0247	0,08	RS	Parobé	0,0465	0,0422	-0,09

SC	Abelardo Luz	0,0580	0,0581	0,00	RS	Passa Sete	0,0116	0,0135	0,17
SC	Agrolândia	0,0300	0,0327	0,09	RS	Passo do Sobrado	0,0374	0,0269	-0,28
SC	Agronômica	0,0267	0,0318	0,19	RS	Passo Fundo	0,1018	0,1301	0,28
SC	Água Doce	0,0516	0,0469	-0,09	RS	Paulo Bento	0,0085	0,0282	2,30
SC	Águas de Chapecó	0,0263	0,0270	0,03	RS	Paverama	0,0316	0,0337	0,07
SC	Águas Frias	0,0253	0,0270	0,07	RS	Pedras Altas	0,0130	0,0160	0,23
SC	Águas Mornas	0,0296	0,0289	-0,02	RS	Pedro Osório	0,0280	0,0309	0,10
SC	Alfredo Wagner	0,0331	0,0338	0,02	RS	Pejuçara	0,0424	0,0394	-0,07
SC	Alto Bela Vista	0,0242	0,0110	-0,55	RS	Pelotas	0,1190	0,1242	0,04
SC	Anchieta	0,0311	0,0299	-0,04	RS	Picada Café	0,0297	0,0313	0,06
SC	Angelina	0,0276	0,0280	0,01	RS	Pinhal	0,0215	0,0146	-0,32
SC	Anita Garibaldi	0,0275	0,0272	-0,01	RS	Pinhal da Serra	0,0112	0,0317	1,84
SC	Anitápolis	0,0215	0,0232	0,08	RS	Pinhal Grande	0,0344	0,0299	-0,13
SC	Antônio Carlos	0,0457	0,0568	0,24	RS	Pinheirinho do Vale	0,0242	0,0147	-0,39
SC	Apiúna	0,0308	0,0325	0,06	RS	Pinheiro Machado	0,0268	0,0328	0,22
SC	Arabutã	0,0287	0,0315	0,10	RS	Pirapó	0,0225	0,0140	-0,38
SC	Araquari	0,0371	0,0513	0,38	RS	Piratini	0,0424	0,0478	0,13
SC	Araranguá	0,0644	0,0619	-0,04	RS	Planalto	0,0276	0,0151	-0,45
SC	Armazém	0,0287	0,0351	0,22	RS	Poço das Antas	0,0089	0,0286	2,22
SC	Arroio Trinta	0,0251	0,0297	0,18	RS	Pontão	0,0149	0,0196	0,31
SC	Arvoredo	0,0263	0,0259	-0,02	RS	Ponte Preta	0,0247	0,0152	-0,39
SC	Ascurra	0,0262	0,0274	0,05	RS	Portão	0,1113	0,1032	-0,07
SC	Atalanta	0,0252	0,0289	0,15	RS	Porto Alegre	0,5179	0,5652	0,09
SC	Aurora	0,0297	0,0324	0,09	RS	Porto Lucena	0,0229	0,0132	-0,42
SC	Balneário Arroio do Silva	0,0262	0,0307	0,17	RS	Porto Mauá	0,0188	0,0122	-0,35
SC	Balneário Camboriú	0,0479	0,0620	0,29	RS	Porto Vera Cruz	0,0079	0,0128	0,62
SC	Balneário Barra do Sul	0,0251	0,0257	0,02	RS	Porto Xavier	0,0287	0,0258	-0,10
SC	Balneário Gaivota	0,0229	0,0261	0,14	RS	Pouso Novo	0,0102	0,0106	0,04
SC	Bandeirante	0,0106	0,0116	0,10	RS	Presidente Lucena	0,0082	0,0099	0,20
SC	Barra Bonita	0,0226	0,0114	-0,50	RS	Progresso	0,0270	0,0157	-0,42
SC	Barra Velha	0,0344	0,0381	0,11	RS	Protásio Alves	0,0117	0,0121	0,03
SC	Bela Vista do Toldo	0,0311	0,0207	-0,33	RS	Putinga	0,0298	0,0161	-0,46
SC	Belmonte	0,0227	0,0246	0,08	RS	Quarai	0,0487	0,0484	-0,01
SC	Benedito Novo	0,0313	0,0170	-0,46	RS	Quatro Irmãos	0,0109	0,0179	0,64
SC	Biguaçu	0,0643	0,0692	0,08	RS	Quevedos	0,0256	0,0217	-0,15
SC	Blumenau	0,2104	0,2085	-0,01	RS	Quinze de Novembro	0,0257	0,0192	-0,25
SC	Bocaina do Sul	0,0138	0,0136	-0,01	RS	Redentora	0,0207	0,0276	0,33
SC	Bombinhas	0,0234	0,0299	0,28	RS	Relvado	0,0247	0,0247	0,00
SC	Bom Jardim da Serra	0,0295	0,0259	-0,12	RS	Restinga Seca	0,0391	0,0471	0,21
SC	Bom Jesus	0,0217	0,0280	0,29	RS	Rio dos Índios	0,0176	0,0201	0,14
SC	Bom Jesus do Oeste	0,0235	0,0222	-0,06	RS	Rio Grande	0,1601	0,1987	0,24
SC	Bom Retiro	0,0579	0,0538	-0,07	RS	Rio Pardo	0,0551	0,0669	0,21
SC	Botuverá	0,0235	0,0271	0,15	RS	Riozinho	0,0092	0,0120	0,31
SC	Braço do Norte	0,0540	0,0522	-0,03	RS	Roca Sales	0,0329	0,0368	0,12
SC	Braço do Trombudo	0,0238	0,0260	0,09	RS	Rodeio Bonito	0,0238	0,0313	0,32
SC	Brunópolis	0,0276	0,0320	0,16	RS	Rolador	0,0106	0,0180	0,69

SC	Brusque	0,0988	0,0976	-0,01	RS	Rolante	0,0290	0,0204	-0,30
SC	Caçador	0,1453	0,1047	-0,28	RS	Ronda Alta	0,0298	0,0351	0,18
SC	Caíbi	0,0279	0,0322	0,15	RS	Rondinha	0,0311	0,0191	-0,38
SC	Calmon	0,0313	0,0295	-0,06	RS	Roque Gonzales	0,0335	0,0292	-0,13
SC	Camboriú	0,0290	0,0398	0,37	RS	Rosário do Sul	0,0726	0,0752	0,04
SC	Capão Alto	0,0127	0,0142	0,12	RS	Sagrada Família	0,0194	0,0258	0,33
SC	Campo Alegre	0,0419	0,0370	-0,12	RS	Saldanha Marinho	0,0104	0,0167	0,61
SC	Campo Belo do Sul	0,0382	0,0392	0,03	RS	Salto do Jacuí	0,0367	0,0353	-0,04
SC	Campo Erê	0,0359	0,0376	0,05	RS	Salvador das Missões	0,0139	0,0122	-0,12
SC	Campos Novos	0,0887	0,0945	0,07	RS	Salvador do Sul	0,0465	0,0457	-0,02
SC	Canelinha	0,0294	0,0278	-0,06	RS	Sananduva	0,0375	0,0455	0,21
SC	Canoinhas	0,0824	0,0866	0,05	RS	Santa Bárbara do Sul	0,0416	0,0445	0,07
SC	Capinzal	0,0534	0,0493	-0,08	RS	Santa Cecília do Sul	0,0094	0,0137	0,46
SC	Capivari de Baixo	0,0288	0,0330	0,15	RS	Santa Clara do Sul	0,0323	0,0344	0,07
SC	Catanduvas	0,0382	0,0368	-0,03	RS	Santa Cruz do Sul	0,1653	0,1653	0,00
SC	Caxambu do Sul	0,0269	0,0150	-0,44	RS	Santa Maria	0,0943	0,1089	0,15
SC	Celso Ramos	0,0243	0,0105	-0,57	RS	Santa Maria do Herval	0,0243	0,0301	0,24
SC	Cerro Negro	0,0203	0,0231	0,14	RS	Santa Margarida do Sul	0,0158	0,0232	0,47
SC	Chapadão do Lageado	0,0310	0,0330	0,06	RS	Santana da Boa Vista	0,0300	0,0313	0,04
SC	Chapécó	0,1394	0,1498	0,07	RS	Santana do Livramento	0,0871	0,0860	-0,01
SC	Cocal do Sul	0,0396	0,0400	0,01	RS	Santa Rosa	0,0666	0,0685	0,03
SC	Concórdia	0,1027	0,0826	-0,20	RS	Santa Tereza	0,0128	0,0144	0,12
SC	Cordilheira Alta	0,0255	0,0292	0,15	RS	Santa Vitória do Palmar	0,1019	0,1170	0,15
SC	Coronel Freitas	0,0408	0,0358	-0,12	RS	Santiago	0,0542	0,0593	0,09
SC	Coronel Martins	0,0232	0,0256	0,11	RS	Santo Ângelo	0,0576	0,0656	0,14
SC	Correia Pinto	0,0396	0,0402	0,02	RS	Santo Antônio da Patrulha	0,0284	0,0301	0,06
SC	Corupá	0,0532	0,0480	-0,10	RS	Santo Antônio das Missões	0,0478	0,0526	0,10
SC	Criciúma	0,1002	0,1039	0,04	RS	Santo Antônio do Palma	0,0306	0,0358	0,17
SC	Cunha Porã	0,0382	0,0375	-0,02	RS	Santo Antônio do Planalto	0,0117	0,0276	1,36
SC	Cunhataí	0,0268	0,0253	-0,06	RS	Santo Augusto	0,0352	0,0485	0,38
SC	Curitibanos	0,0577	0,0569	-0,01	RS	Santo Cristo	0,0360	0,0478	0,33
SC	Descanso	0,0347	0,0364	0,05	RS	Santo Expedito do Sul	0,0103	0,0157	0,53
SC	Dionísio Cerqueira	0,0308	0,0339	0,10	RS	São Borja	0,0951	0,1022	0,07
SC	Dona Emma	0,0283	0,0282	0,00	RS	São Domingos do Sul	0,0278	0,0145	-0,48
SC	Doutor Pedrinho	0,0108	0,0255	1,36	RS	São Francisco de Assis	0,0429	0,0464	0,08
SC	Entre Rios	0,0238	0,0224	-0,06	RS	São Francisco de Paula	0,0700	0,0647	-0,08
SC	Ermo	0,0252	0,0268	0,06	RS	São Gabriel	0,0962	0,0856	-0,11
SC	Erval Velho	0,0277	0,0335	0,21	RS	São Jerônimo	0,0398	0,0371	-0,07
SC	Faxinal dos Guedes	0,0704	0,0609	-0,14	RS	São João da Urtiga	0,0185	0,0312	0,69
SC	Flor do Sertão	0,0384	0,0296	-0,23	RS	São João do Polêsine	0,0077	0,0105	0,38
SC	Florianópolis	0,1745	0,1677	-0,04	RS	São Jorge	0,0262	0,0282	0,08
SC	Formosa do Sul	0,0237	0,0276	0,17	RS	São José das Missões	0,0190	0,0100	-0,47
SC	Forquilha	0,0406	0,0463	0,14	RS	São José do Herval	0,0229	0,0121	-0,47
SC	Fraiburgo	0,1391	0,0989	-0,29	RS	São José do Hortêncio	0,0205	0,0147	-0,28
SC	Frei Rogério	0,0239	0,0241	0,00	RS	São José do Inhacorá	0,0111	0,0141	0,27
SC	Galvão	0,0293	0,0280	-0,04	RS	São José do Norte	0,0335	0,0390	0,16

SC	Garopaba	0,0279	0,0300	0,08	RS	São José do Ouro	0,0301	0,0353	0,17
SC	Garuva	0,0364	0,0382	0,05	RS	São José do Sul	0,0100	0,0137	0,38
SC	Gaspar	0,0607	0,0643	0,06	RS	São José dos Ausentes	0,0368	0,0285	-0,23
SC	Governador Celso Ramos	0,0288	0,0304	0,06	RS	São Leopoldo	0,1056	0,1042	-0,01
SC	Grão Pará	0,0358	0,0349	-0,02	RS	São Lourenço do Sul	0,0593	0,0772	0,30
SC	Gravatal	0,0274	0,0308	0,12	RS	São Luiz Gonzaga	0,0483	0,0642	0,33
SC	Guabiruba	0,0326	0,0249	-0,24	RS	São Marcos	0,0361	0,0393	0,09
SC	Guaraciaba	0,0427	0,0382	-0,11	RS	São Martinho	0,0136	0,0193	0,42
SC	Guaramirim	0,0502	0,0554	0,10	RS	São Martinho da Serra	0,0116	0,0306	1,64
SC	Guarujá do Sul	0,0264	0,0305	0,15	RS	São Miguel das Missões	0,0311	0,0540	0,73
SC	Guatambú	0,0327	0,0341	0,04	RS	São Nicolau	0,0246	0,0155	-0,37
SC	Herval d'Oeste	0,0378	0,0347	-0,08	RS	São Paulo das Missões	0,0302	0,0184	-0,39
SC	Ibiam	0,0247	0,0261	0,06	RS	São Pedro da Serra	0,0243	0,0262	0,08
SC	Ibicaré	0,0255	0,0298	0,17	RS	São Pedro das Missões	0,0074	0,0099	0,34
SC	Ibirama	0,0312	0,0352	0,13	RS	São Pedro do Butiá	0,0316	0,0339	0,07
SC	Içara	0,0564	0,0611	0,08	RS	São Pedro do Sul	0,0317	0,0384	0,21
SC	Ilhota	0,0330	0,0342	0,03	RS	São Sebastião do Caí	0,0420	0,0248	-0,41
SC	Imaruí	0,0293	0,0330	0,13	RS	São Sepé	0,0500	0,0664	0,33
SC	Imbituba	0,0327	0,0405	0,24	RS	São Valentim	0,0230	0,0133	-0,42
SC	Imbuia	0,0322	0,0329	0,02	RS	São Valentim do Sul	0,0115	0,0129	0,12
SC	Indaial	0,0597	0,0636	0,06	RS	São Valério do Sul	0,0073	0,0129	0,77
SC	Iomerê	0,0332	0,0179	-0,46	RS	São Vendelino	0,0249	0,0127	-0,49
SC	Ipira	0,0248	0,0283	0,14	RS	São Vicente do Sul	0,0358	0,0437	0,22
SC	Iporã do Oeste	0,0350	0,0387	0,10	RS	Sapiranga	0,0734	0,0697	-0,05
SC	Ipuaçu	0,0327	0,0300	-0,08	RS	Sapucaia do Sul	0,0704	0,0640	-0,09
SC	Ipumirim	0,0390	0,0399	0,02	RS	Sarandi	0,0483	0,0419	-0,13
SC	Iraceminha	0,0278	0,0282	0,02	RS	Seberi	0,0284	0,0348	0,23
SC	Irani	0,0349	0,0340	-0,02	RS	Sede Nova	0,0094	0,0149	0,59
SC	Irati	0,0225	0,0265	0,18	RS	Segredo	0,0141	0,0155	0,10
SC	Irineópolis	0,0404	0,0459	0,14	RS	Selbach	0,0321	0,0328	0,02
SC	Itá	0,0321	0,0309	-0,04	RS	Senador Salgado Filho	0,0236	0,0163	-0,31
SC	Itaiópolis	0,0593	0,0944	0,59	RS	Sentinela do Sul	0,0224	0,0237	0,06
SC	Itajaí	0,2289	0,2282	0,00	RS	Serafina Corrêa	0,0429	0,0445	0,04
SC	Itapema	0,0304	0,0429	0,41	RS	Sério	0,0220	0,0104	-0,53
SC	Itapiranga	0,0600	0,0567	-0,05	RS	Sertão	0,0171	0,0440	1,57
SC	Itapoá	0,0266	0,0291	0,09	RS	Sertão Santana	0,0260	0,0261	0,00
SC	Ituporanga	0,0520	0,0523	0,01	RS	Sete de Setembro	0,0278	0,0115	-0,59
SC	Jaborá	0,0186	0,0190	0,02	RS	Severiano de Almeida	0,0284	0,0137	-0,52
SC	Jacinto Machado	0,0305	0,0366	0,20	RS	Silveira Martins	0,0098	0,0115	0,18
SC	Jaguaruna	0,0419	0,0460	0,10	RS	Sinimbu	0,0189	0,0201	0,06
SC	Jaraguá do Sul	0,1716	0,1461	-0,15	RS	Sobradinho	0,0301	0,0335	0,11
SC	Jardinópolis	0,0217	0,0287	0,32	RS	Soledade	0,0395	0,0483	0,22
SC	Joaçaba	0,0681	0,0728	0,07	RS	Tabaí	0,0110	0,0139	0,26
SC	Joinville	0,3729	0,3126	-0,16	RS	Tapejara	0,0361	0,0455	0,26
SC	José Boiteux	0,0238	0,0134	-0,44	RS	Tapera	0,0341	0,0367	0,07
SC	Jupiá	0,0195	0,0268	0,38	RS	Tapes	0,0378	0,0411	0,09

SC	Lacerdópolis	0,0201	0,0388	0,93	RS	Taquara	0,0398	0,0382	-0,04
SC	Lages	0,1158	0,1087	-0,06	RS	Taquari	0,0533	0,0445	-0,17
SC	Laguna	0,0422	0,0469	0,11	RS	Taquaruçu do Sul	0,0196	0,0130	-0,34
SC	Lajeado Grande	0,0250	0,0144	-0,42	RS	Tavares	0,0209	0,0227	0,08
SC	Laurentino	0,0265	0,0302	0,14	RS	Tenente Portela	0,0302	0,0332	0,10
SC	Lauro Muller	0,0299	0,0339	0,13	RS	Terra de Areia	0,0242	0,0249	0,03
SC	Lebon Régis	0,0461	0,0458	-0,01	RS	Teutônia	0,0383	0,0353	-0,08
SC	Leoberto Leal	0,0273	0,0266	-0,03	RS	Tio Hugo	0,0226	0,0291	0,28
SC	Lindóia do Sul	0,0307	0,0340	0,11	RS	Tiradentes do Sul	0,0113	0,0139	0,23
SC	Lontras	0,0241	0,0300	0,24	RS	Toropi	0,0251	0,0252	0,00
SC	Luiz Alves	0,0405	0,0415	0,03	RS	Torres	0,0390	0,0384	-0,02
SC	Luzerna	0,0285	0,0307	0,08	RS	Tramandaí	0,0289	0,0337	0,17
SC	Macieira	0,0109	0,0137	0,27	RS	Travesseiro	0,0237	0,0251	0,06
SC	Mafra	0,0830	0,0735	-0,11	RS	Três Arroios	0,0248	0,0247	0,00
SC	Major Gercino	0,0112	0,0098	-0,13	RS	Três Cachoeiras	0,0267	0,0272	0,02
SC	Major Vieira	0,0320	0,0371	0,16	RS	Três Coroas	0,0388	0,0270	-0,30
SC	Maracajá	0,0262	0,0260	-0,01	RS	Três de Maio	0,0364	0,0431	0,18
SC	Maravilha	0,0427	0,0457	0,07	RS	Três Forquilhas	0,0237	0,0102	-0,57
SC	Marema	0,0267	0,0287	0,08	RS	Três Palmeiras	0,0230	0,0147	-0,36
SC	Massaranduba	0,0414	0,0390	-0,06	RS	Três Passos	0,0411	0,0440	0,07
SC	Matos Costa	0,0223	0,0233	0,05	RS	Trindade do Sul	0,0243	0,0183	-0,24
SC	Meleiro	0,0299	0,0312	0,04	RS	Triunfo	0,2305	0,1498	-0,35
SC	Mirim Doce	0,0237	0,0254	0,07	RS	Tucunduva	0,0242	0,0327	0,35
SC	Modelo	0,0233	0,0290	0,25	RS	Tunas	0,0224	0,0141	-0,37
SC	Mondaí	0,0359	0,0393	0,09	RS	Tupanci do Sul	0,0219	0,0112	-0,49
SC	Monte Carlo	0,0353	0,0403	0,14	RS	Tupanciretã	0,0557	0,0936	0,68
SC	Monte Castelo	0,0368	0,0366	-0,01	RS	Tupandi	0,0141	0,0210	0,49
SC	Morro da Fumaça	0,0304	0,0368	0,21	RS	Tuparendi	0,0267	0,0326	0,22
SC	Morro Grande	0,0259	0,0184	-0,29	RS	Turuçu	0,0120	0,0138	0,15
SC	Navegantes	0,0491	0,0651	0,33	RS	Ubiretama	0,0202	0,0106	-0,48
SC	Nova Erechim	0,0320	0,0308	-0,04	RS	União da Serra	0,0112	0,0119	0,06
SC	Nova Itaberaba	0,0283	0,0253	-0,11	RS	Unistalda	0,0269	0,0178	-0,34
SC	Nova Trento	0,0351	0,0357	0,02	RS	Uruguaiana	0,1420	0,1480	0,04
SC	Nova Veneza	0,0687	0,0416	-0,39	RS	Vacaria	0,1607	0,1689	0,05
SC	Novo Horizonte	0,0238	0,0292	0,23	RS	Vale do Sol	0,0226	0,0299	0,32
SC	Orleans	0,0601	0,0500	-0,17	RS	Vale Real	0,0332	0,0372	0,12
SC	Otacílio Costa	0,0447	0,0391	-0,13	RS	Vale Verde	0,0233	0,0110	-0,53
SC	Ouro	0,0352	0,0315	-0,11	RS	Vanini	0,0246	0,0128	-0,48
SC	Ouro Verde	0,0282	0,0294	0,04	RS	Venâncio Aires	0,0992	0,1012	0,02
SC	Paial	0,0244	0,0232	-0,05	RS	Vera Cruz	0,0473	0,0437	-0,08
SC	Painel	0,0174	0,0206	0,18	RS	Veranópolis	0,0463	0,0444	-0,04
SC	Palhoça	0,0615	0,0779	0,27	RS	Vespasiano Correa	0,0103	0,0147	0,43
SC	Palma Sola	0,0363	0,0336	-0,07	RS	Viadutos	0,0351	0,0306	-0,13
SC	Palmeira	0,0250	0,0158	-0,37	RS	Viamão	0,0783	0,0810	0,04
SC	Palmitos	0,0578	0,0484	-0,16	RS	Vicente Dutra	0,0227	0,0260	0,14
SC	Papanduva	0,0529	0,0545	0,03	RS	Victor Graeff	0,0284	0,0166	-0,42

SC	Paraíso	0,0267	0,0266	-0,01	RS	Vila Flores	0,0117	0,0145	0,25
SC	Passo de Torres	0,0239	0,0128	-0,46	RS	Vila Lângaro	0,0091	0,0139	0,52
SC	Passos Maia	0,0236	0,0290	0,23	RS	Vila Maria	0,0182	0,0241	0,32
SC	Paulo Lopes	0,0208	0,0245	0,18	RS	Vila Nova do Sul	0,0096	0,0150	0,57
SC	Pedras Grandes	0,0278	0,0314	0,13	RS	Vista Alegre	0,0096	0,0140	0,45
SC	Penha	0,0300	0,0374	0,25	RS	Vista Alegre do Prata	0,0246	0,0315	0,28
SC	Peritiba	0,0233	0,0124	-0,47	RS	Vista Gaúcha	0,0255	0,0298	0,17
SC	Petrolândia	0,0291	0,0314	0,08	RS	Vitória das Missões	0,0083	0,0124	0,49
SC	Balneário Piçarras	0,0271	0,0352	0,30	RS	Westfalia	0,0140	0,0178	0,27
SC	Pinhalzinho	0,0412	0,0452	0,10	RS	Xangri-lá	0,0098	0,0157	0,60

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

K64d Klein, Cristiane Fernanda
O desenvolvimento econômico regional na região Sul do
Brasil / Cristiane Fernanda Klein. – Toledo, PR : [s. n.], 2017.
135 f. : il. (algumas color.), figs., quads., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima, PhD.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Desenvolvimento econômico – Brasil, Sul 2. Economia
regional – Brasil, Sul 3. Planejamento regional – Brasil, Sul 4.
Disparidades econômicas regionais I. Lima, Jandir Ferrera de,
orient. II. T

CDD 20. ed. 338.9816